

MENSAL
JUNHO/91

ANO XVI

PREÇO: 50\$00

ACOMARCA

4

II SÉRIE

FUNDADOR: MARÇAL M. PIRES TEIXEIRA • DIRECTOR: HENRIQUE PIRES TEIXEIRA • DIRECTOR-ADJUNTO: VALDEMAR ALVES

EM JUNHO

1

Dia Mundial
da Criança

5

Dia Mundial
do Ambiente

10

Dia de Portugal,
de Camões e das
Comunidades

21

Início do Verão

24

Dia de Figueiró
dos Vinhos

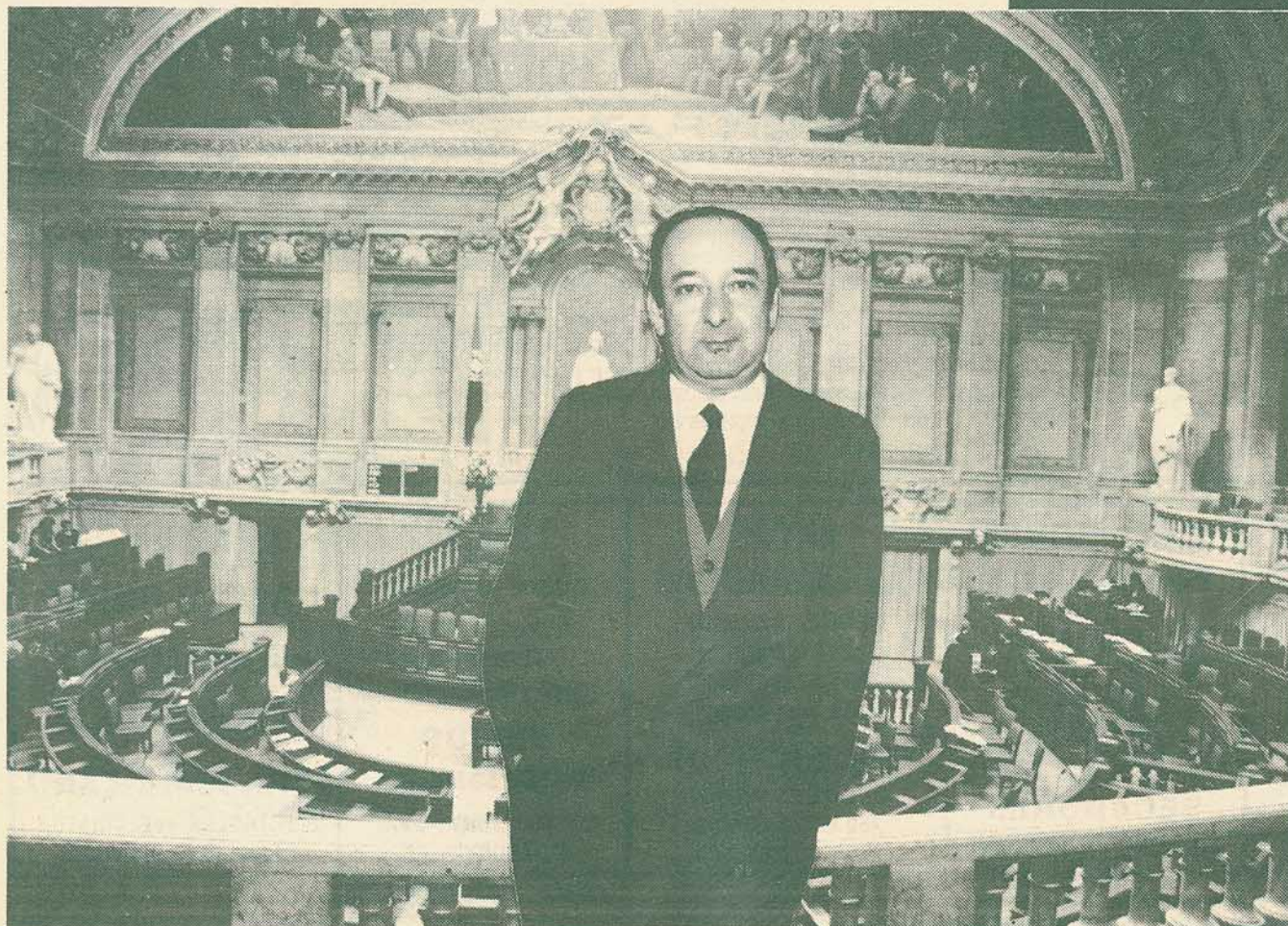
VEREADOR DO PSD,
JORGE DOMINGUES
AFIRMA:

«O DESENVOLVIMENTO
DE FIGUEIRÓ NÃO PODE
SER MEDIDO PELO
NÚMERO DE FOGUETES
QUE SE ATIRAM OU PELO
NÚMERO DE LEITÕES
QUE SE COMEM...»

— Páginas Centrais —

DEPUTADO JULIO HENRIQUES
INTERVÉM NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

— Página 20 —



PEDRÓGÃO: Finalmente
obras!

— pág. 4

Crime do mês

— pág. 5

G.N.R. comemora 80 anos

— pág. 6

Centro Cultural de Figueiró

— pág. 14

Página literária

— pág. 17

Desporto Regional

— pág. 23

FICHA TÉCNICA A COMARCA Mensário Regionalista

Depósito legal nº 45.272/91
Número de registo 104.028
na DGCS

Fundador:

Marçal Manuel Pires Teixeira

Proprietária:

Maria Elvira S. Castela

Pires Teixeira

Sede:

Figueiró dos Vinhos

Director:

Dr. Henrique Manuel

Castela e Pires Teixeira

Director-Adjunto:

Valdemar Gomes Fernandes

Alves

Chefe de Redacção:

Carla Maria Oliveira

Mourisca

Redactores:

Inácio de Passos (redactor

principal), Isabel Alves,

Isaura Antão Marçal Pires

Teixeira, Margarida Pires

Teixeira, Paulo Pires

Teixeira, Paulo Pires, Tânia

Pires Teixeira e Valdemar

Ricardo.

Colaboradores:

Amândio Canelas, Américo

David Pereira, Antonino

Marcelo, Padre Arlindo

Pontes David, Arq. Carlos

Leitão, Eng.º Cristina

Afonso, Dilar, Eduardo

Paquete, Eng.º Fausto Lopes

da Costa, Dr. João

Marques, Joaquim Torres

Palheira, Manuel Dinis

Jacinto Nunes, Dr. Manuel

Lopes Barata e Eng.º Pedro

Vasconcelos.

Gabinete fotográfico:

Eduardo Gageiro (chefe),

Carlos Fernandes, Vitor

Correia e Vitor Fernandes.

Correspondentes:

Derreada Cimeira: Eduardo

Martins David, Escalos do

Meio: Acácio Alves, Vila

Facaia: Maria Leontina

Marques e Moises Dinis

Redacções:

Castanheira de Pera: Rua

Silva Bernardes, 11 - Tel.

036-44525

Figueiró dos Vinhos:

Eiras Novas/Ribeira de S.

Pedro - Tel. 036- 43258

Pedrogão Grande:

Largo do Adro (Ed.

Paquete) Tel. 036-45573

Delegação em Lisboa:

Rua Gomes Freire, 191 -

2º, 1100 Lisboa Tels. 01 -

538375 - 547801 - 523547 -

Fax: 01 - 579817

Coordenação

e Secretariado:

Elvira Pires Teixeira, Helena

Fernandes e João Galante

Composição e Montagem:

Instituto de Imprensa

Democrática (IID)

Impressão:

Imprinter, S.A.

Tiragem:

6.000 exemplares

Preço:

50\$00

Assinatura anual:

500\$00

TODA A

CORRESPONDENCIA

DIRIGIDA AO JORNAL

DEVE SER REMETIDA

PARA A DELEGACAO EM

LISBOA.

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

ASSOCIACAO DA IMPRENSA NAZ-DA-UNA

EDITORIAL

Há poucos anos atrás os portugueses viveram, entre espantados e aterrados, um inusitado clima de violência, duplamente inaceitável: em primeiro lugar porque isso brigava com o seu atávico pacifismo; e em segundo lugar porque, havendo renascido no país, anos antes, o regime democrático, onde abundam essas armas de papel conhecidas por votos, não fazia qualquer sentido a imposição de regras por meio de outras armas que o comum dos cidadãos rejeitava profundamente. Referimo-nos ao uso da violência por parte das FP-25 de Abril.

Bem ou mal, um largo número de indivíduos que integrava aquela organização foi condenado a penas de vários anos de prisão, penas essas confirmadas com ligeiras alterações pelas superiores instâncias judiciais. Dentre os condenados destaca-se manifestamente o Otelo Saraiva de Carvalho.

Veio agora à boca de cena a questão da amnistia desses elementos condenados, procurando-se por via legislativa uma solução contraposta àquela que decorreu do exercício de soberania dos tribunais.

Os fundamentos em que se têm alicerça-

do os defensores da amnistia não são, contudo, no plano técnico-jurídico, consistentes. Pretende-se por um lado distinguir entre crimes políticos e crimes de sangue e por outro lado entre autores morais e autores materiais dos crimes. Ora, qualquer dessas distinções desapareceu da lei substantiva penal com a entrada em vigor, em 1982, do actual Código Penal, pelo que são descabidas.

Por seu turno, não se vê que equidade poderia resultar de um acto

de clemência que beneficiasse apenas aqueles que, não tendo executado materialmente crime, todavia premeditaram-no, conceberam os planos, traçaram os objectivos, avaliaram os riscos e as consequências, criaram, enfim, todo o impulso criminoso.

Traduzir-se-ia pois numa clamorosa injustiça relativa distinguir esses agentes. Mas se porventura se quisesse abranger no âmbito da amnistia todos os agentes daquela organização, ainda assim persistiria a injustiça relativa, desta feita entre esses elementos e os que cumprem também penas por v.g. crime de homicídio.

Otelo Saraiva de Carvalho é um dos símbolos do 25 de Abril e um dos protagonistas do processo histórico que se gerou a partir dessa data. Teve responsabilidades de Estado, não ignorando pois a sua grandeza nem os múltiplos interesses que se cruzam e que se chocam e que há que procurar conciliar. E, de resto, assumiu, ao subscrever o Programa do MFA, a obrigação de democratizar o país. A esta luz potencia-se a gravidade do seu comportamento infractor.

A seu favor poder-se-á alegar que também no 25 de Abril ele subverteu as regras então instituídas e que, se acaso aquele movimento tivesse soçobrado, ele seria visto como autor de crime de alta traição. Mas como o movimento vingou, Otelo passou a ser o herói da história recente portuguesa.

Mas esse é um risco que os revolucionários têm de correr.

Para quem assume com convicção e coerência os seus ideais e os seus actos, não há nada de mais contraditório e até aviltante do que peticionar os favores do Estado (justamente esse Estado que pretendia subverter), sejam eles a amnistia ou o indulto.

NOTA DA REDACÇÃO

Com a saída deste número duas linhas podem desde já ser escritas a propósito da receptividade que o nosso jornal logrou obter.

Acreditamos no projecto de um periódico verdadeiramente à escala da Comarca, e parece

que andámos bem avisados.

Na verdade, o acolhimento dispensado por parte de entidades públicas, das autarquias locais e dos cidadãos em geral foi tal que ultrapassou as nossas inflacionadas expectativas. Apesar de algumas

deficiências, nomeadamente ao nível da apresentação gráfica - fruto do nosso desejo de trazer a público o máximo de factos possível - este periódico tem conseguido fazer chegar às mãos dos munícipes dos 3 concelhos as notícias a estes respeitantes, criando en-

tre todos um elo de ligação, uma ponte elevatória de todos os sentimentos e aspirações comuns.

A provar o sucesso editorial está aí a percentagem de vendas das várias edições, quase chegando a esgotar. Contudo, um jornal não

vive apenas das suas vendas, carece sempre de publicidade para prover aos elevados encargos com que se defronta.

Apelamos por isso aos nossos leitores no sentido de que também nesse campo nos manifestem a expressão do seu apoio.

PENSAMENTOS

Razão,
é afirmação do nosso eu.
A força que esmaga a mentira
O homem,
nem sempre se realiza
porque ambiciona sempre demais
Faminto
será também aquele
que não encontra a verdade
para satisfazer o espírito
O sofrimento

é uma das chaves
que abre a porta da mente
Somho
é uma viagem que se faz
e que não se paga
para lá chegar
Amor puro.
É límpido como um copo de água
cristalina onde a poeira não entra,
se conseguirmos tapar e conservar
com compreensão,

dedicação e muita renúncia
Não sou nada
Nada é realmente meu:
nem corpo, nem sonhos, nem ambições (?)
Tudo ao pó terá de voltar
só o espírito me pertence
bom ou mau
ninguém o pode tirar, só modificar

Elvira Pires Teixeira

JOMINHO
ELECTRODOMÉSTICOS
A MELHOR SOLUÇÃO
CRÉDITO ESPECIAL
• AV. ALMIRANTE REIS, 94
• R. PASCOAL DE MELO, 15-A
FILIAL: PEDRÓGÃO GRANDE

ESQUENTADORES

DESDE 13 000\$00
VITORIA - JUNEX
VULCANO - VAILLANT
PHILIPS - WHIRLPOOL

FOGÕES

DESDE 20 000\$00
TROIA - TECNÓGÁS
IGNIS - PE - ARISTON
SIUL - PHILIPS
ENCASTRÁVEIS

MÁQ. ROUPA

IMPORTADA DESDE
45 000\$00
AEG - HOOVER - IGNIS
ZANUSSI - ELECTROLUX
IBEIZA - PHILIPS
KELVINATOR

MÁQ. LOIÇA
SECADORAS
GRANDE PROMOÇÃO

ARCAS CONGELADORAS

DESDE 29 000\$00
210 L - 34 000\$00
310 L - 38 000\$00
410 L - 42 000\$00

FRIGORÍFICOS

DESDE 35 000\$00
250 L - 45 000\$00
300 L - 52 000\$00

TV COR

DESDE 36 000\$00
GRUNDIG - PHILIPS
TELEFUNKEN - SONY
JVC - MITSUBISHI

VÍDEOS

DESDE 52 000\$00
SANYO - SONY - AKAY
PANASONIC - JVC

CÂMARAS VÍDEO

MICRO ONDAS
ASPIRADORES
ENCERADORAS

FRIG. AMERICANO

ELECTROLUX - KELVINATOR
PHILIPS - WHIRLPOOL

COMPANHEIRA DE VIAGEM REVELOU-SE UMA GRANDE SENHORA

Enfim, ali estava eu rumo ao desconhecido, após tantos anos de espera. Dentro de mim, acontecia uma verdadeira confusão de emoções: por um lado, estava triste, muito triste por deixar a minha família, as minhas amigas, a minha terra; por outro, estava ansiosa para seguir o meu destino. Ter um novo lar, uma nova vida com o meu marido, o meu único e grande amor desde tenra idade.

O navio "Moçambique" começa a afastar-se lentamente e no cais tinham ficado as pessoas. Cada vez mais longe, mas ainda a chorar e acenar um adeus que para alguns se tornaria o último.

A viagem duraria cerca de um mês até chegar, de modo que tentei ganhar ânimo. Não conhecia ninguém a bordo e trazia comigo muitas recomendações dos meus pais em relação a companhias. Era a minha primeira viagem longa e estava só!

Uma campainha soou e bressaltou-me! Mas era apenas a chamada para o jantar. Desci, olhei para todas as mesas e escolhi a que me pareceu melhor: a de duas senhoras que aparentavam uns 30 anos de idade. É! Pareceu-me boa gente! Pedi licença para me sentar e desde logo me chamou a atenção o facto de uma delas ter os olhos parecidos com os da minha mãe: eram azuis e tinham a mesma ternura de olhar. Vim a saber que se chamava Margarida Barrose estava, como eu, ca-

sada por procuração e ia ao encontro do seu marido. A outra senhora era solteira e chamava-se Mercedes.

Tudo estava a correr bem, a conversa estava animada até começar o tormento. Iamos a entrar na barra e o navio já dançava demais para o meu gosto. Retirámo-nos apressadamente para o convés, muito agoniadas e voltei para o camarote onde permaneci muito tempo por ter ficado doente. Só quando o mar se acalmava é que eu conseguia subir ao convés para tagarelar com as minhas novas amigas e viver momentos alegres. Foi nascendo uma grande amizade mas chegou o dia da despedida. Era o fim daquela viagem longa e cada uma iria seguir o seu destino. Desembarcámos na ilha de Moçambique e passado um bocado, vi passar a D. Margarida, feliz, de braço dado com o marido e eu feliz, estava junta ao meu. Os anos foram passando, já eu tinha os quatro filhos, quando reencontrei a minha amiga Margarida. Morávamos na cidade de Nampula, no mesmo Bairro, na mesma rua e os nossos filhos já eram amigos, só que nós não sabíamos de nada. Foi uma grande alegria esse nosso reencontro. Ela tinha sofrido muito durante esses anos, quer por doenças, quer por azarés da vida. Mas, graças a Deus, já estava boa e tinha vários prédios nas melhores avenidas da cidade, quintas e casas de comércio. Enfim, fiquei

feliz por ela, só achei estranho quando ela me disse que precisava da minha ajuda.

Contou-me que tinha uma escola para africanas, onde ensinava costura, bordados e até primeiros-socorros. Tinha tirado um curso para assim poder ajudar a mulher negra.

Trabalhei com ela durante alguns anos. No princípio éramos só as duas, mas a pouco e pouco juntaram-se muitas senhoras, algumas esposas de oficiais bem posicionados, embora ali não interessassem as divisas.

As alunas estavam felizes: ali aprendiam uma profissão e ficavam mais habilitadas para cuidar dos seus filhos, dos seus fatos, da sua vida.

Tudo era feito em prol dos mais pobres sem que se tivesse de pagar fosse o que fosse.

No quintal da sua residência, havia uma capelinha onde íamos orar, ao lado da sala de trabalhos. Ensinava-se com prazer. Com muito custo, elas pegavam na agulha: as suas mãos estavam já muito calejadas do trabalho no campo. Mas era reconfortante apreciar a sua força de vontade em aprender.

O fim do curso, que primeiro se festejava no local, mudou para o salão da paróquia da antiga igreja. Com a ajuda dos senhores padres e irmãs da diocese, fazia-se uma linda festa para entrega dos diplomas, com a presença do Sr. Bispo de Nampula, presidente da câmara, sacer-

dotes e a esposa do então governador, a Sr.ª D. Amélia Palmeirim.

Mais tarde, passámos a expor os trabalhos no salão do Niassa (a sala de visitas da cidade), dada a grande afluência de alunas e de visitantes, e mesmo assim, tornou-se pequeno o espaço.

O meu marido ajudou muito na organização e na continuidade desta grande acção humanizante, quer através do jornal, quer como colaborador da Rádio Clube. Tudo terminou.

Quando se iniciavam os trabalhos para a construção de um lar para mulheres desprotegidas, com dinheiro oferecido pela minha amiga e com um terreno cedido pela câmara, tinha acontecido a descolonização! Aconteceu, de novo, a nossa separação!

Algum tempo mais tarde, voltámos a encontrá-los. Desta vez, em Figueiró dos Vinhos.

Ela que tudo teve e que muito deu, estava agora em Coimbra, alimentando-se à custa de senhas de comida... para os pobres!

Perdi o contacto com ela, mas tenho a certeza que já deve estar a ajudar os mais pobres, em obras de caridade.

D. Margarida Barros, muito obrigada por me ter dado a oportunidade de ter partilhado consigo, a sua generosa obra, obrigada por me ter feito sentir útil ao meu semelhante.

Elvira Pires Teixeira

À LAREIRA

As novas indústrias a nascerem em Portugal, têm sido encaminhadas para parques industriais, que já oferecem há bastante tempo emprego aos habitantes residentes nessas áreas.



Curiosamente esses parques industriais, alguns instalados nas famosas cinturas industriais de 1975, que já beneficiavam de protecção patronal e governamental antes do 25 de Abril de 1974, estão hoje, e repito curiosamente, a beneficiar exactamente da mesma protecção, quer patronal quer governamental. Esta protecção será para lhes pagarem a estabilidade política que estas cinturas industriais deram após a revolução de Abril, pela sua demonstração democrática dada em defesa do progresso e da economia pós-revolução?

Ou será porque ainda se passa fome e existe grave desemprego? Bispos e Ministros levantaram a voz em nome destas zonas industriais, e aí estão as indústrias implementadas e outras a implementar.

Que mal fez a região de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, aos Bispos de Portugal e aos Ministros dos Governos de Portugal? Terão sido as greves, as ameaças à Democracia, as paragens selvagens das fábricas, o tentarem transformar os operários em soldados, armando-os e lançando-os na violência, para defender a Democracia, mas aniquilando esta em prol de forças estrangeiras?

Que me lembre em 1975 estes três concelhos, não tinham cintura industrial, portanto não podiam existir greves, nesta região reinou antes do 25 de Abril de 1974 a democracia, e não existiam operários para serem armados em soldados.

Existe sim, uma zona industrial em Pedrógão Grande, sem indústria, as fábricas de Castanheira de Pêra a fecharem e o desemprego a aumentar. As mesmas cenas repetem-se na indústria e no comércio de Figueiró dos Vinhos.

Uma zona de grande implantação Social Democrata, claramente demonstrada ao longo dos anos, está a ser lesada por este Governo, pelo senhor Ministro da Indústria e Energia, e outros, que por indicação deste governante um investimento de 65 milhões de contos que a "Samsung Electronics" prepara para Portugal, deverá ser canalizado para a zona do Vale do Ave, e o projecto "Ford-Volkswagen" irá para a famosa cintura industrial de Setúbal. Para a nossa região nem uma fábrica de parafusos... ou de anilhas. Sabemos que o número de eleitores não conta para os nossos políticos, mas às vezes pode ser que se enganem, no número de eleitores desta zona. Porque aqueles que são verdadeiramente de cá, são muitos, muito mais que o número oficial. Estamos espalhados por Portugal, pelo Mundo. E em Lisboa somos mesmo muitos.

Senhores Governantes, o trabalho árduo, leal e patriótico dos nossos autarcas, não conta, não dá para contabilizar? Por cá, vamos continuar, todos juntos, pobres, sem indústria e pouco trabalho, com alguns incêndios, mas acima de tudo honestos e obreiros para continuarmos a honrar a nossa Pátria, sem compadrio e sem vice-reis.

V.A.

Manuel Vaz & Filhos, Lda.

Comércio de Materiais de Construção Civil, Agente das: Vintas Robóticas, Mosaicos e Azulejos - Louças de Casa de Banho

FERRAGENS E FERRAMENTAS
REPRESENTANTE PARA OS CONCELHOS DE:

PEDRÓGÃO - FIGUEIRÓ DOS VINHOS E CASTANHEIRA DE PÊRA
DAS BATERIAS FULMEN

Telef. 4 53 97

3270 PEDRÓGÃO GRANDE

A ARCA DE GUIZÉ

LIVRARIA, PAPELARIA
E ARTIGOS DE DECORAÇÃO, LDA

- BRINQUEDOS
- BIJUTARIA
- PERFUMES
- FOTOCOPIADOR C/ REDUÇÕES E AUMENTOS

R. SILVA BERNARDES, 7 - TEL.: 44210
3280 CASTANHEIRA DE PÊRA

Café - Restaurante

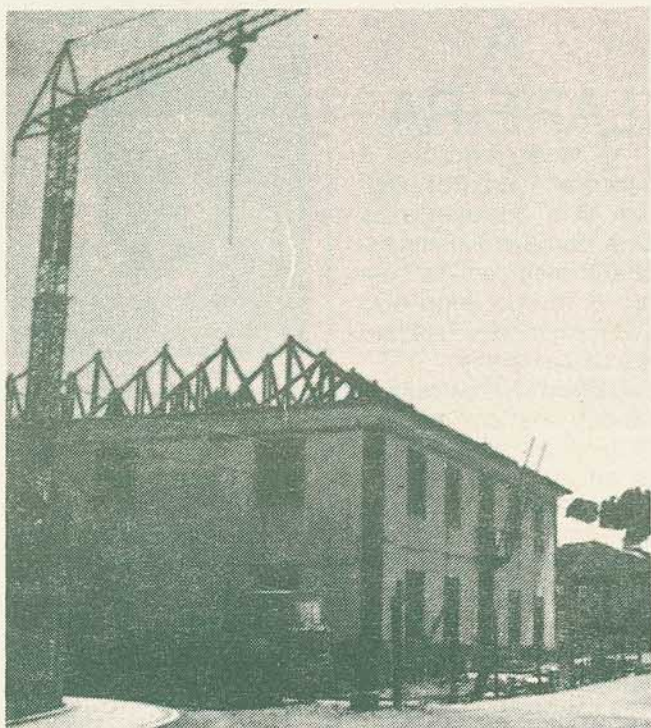
FLOR DA SERRA

DE FERNANDO JOSÉ SIMÃO

AGENTE DO TOTOLOTO
E TOTOBOLA

TEL.: 03 63 51 02 - 3250 ALVAIAZERE

FINALMENTE OBRAS NA CAMÂMARA DE PEDRÓGÃO



Um aspecto das obras no Edifício dos Paços do Concelho

O edifício sede da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, começou nos primeiros dias do mês de Junho a sofrer as obras que merecia.

O edifício só ficará com as paredes mestras, ou seja as suas fachadas laterais, sendo demolidas todas as outras que existem no interior.

Esta obra a cargo da empresa Louriconstruções, Lda., com sede na localidade de Lourical, quer aplicar nesta obra de restauração toda a sua competência profissional e responsabilidade técnica.

Custará ao Município cerca de cinquenta e cinco mil contos.

Virá a ficar com os mesmos pisos que já tinha, com aproveitamento do sótão para arquivos mortos e outros.

No rés-do-chão ficarão instalados os serviços municipalizados, muito em especial os serviços de turismo, já que será a futura grande indústria do nosso Concelho. O 1º andar, terá dois acessos, mantendo a escadaria principal virada para o Largo da Devesa, toda ela em granito, que será a entrada principal, e o novo acesso será voltado a nascente, quer um quer outro servirão o público. Este primeiro andar manterá os gabinetes do Presidente e dos Vereadores,

bem assim os de apoio. Funcionará toda a secretaria com o gabinete do seu chefe e uma central de comunicações.

O Salão Nobre manterá a anterior localização no primeiro andar.

A Administração Municipal presidida pelo senhor Manuel Henriques Coelho, tomou a decisão, em nosso entender histórica, de recuperar o secular edifício dos Paços do Concelho, atendendo à sua grandiosa beleza.

Este edifício já fez história durante a sua existência. A inicial construção está esquecida no tempo. Não restam dúvidas que este edifício está ligado à fundação de Pedrógão Grande e por conseguinte à fundação da Nacionalidade.

Vários escritores têm referido nas suas obras as ricas dimensões deste edifício, classificando-o mesmo, de um dos maiores e mais espaçosos edifícios camarários da região, e ao local onde está implantado, que é o Largo da Devesa com cerca de 170.000 metros quadrados.

Conhecem-se umas três reconstruções deste edifício. Uma em 1860, talvez a maior até agora, já que anteriormente tinha sido destruído por um incêndio. A iniciativa da reconstrução deveu-se a um pedreguense ilustre parlamentar António Venâncio David, cujo retrato permanecia no Salão Nobre, dando mesmo do seu bolso avultada quantia para a referida reconstrução.

Voltou a beneficiar de novas obras nos anos de 1915 e 1972, para manter a sua conservação, mas na última, terão sido retiradas as pedras de granito que existiam nas partes laterais da escadaria e substituídas por pedras de mármore.

A actual Administração conseguirá localizar as referidas pedras de granito?

Talvez como localizou as grades do velho coreto da música!...

Lá terão que se gastar mais uns escudos para completar a monumental escada-

ria de granito.

Mas, um edifício desta envergadura e de rica história merece o sacrifício financeiro da edilidade.

Foi um edifício de instalações polivalentes, além de ter servido a edilidade, serviu durante anos e anos vários Ministérios, que com a acção corajosa de um grande autarca, desalojou vários serviços das instalações da Câmara, ganhando novas instalações noutros locais, enriquecendo o património concelhio como, a Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública, Bombeiros Voluntários, Delegação de Saúde, Delegação Escolar, Junta de Freguesia. Todas estas ocuparam o velho edifício.

Também se serviram do mesmo, as Juntas de Inspeção Militar, os Rastreiros do BCG, o Grémio da Lavou- ra, a Biblioteca Itinerante.

Ali esteve instalado o Tribunal Judicial da Comarca de Pedrógão Grande, a Cadeia da Comarca e depois desta a Cadeia Concelhia.

Não vamos aqui fazer história deste belo edifício, mas queremos aqui deixar o apontamento oportuno da decisão correcta das obras que neste momento se iniciaram e bem, e talvez no momento ideal, porque estas já eram na verdade necessárias.

Sabemos que a preocupação anterior da Câmara foi levar a água, electricidade e os acessos rodoviários a todo o concelho, à mais pequena aldeia, o saneamento básico às principais localidades. Enfim, dotar o concelho das infraestruturas mais necessárias para que o concelho se desenvolvesse economicamente.

O concelho está como nenhum apto a receber as indústrias e comércio para o seu total desenvolvimento.

As obras no edifício da Câmara vêm ao encontro de outras tantas particulares que se espalham pela vila, sede de concelho, e por todas as outras localidades de tão laborioso povo que é efectivamente o do concelho de Pedrógão Grande.

BOMBEIROS DE PEDRÓGÃO TÊM A FORÇA DA JUVENTUDE

O Corpo Operacional dos Bombeiros de Pedrógão Grande, terminou a sua escola de treinos no dia 9 de Junho, com a intervenção de uma acção de combate a fogo real.

As sessões de treino ou de instrução, vinham a ser realizadas desde Janeiro. Para assinalar o fim destas, e praticamente dar início ao combate ao fogo real em pleno campo de batalha, com o Comandante António Manuel Fernandes Carvalho, de 31 anos de idade, um dos mais jovens comandantes de bombeiros, senão o mais novo e um dos mais competentes, é casado, e pai de três filhos, dois rapazes e uma menina. Natural de Pedrógão Grande, e a sua ex-vida militar de tropa-paraqueidista, é-lhe hoje útil ao desempenho da sua missão de comandante operacional de bombeiros, numa das maiores e mais difíceis zonas de combate e defesa, a de tão grave flagelo, que todos os anos leva a nossa região às catástrofes nacionais.

O Corpo de Bombeiros de Pedrógão Grande conta ainda com um 2º Comandante e um Adjunto de Comando, respectivamente António Isidro e João Dias, tem no seu activo operacional 110 jo-

vens Soldados da paz. É a força destes jovens soldados da paz que fazem com que este Corpo de Bombeiros tenha a maior operacionalidade a nível nacional.

Viaturas não são muitas, mas vai dando para o que vai aparecendo de mau.

Têm 6 ambulâncias, já que o hospital mais perto está a 80 km e em tempo a cerca de hora e meia. Duas viaturas para fogo urbano e 7 para fogo florestal. Para socorros a náufragos só têm um barco com motor e pequeno, não chega concerte-

za para quem tem duas baragens no concelho, das maiores do país e movimentadas durante todo o ano.

Para assinalar o fim da instrução e o início do verdadeiro combate ao fogo, já que tiveram início nos dias 25 e 26 de Maio no Penedo Rachado em Pedrógão, o Comando fez um convívio entre os operacionais no dia 9 de Junho com uma sardinhada e febras no seu quartel, acção que fez reinar entre todos os presentes a amizade e a camaradagem, que vai ser importante nos próxi-

mos dias que vão viver na difícil guerra de combate aos incêndios. O petisco foi preparado pelo bombeiro José Coutinho com a ajuda de todos os presentes, e o seu próprio Comandante também foi cozinheiro nesse dia. A Direcção esteve representada pelo presidente da Câmara Municipal senhor Manuel Henriques Coelho, que ali passou o dia com os seus jovens companheiros de luta, no serviço que honra os homens, de servir o seu semelhante sem olhar a quem. V.A.



Os jovens Bombeiros de Pedrógão a preparar o pitéu!

PASTELARIA

MONSANTO

Rua Condes de Monsanto, 1-A e 1-B
TELEF. 87 20 63 1100 LISBOA

PASTELARIA Capri

LANCHES PARA CASAMENTOS
E BAPTIZADOS

UM FABRICO E SERVIÇO QUE SE IMPÕEM

DOCES DE OVOS DE AVEIRO

BOLOS DE ANIVERSÁRIO

Rua da Misericórdia, 38 — TELEF. 23 020
SETUBAL



electrodomésticos

hi-fi, discos, móveis

loja 1 R. CONDE DE REDONDO, 80-82
58 11 47
(4 linhas) 1100 LISBOA
PARQUE PRIVATIVO - CLIENTES
R. BERNARDIM RIBEIRO, 83 - A
1100 LISBOA

loja 2 PRAÇA DO AREIRO, 8
848 33 11
80 39 34 1100 LISBOA

CRIME DO MÊS

BALANÇO - UM MORTO E UM DETIDO ASSALTO Á CAMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Figueiró acordou sobressaltado no passado dia 12 de Junho pelas 3.20 horas, quando uma rajada de tiros veio ecoar por toda a vila.

Um morto e um ferido foi o resultado da tentativa de assalto ao Edifício da Câmara Municipal. Os ladrões que cerraram a porta principal foram surpreendidos pela GNR local reforçada pela GNR de Castanheira de Pera, quando já lá dentro se preparavam para assal-

gos do alheio estavam apetrechados de um aparelho de soldar, com que cerravam as grades da porta e prontamente telefonou à GNR local. As autoridades locais cercaram o edifício, e quando a sua presença se manifestou iniciou-se o tiroteio, primeiro por parte dos ladrões com tiros de caçadeira de canos cerrados, respondendo a GNR. Um dos intrusos, António Luis Ciriaco Bernardino, de 32 anos resi-

Garrido Pires, de 34 anos, também residente em Beja, veio a sair de mãos ao ar, entregando-se às autoridades.

Os assaltantes eram de etnia cigana, e faziam-se transportar numa carrinha com a matrícula IS-61-12 e de que era proprietário o morto. Nada roubaram, deixando apenas a factura dos estragos à Câmara Municipal.

As investigações foram entregues à Polícia Judiciária de Coimbra.



Visíveis os tiros nas montras da Rodoviária Nacional disparados pela GNR

tar os cofres da Tesouraria da Fazenda Pública situada do lado esquerdo.

Segundo se consta, uma testemunha, por obra do acaso, veio aquela hora à janela e apercebeu-se que ami-

dente em Beja tentou a fuga pelas traseiras do edifício, sendo forçado a partir parte do vitral e caindo de uma altura de 4 metros, não resistiu à queda vindo a falecer no Hospital local. O outro intruso, Domingos António

Queremos aqui frisar a boa actuação da GNR, que mesmo ao disparar e perante os curiosos nas janelas, soube dirigir todo o cerco e disparar sem mais riscos de vida.

Paulo Marçal

AS ESTRADAS ANUNCIADAS

Estamos habituados a que membros do Governo apareçam por todo o lado inaugurando lanços e sublanços de estradas, primeiras fases de construções hospitalares, segundas fases de edifícios escolares e outras fases, posteriores, que já foram, disto ou daquilo, primeiras ou segundas.

Começamos agora a ser alvo de outro tipo de mensagem, aquela que anuncia o início desta ou daquela obra, como, por exemplo, a do IP3.

A notícia vinha no "Diário de Notícias" de 13 de Abril e nela podia ler-se: "O primeiro-ministro na visita que efectua ao distrito de Coimbra no dia 13, vai anunciar o arranque das obras de um troço do IP3 referente à ligação entre a Figueira da Foz e Santa Eulália".

Nos dias seguintes vasculhámos os jornais na procura da concretização das promessas do arranque, e, para espanto nosso nem o próprio "Diário de Notícias" - embora com notícias destacadas sobre a visita do líder do PSD ao distrito de Coimbra - fazia a mais leve alusão ao anunciado arranque das obras do IP3.

A televisão já tem exibido trabalhos nos seus blocos informativos em que mostra a assinatura do processo de "adjudicação de terrenos onde vai ser construída a...", as "maquetas do anteprojecto da...", mapas onde "vão ser abertas as estradas em..." enfim, as promessas que se fazem.

Depois, alguma imprensa regional vem dizer que as coisas não são bem assim.

Alguns exemplos:

No "Tribuna de Lafões", de

30 de Março, fala-se do "retrato vergonhoso e lamentável" da EN 227, entre S. Pedro do Sul e Santa Cruz da Taipal e pede-se o cumprimento de uma promessa: "sabemos também, que o tão propalado tapete para a mesma esteve já prometido, só que deve ter ido para outras paragens!!! Por tudo isto e porque é urgente, daí lançamos um apelo à Junta Autónoma das Estradas para que olhe a sério para a 227 ...".

A região de S. Pedro do Sul parece mesmo "privilegiada" nestas coisas. É o "Diário de Viseu", de 4 de Abril, que dá conta de outra situação lamentável: "a estrada nacional 228, que liga as sedes dos municípios de Castro Daire e de S. Pedro do Sul está de tal modo degradada que se torna difícil e penosa a sua utilização". O "Correio de Azeméis" de 26 de Março, fala do alargamento da EN 224-1 e da forma deficiente como está a ser feito e diz esperar "que as obras avancem sem demora e sem melindres graves, pois Carregosa precisa de vias de comunicação com melhor transitabilidade, fundamentais ao progresso que vem registando a vários níveis".

Em Abril, na sua edição do dia 12, ao "Região de Leiria", não escapa uma queixa contra o estado da EN 1: "viajar pelas estradas nacionais que atravessam o nosso Distrito reveste-se hoje de um grau de aventura e de incógnita assinalável. Da Nacional nº 1, todos sabemos estar saturada de trânsito, estaremos assim preparados "psicologicamente" para viagens mais demoradas

do que seria de esperar da "primeira estrada" do País. Para o que não estaremos preparados, nem o devemos estar, é para o estado de abandono a que as entidades competentes (?) votaram o seu pavimento".

No mesmo dia, o "Jornal do Fundão", põe em causa os atrasos de construção do IP2, cuja conclusão se prometeu para 1993, e da qual, segundo a JAE, nenhum dos troços arrancará antes daquele ano. Ou talvez não porque, segundo o jornal, aquela data poderá voltar a ser adiada, se entretanto não forem disponibilizados meios financeiros para a realização dos trabalhos. É o IP2 "a andar a passo de caracol".

Bem perto da capital deste "Jardim à beira-mar plantado", o jornal "Badaladas", de 15 de Março, elabora uma panorâmica em que fala da "calamidade das vias de comunicação na região de Torres Vedras" e do que foi prometido e não se fez:

"O Plano Rodoviário Nacional a médio e a longo prazo (1987-92) já incluía o IC 11 entre Torres Vedras e Vila Franca de Xira, passando por Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos e previa 200 mil contos em 1990, um milhão e quatrocentos mil contos em 1991 e dois milhões em 1992. Era o ano de 1987, eleições anunciadas, tudo se prometia. Passados que são quatro anos, nem o projecto está executado".

Fiquemos por aqui.

Nem só de estradas anunciadas e prometidas vivem os portugueses ...

Basta ler a imprensa regional.

L. Amaral

CARTA EUROPEIA DA AUTONOMIA LOCAL

O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Nunes Liberato, disse em Bergen, na Noruega, que "Portugal ratificou sem reservas a Carta Europeia da Autonomia Local porque o Parlamento e o Governo estão con-

victos de que a conciliação entre uma intervenção participada dos cidadãos e a prestação eficaz de serviços públicos depende da actuação de um poder forte e com uma grande capacidade de decisão".

Nunes Liberato, que

representava o Governo português na Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Administração Local sustentou, porém, que embora a descentralização deva ser encorajada, "há que evitar a pulverização dos níveis de decisão".

RESTAURANTE

PANORAMA

- Amplo, moderno e funcional Estabelecimento Hoteleiro, na zona Norte do Distrito de Leiria.
- Capacidade para 400 Pessoas
- 2 Salões e 2 Cozinhas totalmente independentes
- Parque de estacionamento privativo
- Especialmente dimensionado e equipado para Banquetes, Casamentos, Baptizados e Reuniões
- Ar condicionado
- A partir do dia 1 de Maio com o salão do r/c totalmente remodelado, aberto diariamente
- Esplanada
- Marisco e boa cerveja
- ARROZ E AÇORDA DE MARISCO
- BACALHAU "À ZÉ DO PIPO"

Rua Major Neutel de Abreu
52 115 — 3260 FIGUEIRÓ DOS VINHOS

A COMARCA ASSINE

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

Mediador

EDUARDO PAQUETE SILVA LOPES

Armeiro Revendedor

Armas - Munições - Artigos de Caça e Pesca

ESTABELECIMENTO: Adro da Igreja - Telef. 45573

RESIDÊNCIA: Pranzel - Telef. 45332

3270 PEDRÓGÃO GRANDE

Sociedade de Construções Modelar Pedrogense, Lda.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 7, 1.º. Dto. - T. 80 62 26 - 1000 LISBOA

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMEMORA 80 ANOS

A Guarda Nacional Republicana, está a comemorar os seus 80 anos de existência, como corpo especial de tropas, contando já com cerca de 17 mil homens espalhados pelo país.

Mesmo assim, este número de homens é insuficiente para poderem responder às chamadas constantes dos cidadãos.

Não obstante estar classificada de corpo especial de tropas, e porque têm desempenhado com muita honra, maior tem sido a sua actividade policial a nível nacional.

A sua actividade policial virada mais para as zonas rurais tem sido um exemplo de auxílio às populações, mas a sua grande imagem, o seu cartão de visita está nos homens que prestam serviço na Brigada de Trânsito, espalhada pelo país, com os seus Destacamentos e Postos, cada homem da BT/GNR, é um "Gentleman", simbolizando a cultura e a educação do povo português.

A mesma honra têm os que servem em todos os outros serviços da GNR, na Arma de Cavalaria e de Infantaria. Nos postos espalhados pelo país, aqueles homens que mais convivem e de perto com os problemas da população nacional, vítimas das injustiças e dos marginais em especial na nossa região incendiária.

Na apresentação das co-

memorações do 80º aniversário, que teve lugar no dia 23 de Abril de no Comando Geral em Lisboa, o seu Comandante-Geral, general Cabral Couto, depois de historiar a carreira da GNR na vida portuguesa, referiu-se que para além do elevado número de efectivos, são insuficientes, as autorizações de admissões de pessoal, referiu-se principalmente às zonas de matas onde o seu pessoal não chega para as chamadas, e não será o suficiente para cobrir a grande área florestal para fiscalização.

Este facto é sentido na re-

gião de Pedrógão Grande, o número de homens que compõem o Quartel de Pedrógão Grande já é insuficiente, para que haja uma fiscalização efectiva e permanente, atendendo à localização de Pedrógão Grande no florestal e da GNR, é o local indicado para que se aqui implantado um verdadeiro comando operacional da GNR para fiscalização e prevenção criminal não só à criminalidade florestal mas a toda a criminalidade na região centro e ainda a que se desloca de este-oeste ou em sentido contrário.



Quartel da GNR em Pedrógão Grande

PERCORRENDO 43 MILHÕES DE QUILOMETROS G.N.R. EFECTUOU MAIS DE UM MILHÃO DE ACÇÕES

A Guarda Nacional Republicana efectuou 1.086.562 acções durante o ano de 1990, percorrendo 43,24 milhões de quilómetros em patrulhamentos a pé, a cavalo, ou motorizados, o que representa uma média de 118 mil quilómetros por dia.

Segundo uma fonte daquele corpo militar, das acções efectuadas durante o ano findo há a lamentar a morte de três dos soldados, e ferimentos em outros vinte e dois.

No que se refere à sua

actividade operacional em 1990, a Guarda Nacional Republicana registou 59.698 delitos, e entre as ocorrências incluem-se 13.599 casos de ofensas corporais, 22.565 de roubo e furto, 692 de injúrias, violência e resistência ou desobediência à autoridade, e 410 de tráfico, posse ou consumo de drogas.

Furto em automóveis

Durante o mesmo período, o ano de 1990, a Guarda Nacional Republicana tomou conta de 4.047 casos de furto de veículos, de velocípedes com ou sem motor, ou ocorridos em automóveis estacionados, e aqueles militares recuperaram 2.243 veículos que haviam sido furtados.

No que se refere a capturas, efectuou 10.094, das quais 5.215 em flagrante delito, e 4.879 no cumprimento de ordens de outras entidades (mandados judiciais ou pedidos das autoridades militares).

No plano da fiscalização do trânsito nas estradas portuguesas, as patrulhas da GNR detectaram 423.876 transgressões ao Código da Estrada ao longo do ano passado, e apreendeu 6.257 veículos, 12.483 licenças e ti-

tulos de registo de propriedade, e 28.193 cartas de condução.

As transgressões de trânsito

Entre as transgressões de trânsito registadas durante todo o ano destacam-se 42.462 por não apresentação de carta ou licença de condução, 34.571 por falta de livrete ou título de registo de propriedade, 33.482 por falta de capacete de protecção (nos veículos de duas rodas), 21.546 por excesso de velocidade, e 3.177 por condução sem habilitação legal.

Foram levantados pela GNR, nos trezentos e sessenta e cinco dias de 1990, 60.140 autos, entre os quais 41.200 infracções a estatutos nacionais e municipais, e 11.307 infracções a regulamentos policiais e posturas. Prestaram ainda 573.272 serviços a diversas entidades, nomeadamente a tribunais civis (332.372), e à Polícia de Segurança Pública (55.675).

Só perante a eficácia dos números se compreende o trabalho desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana ao longo de todo o País, e o seu contributo para a segurança de todos nós.

QUANDO A ÁGUA FALTAVA EM LISBOA... A VINGANÇA DO ROMANCISTA

Uma carta em que revive o espírito de EÇA DE QUEIROZ

estas indicações nos chegou às mãos o saboroso documento que, a seguir, publicamos.

Nada sabemos mais sobre esta deliciosa carta. Mas, pelo que nela se contém de espírito, de graça e até de personalidade do grande escritor - glória das nossas letras, vulto que justifica uma escola literária - vale a pena arrancá-la à publicidade reduzida dos papeis conhecidos de meia dúzia de pessoas e trazê-la ao conhecimento interessado do grande público.

Eis a carta que julgamos interessante arquivar nas nossas colunas como documento de uma época e de um espírito:

Ilmo. e Exmo. Senhor Carlos Pinto Coelho, Digno Director da Companhia da Águas e Digno

Membro do Partido Legitimista:

Dois factos igualmente graves e igualmente importantes, para mim, me levam a dirigir a V. Exa. estas humildes regras: o primeiro é a tomada de Cuenca e as últimas vitórias das forças Carlistas sobre as tropas Republicanas, em Espanha; o segundo é a falta de água na minha cozinha e no meu quarto de banho.

Abundaram os Carlistas e escassearam as águas, eis uma coincidência histórica que deve comover duplamente uma alma sobre a qual pesa, como na de V. Exa., a responsabilidade da canalização e a do direito divino.

Se eu tiver a fortuna de exacerbar até às lágrimas a justa comoção de V.

Exa., que eu interponha o meu contador, Exmo. Senhor, que eu interponha nas relações de sensibilidade de V. Exa. com o Mundo externo; e que essas lágrimas benditas de industrial e político caiam na minha banheira!

E, pago este tributo aos nossos afectos, falemos um pouco, se V. Exa. o permite, dos nossos contratos. Em virtude do meu escrito, devidamente firmado por V. Exa. e por mim, temos nós - um para com o outro - um certo número de direitos e de encargos. Eu obriguei-me para com V. Exa. a pagar a despesa de uma encanação, o aluguer de um contador e o preço da água que consumisse.

V. Exa. pela sua parte obrigou-se para comigo

a fornecer a água do meu consumo.

V. Exa. fornecia, eu pagava. Faltamos, evidentemente, à fé deste contrato; eu, se não pagar, V. Exa. se não fornecer.

Se eu não pagar, faz isto: corta-me a canalização.

Quando V. Exa. não fornecer o que hei-de fazer, Exmo. Senhor? É evidente que para que o nosso contrato não seja inteiramente leonino, eu preciso, no análogo àquele em que V. Exa. me cortaria a mim a canalização, de cortar alguma coisa a V. Exa..

Oh! E hei-de cortar-lha!...

Eu não peço indemnizações pela perda que estou sofrendo, eu não peço contas, eu não peço explicações, eu chego a

nem sequer pedir água.

Não quero pôr a Companhia em dificuldades; não quero causar-lhe desgostos, nem prejuízos...

Quero apenas esta pequena desfeita, bem simples e bem razoável, perante o direito e a justiça distribuída: - quero cortar uma coisa a V. Exa.!

Rogo-lhe Exmo. Senhor, a especial fineza de me dizer, imediatamente, peremptoriamente, sem evasivas nem tergiversações, qual é a coisa que, no mais santo uso do meu pleno direito, eu posso cortar a V. Exa.

Tenho a honra de ser De V. Exa., com muita consideração e com umas tesouras.

a) Eça de Queiroz



"Carta dirigida por Eça de Queiroz ao sr. Carlos Pinto Coelho, então director da Companhia das Águas de Lisboa". Com

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL, NA DÉCADA DE 90

A década de 90 vai ser um período de tempo de mudança acelerada e permanente, devendo verificar-se um conjunto de alterações muito profundas cujo início remonta à década passada e sentir-se-ão nos domínios político, económico e social.

A integração de Portugal na CEE provocará muitas modificações por razões endógenas e exógenas e será um agente activo de mudanças ao nível das empresas e dos trabalhadores.

No âmbito das empresas, a sua evolução deverá perspectivar-se de modo a viabilizar estratégias decorrentes da crescente internacionalização dos mercados e do acréscimo da concorrência que daí resultará. Por isso, cada unidade empresarial exigirá medidas específicas, visando a adequação dos respecti-

vos recursos humanos à sua actividade produtiva.

Desta forma, caracterizar as necessidades de formação profissional e, depois, concretizá-las, definindo as acções e realizar para supri-las e calandizar o ritmo adequado para não existirem impasses ou estrangulamentos na produção, são tarefas complexas que terão de ser atempadamente executadas. Assim, será possível que as transformações já referidas e indispensáveis à modernização do nosso aparelho produtivo, sejam concretizadas.

Até fins de 1993, Portugal disporá de avultados recursos financeiros, parte transferida pela Comunidade Europeia e a outra transferida do Orçamento Geral do Estado, destinados à valorização dos nossos recursos humanos,

necessitando que a sociedade civil e as empresas os saibam aplicar. Torna-se importante que numa perspectiva óptima de mudança, a aplicação dos referidos recursos financeiros contribua decisivamente para a modernização das nossas unidades produtivas.

A política de emprego e formação profissional que o Governo deverá prosseguir, terá de apoiar-se num modelo que tenha como populações-alvo os jovens, os empregados e os desempregados.

No âmbito dos jovens, a formação profissional deve ser centrada nas Escolas Secundárias (cursos técnicos-profissionais e profissionais), Escolas Profissionais, Formação Profissional em Regime de Alternância-Aprendizagem e programas específicos - JO-

VIP e FIQ.

Para a população empregada, a formação profissional deverá ser de maior dimensão, a formação deverá fazer-se a partir de um núcleo organizacional, contudo as pequenas empresas terão muitas dificuldades se não conseguirem associar-se para esse efeito, constituindo núcleos de formação inter-empresas.

Para a população desempregada e outros grupos sociais mais vulneráveis, a formação deverá ser feita suplativamente pelo Estado.

Cabe ao Governo e às organizações dos trabalhadores e das empresas fomentarem o aproveitamento dos avultados recursos financeiros disponíveis para a formação profissional.

Geleate Canau

SER BOA OU NÃO EIS A QUESTÃO

Não sabemos se a terceira dama do país era presente quando o

primeiro-ministro proferiu a frase que vai ficar para a história

laranja: "As jovens da JSD aqui presentes são boas em todos os aspectos".

Também não é importante que Maria Cavaco Silva a tenha ouvido, porque importante é o facto de que, partindo a frase da boca de um homem que nunca erra e raramente se engana, estejam, a partir de agora, de parabéns todas as jovens que acorreram à festa do 17º aniversário do PSD.

Não há uma, na perspectiva do líder, que as possa deitar fora, o que, ao fim de e ao cabo, não deixa de constituir uma discriminação para com as restantes.

Cremos, portanto, ter-se tratado de um arrebatamento momentâneo de Cavaco Silva, sugerido quiza pelos trajos e pela força da juventude feminina das primeiras filas da assistência, um arrebatamento infeliz é certo, porque a palavra "boa" quando aplicada à mulher jovem tem, em português vernáculo, um significado pouco favorável.

Há, por certo, de tudo

no PSD - jovens bonitas, louras ou morenas, elegantes ou menos elegantes, cultas e instruídas, altas ou baixas, mas também menos bonitas, menos cultas, menos espampanantes.

Cavaco Silva olhou o invólucro e não o conteúdo e, à sua frente, talvez tenha visto em cada uma das jovens uma futura candidata a miss Portugal, uma visão, por certo obliterada pelo entusiasmo com que era saudado.

Não falou com cada uma delas, não conheceu as coisas belas do espírito, quiza existente em

cada um daqueles jovens cérebros, portanto, não podia afirmar que são "boas em todos os aspectos".

Até porque, entre as jovens laranjinhas que não se deslocaram ao comício, há também belas raparigas, inteligentes, cultas e simpáticas. Cavaco Silva enganou-se por uma vez.

Para ser coerente devia ter dito: "As jovens da JSD aqui presentes são boas em todos os aspectos", acrescentando "Mas as ausentes também são".

L. Amaral

BREVES

FP'S 25 SEM AMNISTIA

O Presidente da República admite reflexos internacionais face à impossibilidade de uma amnistia a conceder aos presos das FP' 25. Alegando falta de unanimidade, por motivo do "não" do CDS, o PSD juntou-se aos centristas na decisão de não deixar passar a amnistia no Parlamento.

AUTOCARRO PARA CENTRO SOCIAL

O primeiro-ministro distribui um cheque de 50 mil contos a um clube de campismo que visitou, acaba de prometer um autocarro a um centro social de Lisboa, depois de ouvir as solicitações de apoio por parte dos dirigentes da instituição. Na ocasião considerou ser esta uma excepção em Lisboa e no Porto.

60 MILHÕES DE CONTOS PARA INDEMNIZAÇÕES

O governo propõe-se desembolsar cerca de 60 milhões de contos a atribuir aos titulares das empresas nacionalizadas, que, segundo estudos realizados, serão centenas com cerca de 220 mil accionistas. O assunto está agendado para debate na Assembleia da República.

INFLACÇÃO EM SEGUNDO NA CEE

A Grécia com 21,5 por cento é a mais elevada e Portugal detém o segundo lugar com 11,8 por cento, no conjunto dos países da Comunidade. Os números referem-se a finais de Abril e indicam que a taxa portuguesa é superior ao dobro da média da CEE.

SILVA LOPES NO PS

O economista Silva Lopes, que o primeiro-ministro escolheu como representante do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, vai aderir ao Partido Socialista. A decisão foi anunciada recentemente pelo Secretário-Geral do PS, Jorge Sampaio.

NÃO HÁ NOVO INQUÉRITO A BELEZA

A maioria parlamentar do PSD rejeitou um recurso dos deputados socialistas, comunistas e do CDS contra a decisão do presidente da AR de não aceitar uma segunda Comissão de Inquérito à actividade do Ministério da Saúde, quando Leonor Beleza era a titular do cargo.

DEZ ANOS PARA PAGAR DÍVIDAS

O Secretário de Estado da Segurança Social, Vieira de Castro autorizou que a Liga do Clubes de Futebol pague o que deve ao longo de 10 anos, em 120 prestações mensais, sem qualquer espécie de juros ou multas, vencendo-se a primeira apenas em setembro próximo.

MADEIRA CONTRA CAVACO SILVA

O vice-presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel de Sousa, que substituiu João Jardim em viagem à África do Sul, disse que, no Funchal, "estamos fartos das hesitações do Governo da República que tem engano o Governo Regional" no processo da zona Franca.

NUNES & NEVES, LDA.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Av.º Padre Manuel da Nóbrega, 7-1.º dt.º

Tel.: 80 66 52 - 1000 LISBOA

Mister KIM

PRONTO A VESTIR UNISEXO

EDIFÍCIO DO HOTEL MUNDIAL - RUA DA PALMA, 2 - TEL. 86 2001 LISBOA

Manuel Henriques Coelho

TRANSPORTES PÚBLICOS DE MERCADORIAS

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ARTEFACTOS DE CIMENTO

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

☎ 4 54 18 - 4 57 29

Sede: PINHEIRO DO BOLIM

3270 PEDRÓGÃO GRANDE

O OBSERVADOR EM CASTANHEIRA DE PERA

Esta placa com seis discutíveis indicações está no cruzamento do Coentral Pequeno e Coentral Grande próximo da ponte sobre a ribeira de pera. Para quem lá passa todos os dias, a sua presença era dispensável, e para quem não passa? Pim, pam pum!



As placas "silenciosas" no cruzamento para o Coentral

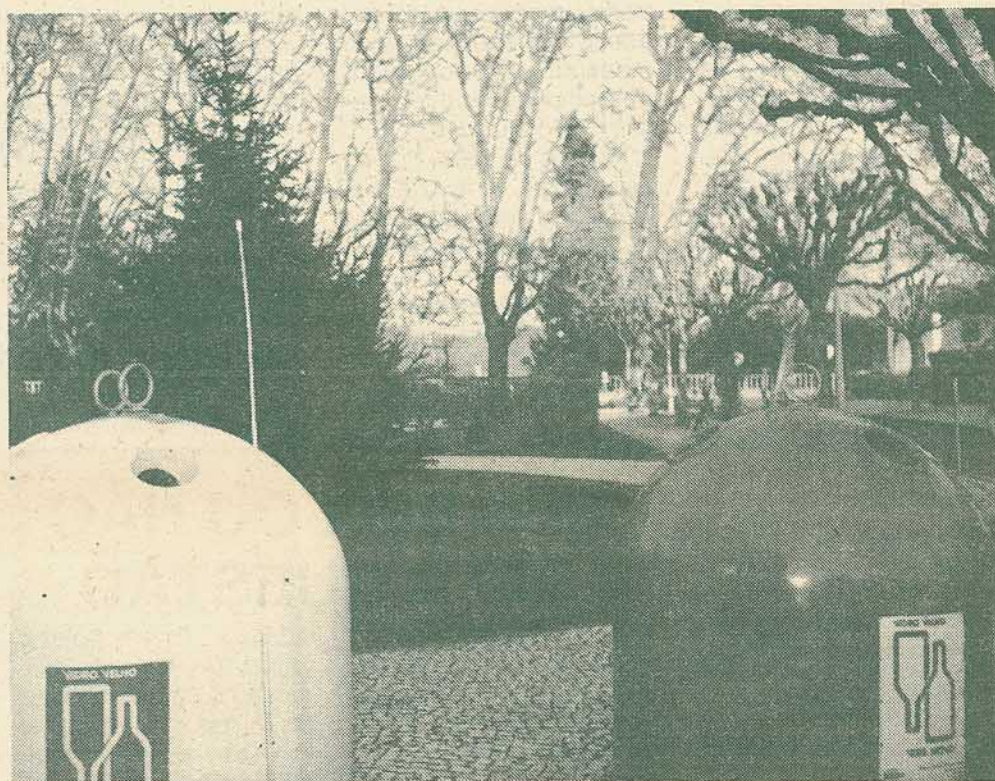
O OBSERVADOR EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Quem não gosta de estar em sua casa recostado no sofá, depois de um dia de trabalho, a ver televisão? E diga o leitor se a sua salinha de estar não é o seu jardim? Ali descansa, ali recebe as visitas, ali conversa, enfim. Mas imagine-se, e pode

comparar as imagens que lhe propomos, de ter ali, no seu jardim de todos os dias um caixote do lixo!!! Mau gosto! Não faça isso que espanta os amigos! Tire lá os caixotes do lixo da sala e recostese outra vez sem o inestético embaraço.

Tudo isto só para dizer, que tendo Figueiró um jardim tão agradável e bonito, porque é que lá meteram os vidrões a interferir nesta doce harmonia?

Eles até cabem na antiga praça do peixe!!!



Os vidrões distorcem a imagem do jardim



A inestética colocação dos baldes do lixo numa sala de estar...



Uma imagem mais agradável sem os "caixotes" a incomodarem!

LEGISLAÇÃO CÓDIGO PROCESSO TRIBUTÁRIO

O novo Código que entrará em vigor em 01 de Julho próximo, vem estabelecer novos prazos de CADUCIDADE E DE PRESCRIÇÃO dos impostos.

Caducidade e prescrição são conceitos diferentes, corresponde a cada um deles prazos e efeitos diversos.

Ambos constituem formas de extinção de direitos pelo decurso do tempo, sendo ditadas por razões de certeza e segurança.

Na CADUCIDADE o que está em causa é apenas o direito de Estado à liquidação do imposto quer tenha sido ou não anteriormente liquidado.

Para a liquidação dos impostos a lei estabelece prazos geralmente mais curtos no pressuposto de que o fisco tem a possibilidade e o dever de proceder a essa liquidação no seu próprio interesse e para que o contribuinte veja a sua situação tributária resolvida e não fique eternamente sujeito a um imposto incerto, indeterminado ou desconhecido.

Estando em causa um imposto já anteriormente liquidado, de que o contribuinte teve certamente conhecimento e

com que contava, é compreensível que o legislador exija o decurso de um prazo maior para a sua extinção por prescrição.

O actual artigo 27º do Código das Contribuições e Impostos, a ser revogado, estabelecia o prazo de 20 anos para a prescrição das contribuições e impostos, sem distinção de boa ou má fé, a contar do início do ano seguinte àquele em que tiver ocorrido o facto tributário, salvo o prazo mais curto não estiver fixado na lei.

Mas nada estabelecem no que se refere à Caducidade, sendo os respectivos prazos fixados nos diversos códigos fiscais que, duma maneira geral, preceituavam que só poderia ser liquidado a respectiva contribuição ou imposto nos 5 anos seguintes àquele a que o rendimento colectável respeita, sendo certo que o prazo de caducidade de alguns impostos era excepcionalmente alongado para 20 anos.

O artigo 34º do C.P.T. veio agora reduzir de 20 para 10 anos o prazo de prescrição das obrigações tributárias, o que é de registar com regozijo.

Quanto ao direito à li-

quidação de impostos e outras prestações de natureza tributária, o artigo 33º do novo Código estabelece a sua caducidade "se não for exercido ou a sua liquidação não for notificada ao contribuinte no prazo de 5 anos, generalizando-se, assim, o referido prazo de 5 anos.

ASSENTO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMPARÊNCIA EM TRIBUNAL

D.R. 1ª SÉRIE -
25.05.91

O Atestado médico, para justificar a falta de comparência perante os serviços de justiça de pessoa regularmente convocada ou notificada, não tem que indicar o motivo concreto que impossibilita essa comparência ou a torna gravemente inconveniente, mas apenas atestar que o faltoso se encontra doente e impossibilitado ou em situação de grave inconveniência, por doença, de comparecer.

L.B.

GUIA JURÍDICO EXPLICA ARRENDAMENTO E CONDOMÍNIO

O "Guia Jurídico Arrendamento Urbano e Condomínio", acabado de editar pela Heptágono, sucede ao "Guia do Morador" e prossegue o objectivo de explicar, em linguagem simples e acessível, as matérias relacionadas com o arrendamento urbano (habitacional e comercial) e condomínio, dando um panorama dos direitos e obrigações dos inquilinos, senhorios e condóminos.

Os autores do guia - os

advogados Alberino Antunes e Norberto Severino - esclarecem em "nota prévia" que "mais uma vez não se procurou fazer doutrina para consumo dos entendidos, mas, somente, orientar os interessados no labirinto que hoje constitui o que se pode chamar o direito de habitação, apesar da nova legislação".

O guia inclui o recente Regime do Arrendamento Urbano, tratando separadamente os arren-

damentos habitacionais e comerciais e, bem assim, as relações de condomínio (propriedade horizontal).

A fim de facilitar a compreensão das normas, que se pretendem divulgar, são apresentados exemplos em relação a diversas matérias e reproduzem-se os principais textos legais, que versam a matéria do guia, deixando, em anexo, vários modelos de requerimento.

INFORMAÇÃO FISCAL

EM JULHO

Esc. 10.000\$00 (Até dia 20).

CONTRA ORDENAÇÕES FISCAIS

Os artigos 35º e 36º estabelecem o prazo de 5 anos tanto para a prescrição do respectivo procedimento como para o pagamento das coimas.

CRIMES FISCAIS

Os artigos 15º e 16º do Regime Jurídico das Infracções Fiscais fixa em 5 anos o prazo de prescrição do procedimento criminal por crime fiscal, e em 10 anos o prazo de prescrição das penas.

OBRIGAÇÕES

IRS - Termo do prazo para pagamento do imposto devido relativo a rendimentos que não sejam exclusivamente das categorias A e H (Até dia 10).

- Entrega do imposto retido na fonte referente ao mês anterior (Até dia 20).

- Entrega do imposto retido na fonte no trimestre anterior (Até dia 20).

- Primeiro pagamento por conta do imposto, relativo às categorias B, C e D desde que o montante calculado de cada prestação não seja inferior a

IRC - Entrega do imposto retido na fonte referente ao mês anterior (Até dia 20 - Rendimento de capitais, prediais, sobre remunerações auferidas na qualidade de membros de órgãos estatutários de pessoas colectivas e os ganhos de jogo, lotaria e apostas mútuas).

CA - Apresentação da declaração para inscrição na matriz dos prédios não inscritos.

L.B.



TUDO PARA A INDÚSTRIA HOTELEIRA
EQUIPAMENTO COMPLETO PARA

- Restaurantes, Cervejarias, Pastelarias, Croissanterias, Self-Service, Cantinas, Snack-Bares, Hotéis, Refeitórios, Talhos, Etc...

RUA DA PASCOA, 58
1200 LISBOA
TELEFS. 65 57 52 - 65 82 67

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TOROS PARA CELULOSE

*António Marques
& Filhos, Lda.*

EXPORTAÇÃO,
INDÚSTRIA
E COMÉRCIO DE MADEIRAS

Telef. 45330

PEDRÓGÃO GRANDE

Indústria e Comércio de Madeiras

Serração Pedroguense, Lda.

Madeiras em Tosco,
Aparelhadas, Tacos,
Caixotarias, Lenhas
e Materiais de Construção
revendedores da CIMPOR
Cimentos de Portugal EP

Telefone 038 - 45405

MÓ PEQUENA
3270 Pedrógão Grande

UM TOMARENSE NA ALEMANHA

RETRATO DE PORTUGAL FEITO PARA ALEMÃES

Por vezes se esquece ser Portugal uma das mais velhas Nações europeias, se não a mais antiga, se não conta a continuidade administrativa e o facto das suas fronteiras se manterem praticamente inalteráveis desde meados do séc. XIII. Isso explicará a sólida unidade do País, a sua coesão interna, a ausência de tensões regionais.

No fundo Portugal é uma imensa praia, uma faixa atlântica na qual avança o

cabo da Roca, o ponto mais Ocidental da Europa. Por isso nos Lusíadas, Camões se refere assim a Portugal "eis aqui quasi cume de cabeça da Europa toda, o Reino Lusitano, onde a Terra se acaba e o mar começa!".

Pontas de lança dos Mon-

tes Cantábricos, ao norte avançam até ao mar montanhas que se suavizam em declives e verdejantes vales, de águas muitas e sussurantes. E o norte, austero e severo a leste - Província Trás os Montes - alegre, aconchegado, e íntimo na sua orla marítima - Província do Minho - Serve-lhes de fronteira ao Sul, o senhorial rio Douro correndo entre ravinas, local, único no mundo, onde se cultiva o afamado nectar que é o Vinho do Porto que depois, durante séculos, desceu o Rio turbulento nas peculiaridades barcas Rabelas conduzidas por sucessivas gerações de famílias de timoneiros até à cidade do Porto, segunda do País, de antiquíssima tradição burguesa e comercial, irmã latina dos urbes que constituem a Liga Hansiática.

Dela se diz ter provindo o nome de Portugal, oriundo dum pequeno porto, a que os romanos chamavam de Portus Cale.

Para o sul, na obliqua, desce em direcção a Lisboa uma cordilheira de montanhas, bem mais modestas que os picos da Europa Central, mas únicos reconditos de neve para amantes do sky. Na sua Serra mais alta (2 mil metros de altitude), a Estrela, cume a invocar cultos animistas, é fabricado artesanalmente, com leite de ovelha, nas cabanas isoladas dos pastores, o saboroso queijo da Serra que ombreia na sua força rude com os mais estimados da Europa.

Ao longo do oceano desce a planície suave até ao extremo sul, a morrer no mitológico cabo de Sagres. Ao correr da costa um rosário de povoações piscatórias, a terna actividade económica dos portugueses.

Nas regiões leste, atravessado o majestoso Tejo, terminam as serranias, prolonga-se pelas Províncias do Baixo e Alto Alentejo, a meseta castelhana que se vai esbatendo até ao mar, em vastas extensões onduladas, pouco arborizadas. Terras arenosas, abençoadas para o cultivo da vinha, cultivo esse aliás sempre ali interdito, desde os nossos primeiros Reis, pela necessidade de cultivar cereais.

São as terras dos grandes latifúndios, população escassa, poucas cidades e vilas, manchas luminosamente brancas na paisagem a perder de vista. Terras de conquista e cristianização mais tardias, de elites em constante mutação, todo um condicionalismo favorável a uma certa injustiça social que levou o Partido Comu-

nista português a facilmente as transformar em feudo seu, no primeiro impacto da Revolução do 25 de Abril.

No extremo sul, estende-se a última Província a ser integrada em Portugal, o Algarve, que foi até ao séc. XIII um reino árabe de elevado padrão cultural. Por isso os nossos Reis se intitularam "de Portugal e dos Algarves".

Alguns maciços montanhosos separam as extensas planícies alentejanas do litoral algarvio já algo mediterrânico, de praias magníficas, entre rochas vermelhas que o mar foi esculpindo nas mais fantasiosas formas.

Portugal é um paraíso para estrangeiros vindos do Norte agreste. Temperaturas amenas, dias luminosos. Do interior ibérico nos vêm contudo as grandes ondas de calor, como as grandes ondas de frio. Com graça dizia o povo que "de Espanha nem bom vento, nem bom casamento".

Os ventos traziam-nos excessos climáticos, os casamentos reais, as velhas pretensões castelhanas de absorção dinástica.

Mas se o clima é suave para os viajantes, é duro para os agricultores porque é inconstante, volúvel, sempre imprevisível. Essa característica acentua as dificuldades do agricultor, já num duro penar contra os solos pouco férteis, arenosos e pedregosos mesmo nas parcas zonas de planícies de regadio, entre outros estereis.

Portugal foi o fundo dum corredor onde desembocaram uma após outra, sucessivas hordas de invasões vindas de leste. Foi cadinho em que se fundiram múltiplas etnias - vândalos, suevos, celtas, visigodos, romanos - a que depois se misturou o sangue da ocupação árabe, que perdurou 4 séculos. A norte predomina a raça céltica, a sul alvinha-se a herança berbere. Contudo, entre o Douro e o Tejo, subsistiu longamente uma etnia dita Lusitana e simbolicamente tida como cimento do reino que sobre ela se alargaria. O País, à semelhança de outros reinos cristãos da Península, emergiu do afã da reconquista, ou seja da luta para expulsar os ocupantes árabes. Uma dinastia de estirpe borgonhesa cria o embrião, apoiada na influência da Ordem de Cluny tão aliada dos Príncipes da Borgonha. A fundação de Portugal normalmente data de 1140, quando o Papa reconhece o título de Rei a D. Afonso Henriques, em oposição aos outros Potentados cristãos ibéricos. Os primeiros Reis, até finais do séc. XIV, vivem absorvidos no re-

povoamento, na organização administrativa do Território no estabelecimento do comércio externo, mormente com a Flandres, na resistência à absorção pelos Reinos cristãos vizinhos e sobretudo na reconquista aos Mouros, lenta mas progressiva, das terras para o sul.

As Cruzadas, em Portugal, foram a reconquista e a expulsão do "infiel". Tal tarefa pressupunha um poder Central forte, e como ao mesmo tempo o território nacional era de exiguas dimensões, não se desenvolveu no País, como no resto da Europa, um sistema feudal forte. Daí guardarão os Municípios ou pequenas unidades regionais em torno duma vila, herança da administração romana, uma saudável independência popular, descentralização infelizmente aos poucos neutralizada a partir do séc. XVI e que agora laboriosamente se recupera para o necessário ajustamento à vivência comunitária.

Nos finais do séc. XIV, na sequência da guerra para resistir a nova tentativa de subjugação ibérica, agora já por parte do Reino de Castela, desencadeia-se em Portugal um movimento da burguesia, semelhante a idênticos fenómenos noutros países europeus. A derrota de Castela consolida a independência e o movimento burguês reflecte a maturação duma consciência nacional.

Depois, à medida que as tendências centrífugas e hegemónicas de Castela se vão desenvolvendo e triunfando, aquela mesma consciência nacional reforça-se. Os imponderáveis da História trazem à superfície os vultos históricos que vão encaixar essas preocupações nacionais, e encaminhar o País para uma política que possa assegurar a sua sobrevivência. Entalado entre o Oceano e uma Espanha em formação, forte e aglutinadora, a saída é o mar, a justificação para uma identidade própria, o contrapeso ao poder vizinho, a necessidade dum poderio marítimo e duma independência económica.

O Infante D. Henrique, príncipe da nova dinastia e o seu sobrinho, o Rei João II, serão os grandes arquitectos dessa política que iria revolucionar o destino português. Com a conquista de Ceuta em 1415, inicia-se uma paciente exploração do oceano atlântico, um científico labor no aperfeiçoamento da arte de navegar, em que sábios judeus colaboram. Surgem as primeiras ilhas no Atlântico - Madeira, Açores, Cabo Verde - e a empresa

financeira e científica progride solidamente na linha dum plano previamente gizado, constantemente ajustado e alargado. Essa empresa, firmemente orientada pelo Príncipe Henrique e pelo Rei João II, tem muito de semelhante com o actual desenvolvimento da descoberta e conquista do espaço. E em 1580 a nação tem já consciência da obra impar em que estava empenhada, com Camões proclamando que "se davam novos mundos ao mundo".

Percorre-se a costa ocidental de África, dobra-se o Cabo da Boa Esperança e no final do séc. XVI alcança-se a Índia, descobre-se o Brasil, atinge-se a Terra Nova. Da Índia progride-se para o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico, rompe-se pelo estreito de Malaca, para chegar às Molucas, e tocar por fim na China, Austrália e Japão. Para além das cidades ocupadas no Marrocos fundam-se estabelecimentos de apoio e comércio ao longo das costas africanas, conquista-se Goa, Dio, Damão, Cochim, constroem-se fortalezas no Ceilão, apoderam-se de Ormuz, Aden, e Malaca. Funda-se Macau na China e Nagasaki no Japão. Cria-se feitorias e missões na Insulíndia. Penetra-se e organiza-se o Brasil. Entretanto, a Espanha entrara na Corrida, surgem os conflitos que acabarão por levar a solução diplomática simplista e espaventa da partilha do Mundo entre espanhóis e portugueses, pelo Tratado de Tordesilhas. Lisboa transforma-se num emporium, no centro da permuta entre a Europa e os novos mundos. São 150 anos de uma actividade inaudita e difícil de explicar cientificamente, se considera a desproporção entre o "empreendimento universal" e os 6 mil portugueses que, segundo o historiador inglês Boxer, constituíram a cifra mais elevada que ao mesmo tempo estiveram fora de Portugal, ao longo daquele período, na insana tarefa de manter este glorioso mas fictício império.

A Europa e a humanidade dela tiraram as cabíveis vantagens. Portugal, só a vã glória e um esplendor económico efémero. Ao cabo de século e meio, o país esgotara-se, arrasara-se, estava exangue. Ademais, calamos na tentação de nos concentrarmos exclusivamente numa actividade comercial, descurando a aplicação dos imensos capitais que afluíram ao País numa obra de fomento que assegurasse um futuro estável. Também Boxer comenta que tendo a expansão portuguesa cons-



TELEFONES ÚTEIS

Pedrógão Grande

Bombeiros	45 122
Câmara Municipal	45 168/45 204
Cartório Notarial	45 328
Casa da Criança	45 373
Casa do Povo	45 432
Centro de Saúde	45 350/45 133
Correios	45 111 (Estação)
EDP	45 441/2-45 360
Escola Preparatória	45 487
Farmácia	45 103
GNR	45 444
Parque Municipal de Turismo	45 459/45 450
Posto Público	45 211
Recreio Pedroguesense	45 118
Repartição de Finanças	45 466
Rodoviária Nacional	45 155/6
Santa Casa da Misericórdia	45 373
Serviços Médico-Sociais (Leiria)	22 892
Táxis	45 103/121
» (Turismo)	45 185

Graça

Posto Clínico	52 188
Posto Público	52 301
Táxis	52 206

Vila Facaia

Posto Clínico	52 494
Posto Público	52 271

Figueiró dos Vinhos

Bombeiros	52 122
Câmara Municipal	52 328/52 397
Correios	52 111
Farmácia Correia	52 312
» Serra	52 339
» Vidigal	52 441
GNR	52 444
Hospital	52 133
Turismo	52 178
Tribunal	52 311

Castanheira de Pera

Bombeiros	44 122
Câmara Municipal	44 106/44 134
Correios	44 111
Farmácia Dinis	44 113
GNR	44 444
Hospital	44 133

CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO

Em vigor desde Novembro de 1990

Do nascimento até aos 2 meses	BCG - Vacina contra a tuberculose
Aos 2 meses de idade	- Vacina contra o difteria, tétano e tosse convulsa - 1.ª dose - Vacina contra a poliomielite - 1.ª dose
2 meses depois	DTP - 2.ª dose VAP - 2.ª dose
2 meses depois	DTP - 3.ª dose VAP - 3.ª dose
Aos 15 meses	VASPR - Vacina contra o sarampo, paperite e rubéola - 1.ª dose
Dos 18 aos 24 meses	DTP - 1.º reforço
Dos 5 aos 6 anos	DTP - 2.º reforço VAP - 1.º reforço BCG
Dos 11 aos 13 anos	VAT - Vacina isolada contra o tétano - 3.ª dose - 3.º reforço VASPR - 2.ª dose BCG
De 10 em 10 anos	VAT - reforços

• Todos os adultos não vacinados contra o tétano devem iniciar esta vacina em qualquer idade.
• Todas as grávidas não protegidas contra o tétano devem ser vacinadas. Além de se protegerem, evitam o tétano nos seus filhos nos primeiros meses de vida.

UM TOMARENSE NA ALEMANHA RETRATO DE PORTUGAL FEITO PARA

tituído num dos mais vastos impérios que a Humanidade conheceu, como em nenhum outro, dele se tirou menos proveito em relação à sua "cabeça" ou seja Portugal. Sintomático desse espírito será a resposta que um viajante português deu a um príncipe das Molucas que lhe perguntara ao que vinham os portugueses: "Nós vimos em busca de almas e especiarias".

Ficou-nos também o gosto de sonhar com grandezas perdidas, o "penchant" para viver de memórias o que conforta mas não assegura por si só a prosperidade, e entrava o progresso. Caimos na velha tentação de achar que quem foi grande e ficou pobre se isola do resto do mundo, para viver, orgulhosamente só, do passado perdido...

A batalha de Alcácer Quiber dada para conquistar o Marrocos, já na via desses fumos de grandeza irrealista, conduziu-nos a colossal derrota que sacrificou a elite nacional e precipitou a decadência já em curso.

A 80 anos da ocupação espanhola, sucederam-se séculos de grande debilidade económica. A devastadora acção da Inquirição mergulhou-nos num longo período de estagnação cultural.

O século XIX correu para nós em virtuosos e complicados exercícios de diplomacia para preservar os restos da nossa presença em África, dos apetites das outras Potências europeias. África transformou-se numa obsessão nacional. Poucados à catástrofe da 2ª Guerra Mundial mas de novo ameaçados em África pela onda de nacionalismos que levaram à emergência de novos Estados africanos, a nossa obsessão africana conduziu-nos a uma política cega e teimosa, que nos envolveria em 15 anos de guerra estéril que tão cara nos custou a nós, como aos Países africanos de expressão portuguesa. Paradoxalmente, embora embalados em novo "sonho

imperial", envolvemo-nos durante esses 15 anos numa política de fomento na África então portuguesa, particularmente em Angola, de notável sucesso, apesar de múltiplos aspectos negativos. Mais uma vez, porém, descurámos a "Cabeça do Império". Essa política em lugar de trazer proveitos à metrópole colonial, só aprofundou o atraso de Portugal em relação ao resto da Europa.

Com efeito o quadro económico português no período que antecedeu o 25 de Abril poderia ser assim resumido.

Com a eclusão da Revolução em 1974 e os excessos do período que se lhe seguiu, o quadro enunciado agravou-se.

Mas o regresso à normalidade democrática, a prática da liberdade, a conjuntura favorável da economia ocidental nesse período, e a adesão à Comunidade viriam transformar decisivamente a realidade portuguesa.

Atendendo à proverbial, saudável e insaciável curiosidade germânica pelo mundo exterior e particularmente pelos seus parceiros comunitários, eu talvez sem querer pesar, devesse a traços largos referir-me a mais alguns aspectos de Portugal.

E como somos nós os portugueses? Sonhadores, grandes sonhadores, já o sabemos. Daí o gosto pela aventura, que facilita a diáspora da emigração, ditada primordialmente por necessidades económicas.

Talvez que esse lado sonhador, o espírito de aventuras vividas em mundos distantes, a desproporção entre glórias do universalismo da nossa História e a modéstia do nosso viver presente, nos emprestem esta pesada nostalgia que carregamos dentro de nós, nos dê um gosto congénito pelos caminhos do romantismo e nos leve a saborear com deleite o travo amargo da "saudades". "Saudade", palavra de complexo conteúdo que cobre tudo o que é a tristeza de pensar no que já fomos, já

tivemos, já sentimos e que já não somos, já não temos, nem já sentimos. "Saudade" é quase um estado de alma permanente para a maioria dos portugueses. Por isso nos julgarão tristes, quando no fundo somos sobretudo introspectivos, tímidos, sonhadores e nostálgicos.

Essas características coadunam-se pouco o racionalismo, com um espírito organizativo, com o planeamento rigoroso do futuro. Daí sermos sim genialmente improvisadores e intuitivos. Traze-mos a sensibilidade à flor da pele.

Dá-nos também para a modestia o que é mau para nós e foi bom para outros. Com efeito o segredo da nossa integração noutros mundos, noutras culturas está nessa modestia, com ela inconscientemente dominamos ou influenciámos outros povos, sendo utilíssimos transmissores de valores e ideias. Assim servimos a Europa, para logo nos apagarmos, nos escondemos na última fila.

O português gosta de ser sério, patriarca, gosta de trabalhar mas, dum modo geral, interessar-se menos pela especulação filosófica ou a investigação científica.

Também é duma comovente valentia-pacífica. Em meio à crueza humana e tanto estas generalizações podem ser relativas, o português não é cruel, é suave e manso. A História portuguesa é uma que menos manchas de sangue e violência traz em si. Revoltas, revoluções, golpes de palácio acabam sempre em emocionais condescendências e tolerâncias, métodos que o Brasil herdou. Digo-o sem esquecer as brutalidades da conquista e da expansão, as violências das guerras liberais, ou as barbaridades da guerra colonial. Repito, falo em termos relativos, refiro-me ao nosso sentimentalismo histórico. Em suma e um pouco como escreve um poeta brasileiro sobre os portugueses do séc. XVI: "e a mão mais que depressa

executa senão o coração perdoa...".

Quanto ao português, todos sabem que é uma língua da família das famílias latinas. Alguns se perguntarão porque razão é a língua portuguesa tão próxima do latim clássico, tendo-se ela desenvolvido numa região tão distante de Roma. A explicação estará no facto pouco conhecido de que o português se formou a partir do galaico-duriense, utilizado no séc. IX e X na área onde hoje se localizam a Galiza, província de Espanha, e as províncias do Minho e do Alto Douro, em Portugal. Curiosamente essa região havia-se transformado num centro de influência provençal logo, como Achen, numa zona onde se preservava, de forma mais pura, a cultura latina. Foi um longo caminho a percorrer até o português se ter consolidado na sua forma moderna, em pleno séc. XVI, sobretudo com Camões e o excelente dramaturgo, Gil Vicente. Entretanto e para além da origem latina do português, sofreu a nossa língua outras influências. Delas se destaca de forma significativa a contribuição árabe que introduziu cerca de 10% dos étimos da língua portuguesa.

Como expressão cultural dessa língua, muito cedo se revela em Portugal uma poesia lírica de muita qualidade que para sempre irá ter uma influência decisiva no desenvolvimento da poesia em Portugal. Pena é que, forma de arte de tão difícil transmissão através de traduções, seja justamente uma das expressões artísticas que mais alto nível atingiu no nosso País.

Aliás todas as correntes literárias que se foram sucedendo na Europa através dos séculos foram cultivadas em Portugal com originalidade e grande rigor, até à nossa geração, reflectindo brilhantemente os problemas e as sensibilidades nacionais ao longo da História.

Quer na música quer na pintura, não terão os portu-

gueses atingido o grau de identidade e qualidade que alcançaram na literatura.

Em matéria musical a Itália teve influência determinante até ao séc. XIX, assim como na pintura, onde a Flandres marcou igualmente os mestres portugueses da Renascença. Contudo, quer no que respeita à música quer no que respeita à pintura, os efeitos do 25 de Abril em matéria de liberdade creativa e o "boom" económico dos últimos anos, permitiram a revelação de múltiplos talentos mais independentes de influências exógenas e que trazem à ribalta artistas de muito interesse.

No relativo ao cinema, os portugueses têm produzido obra de mérito mas de toda ela demasiado presa a preocupações de afirmação intelectual, didácticas e algo obsecada pelo tratamento dogmático de carácter muito temático. No teatro ocorre um fenómeno algo semelhante.

Nas artes menores há que mencionar a arte de azulejaria em que os portugueses

desenvolveram uma maestria única transformando um artesanato em algo muito próximo da pintura, com um tratamento muito elaborado e particular bom gosto, de cenas campestres ou de carácter religioso.

Também os tapetes de Arraiolos, com uma tradição que remota à Idade Média, e que se inspira na arte persa, constituem uma manifestação de arte merecedora de atenção.

Será curioso referir ainda o Fado e as Touradas, formas populares de expressão artística, que tem não obstante uma origem sociológica curiosa e de relevância. Os estrangeiros, como alguns portugueses crêem que o Fado e Touros são folclore. Contudo por detrás dessas manifestações escondem-se aspectos relevantes da vivência portuguesa.

Continua no próximo número

CAETANO ALVES & FILHOS, Lda

SERRAÇÃO DE MADEIRAS PARA EXPORTAÇÃO
E MERCADO INTERNO



SURRIBAS E DESATERROS
MAT. DE CONSTRUÇÃO



Fab. 45208 Resid. 45319 Telex 52562 CAFLDA P
DERREDA CIMEIRA
3270 PEDRÓGÃO GRANDE



**RESTAURANTE
CERVEJARIA**

RUA D. ESTEFÂNIA, 92, B
TELEFONE 53 67 72

1000 LISBOA

MINISTANDE, LDA

ALVERCA - LISBOA - MONTIJO

A CONFIANÇA NO CARRO USADO

AV. ROVISCO PAIS, 42-A/B - LISBOA

☎ 52 02 34 - 57 55 93. FAX. 57 56 63

Restaurante e Cervejaria

O Tamboril



R. REIS GOMES (Barr. de São João), Loja 19 - Tel. 848 34 14 - 1000 LISBOA

FIGUEIRÓ DOS VINHOS A VOZ DA OPOSIÇÃO

Conversa com o Vereador do PSD Jorge Domingues

Comarca - Sendo o PSD tradicionalmente maioritário em Figueiró dos Vinhos e perante a clara derrota no último acto eleitoral favor do PS, como interpreta esta mudança e qual o vosso papel como oposição?

Jorge Domingues - Devo salientar em primeiro lugar que não considero que tenha havido uma clara derrota eleitoral do PSD.

De facto a diferença de votos foi unicamente de 670 o que corresponde a uma escolha de 335 pessoas em 5.712 votantes.

Não me parece pois que haja uma clara derrota do PSD antes sim um equilíbrio em que o PS saiu ganhador por uma diferença escassa de votos.

Considero a acção PS populista, eleitoralista e sectária.

Depois devo-lhe dizer que o facto de as listas do PS serem uma "Salada" de todas as forças políticas desde a extrema esquerda à extrema direita revela por si só a grande força que é o PSD que se apresenta ao eleitorado tal qual é.

Já reparou qual teria sido o resultado eleitoral se cada força política tivesse a coragem de se apresentar por si ao eleitorado com as suas pessoas com as suas ideias, com as suas siglas?

Al sim haveria uma clara derrota eleitoral de todos os partidos e uma clara vitória do PSD.

O que se passou foi que pelas razões conhecidas o habitual candidato do PSD não se candidatou e não havia no PSD ou nos outros partidos alguém que se aproximasse sequer do carisma de Simões de Abreu, carisma esse bem definido

no sentir da população e que as votações sempre crescentes confirmam. Caberá aqui referir tudo aquilo que Simões de Abreu fez por este Concelho, e que foi muito, o que qualquer analista não poderá deixar de reconhecer.

Não se candidatando Simões de Abreu o PS negociou a qualquer preço e a "Salada" de que falei não tendo a coragem de se candidatar sozinho pois sabia que era o seu fim eleitoral em Figueiró dos Vinhos.

O nosso papel enquanto partido que não ganhou a Presidência da Câmara é um papel construtivo tentando fazer o melhor que for possível para o nosso Concelho. Quem assista de perto à vida

autárquica terá reparado que as nossas posições não são de oposição sistemática ou destrutiva.

São, bem pelo contrário, posições construtivas e de não criar entraves aos projectos da maioria com os quais concordemos. A maioria é que muitas vezes não consegue executar aquilo que promete.

Um só exemplo para terminar: a maioria no início do seu mandato apresentou uma revisão ao Plano de Actividades. O PSD votou favoravelmente esse documento. Chegados ao final do ano verificamos que tinha sido só "fogo de vista" pois a grande maioria do que tinha sido inserido no revisão ao Plano não tinha sido executado.

C. - Acusam-vos de erros estratégicos, um dos quais, segundo nos afirmaram, consistiu no facto de apresentarem um candidato de

Castanheira de Pera, o Sr. Aquiles Morgado a quem associam um temperamento difícil. Concorda?

J.D. - Em primeiro lugar é errado dizer-se que se apresentou um candidato de Castanheira de Pera.

O Sr. Aquiles Morgado vive há 30 anos em Figueiró dos Vinhos. Por isso é totalmente descabida essa afirmação!

Aliás quem profere essas afirmações e apoia o que se passa nos Órgãos Sociais de algumas das colectividades de Figueiró dos Vinhos o mínimo que se poderá chamar é incoerente!

Quanto ao "temperamento difícil" de que me fala com certeza que me quer falar da sua enorme competência como Gestor, da sua rica experiência de vida, do seu empenhamento maximizado em tudo aquilo que se mete, de tudo aquilo que ele já fez por esta terra com especial realce para os Bombeiros Voluntários, dos quais é sócio honorário, em suma de tudo aquilo que são as suas enormes qualidades.

Aliás essas qualidades estão bem à vista no difícil sector onde exerce a sua actividade, o sector têxtil. Outros há que demonstrando outras qualidades apoiam outras pessoas...

Para mim o grande erro estratégico do PSD foi o não ter percebido quando devia que não podia chegar a 1990

com uma Câmara maioritária de 4 para 1 em que os seus quatro elementos estivessem na casa dos 70 anos!

Houve de facto uma discrepância de velocidade, entre o que representa a vida de hoje, com a sua grande velocidade com a integração europeia, etc e a velocidade do executivo anterior. A população não gostou dessa velocidade e foi alimentando um desejo de mudança. O PSD ofereceu-lhe essa mudança mas pelos vistos já era tarde...

C. - A Câmara PS, segundo uma sondagem nossa beneficia neste momento de uma opinião generalizada, favorável. Considera a sua acção populista e eleitoralista?

J.D. - Considero a sua acção populista, eleitoralista e sectária!

A opinião favorável encontra-se certamente junto daqueles a quem já foi feito algum melhoramento, quer se trate de uma calçada, de um candeeiro, de um fontanário, de um emprego nem que seja em part-time, etc.

Opinião desfavorável encontra-se junto de quem não acredita nesta gestão e junto de muito boa gente a quem foram prometidos mundos e fundos e que já se desiludiram.

Eu sou dos que pensam que o desenvolvimento de uma terra como Figueiró dos

Vinhos não pode, no entanto, ser medido pelo número de foguetes que se atiram ou pelo número de leitões que se comem...

O futuro desta terra terá de ser muito superior a isso!!

De sectarismo gostaria de lhe dar um exemplo por si só elucidativo: O almoço que o sr. Presidente da Câmara faz com os amigos para comemoração da sua eleição tem som exterior para que a população da Vila tome conhecimento do que se lá diz.

O candidato Mário Soares visita Figueiró dos Vinhos em campanha eleitoral e o som exterior não falta nas ruas da Vila;

O Primeiro-Ministro de Portugal desloca-se em visita oficial ao nosso Concelho, a população mal é informada disso e o Sr. Presidente da Câmara "esquece-se" de mandar colocar som exterior para que a população ouça o Sr. Primeiro-Ministro!

As acções ficam para quem as pratica. Para mim para além de sectarismo isto revela uma grande hipocrisia política.

C. - Verifica-seo alargamento do abastecimento de água por todo o concelho. O nosso atraso nesta área era assim tão desanimador?

J.D. - Penso que não. O alargamento de que fala é um alargamento que vem a ser estudado e projectado de há muitos anos a esta parte e é fruto dos projectos feitos por executivos anteriores.

Senão vejamos: Na freguesia de Aguda parte dos lugares têm água ao domicílio e quando este executivo tomou posse outros havia que estavam em execução.

Em execução estava também o abastecimento de água a Arega e Bairradas.

Na freguesia de Figueiró só a zona urbana da Vila tinha água bem como Aldeia de Ana de Aviz, no entanto estava já concluído o projecto para cobrir toda a freguesia projecto esse aprovado já pelo executivo anterior e que agora se está a pôr em execução parcialmente como seja Chavelho, Fonte da Guisa, Quinta do Mouchão e Fonte do Velho, nordeste da freguesia, etc.

A única diferença, para além de alguns acertos de pormenor, é que este projecto tinha uma versão inicial uma captação de água na chamada Barragem da Machuca, a construir, e este executivo deliberou utilizar o caudal existente, nalguns ca-

sos, e a abertura ou aproveitamento de furos.

A nossa posição é de apoio a esta medida para se resolver no mais curto espaço de tempo possível o abastecimento de água a todo o concelho, numa primeira fase e numa segunda fase, a ser também já tratada, o estudo de uma forma de captação de água que ofereça a estabilidade que os furos certamente não darão, seja essa solução a Barragem da Machuca, o agora falado projecto da Barragem do Cabril ou outro que se venha a entender por bem.

Para nós o importante é que se procure e que se encontre essa solução.

C. - Uma breve análise das consequências da IC8, bem como do seu aproveitamento.

J.D. - As consequências da IC8 são uma preocupação das populações directamente afectadas, no nosso caso o exemplo mais flagrante é Aldeia da Cruz, e da Câmara Municipal que tenta minimizar essas mesmas consequências que mais não são do que os custos do progresso que se espera vir a alcançar depois desta estrada estar em pleno funcionamento pois vai melhorar e facilitar enormemente a

Percebi que o presidente da câmara, Dr. Manata, era um homem cheio de traumas do passado.

acessibilidade ao nosso concelho e a desempenharem altos cargos na área do turismo para decididamente apostarmos nesta área que consideramos da maior importância para o nosso concelho.

Penso que as pessoas não perceberam isto. Penso também nesta como em todas as outras áreas o Concelho não ganhou com o facto do PSD não ter ganho as eleições.

C. - Tensid vulgarizada a criação de Parques Industriais pelas Edilidades do País. Figueiró perspectiva agora a sua criação. Considera esta atitude ultrapassada no seu "timing", tendo em conta a oportunidade dos apoios comunitários à indústria, que estão limitados até 1992?

J.D. - O "timing" de criação do parque industrial poderia de facto ter sido outro mas convirá não esquecer que ele também só poderá vir a funcionar em pleno quando tiver uma rodovia que o sirva eficazmente. Ora é sabido que essa rodovia é

agora, a ser também já tratada, o estudo de uma forma de captação de água que ofereça a estabilidade que os furos certamente não darão, seja essa solução a Barragem da Machuca, o agora falado projecto da Barragem do Cabril ou outro que se venha a entender por bem.

Para nós o importante é que se procure e que se encontre essa solução.

C. - Uma breve análise das consequências da IC8, bem como do seu aproveitamento.

J.D. - As consequências da IC8 são uma preocupação das populações directamente afectadas, no nosso caso o exemplo mais flagrante é Aldeia da Cruz, e da Câmara Municipal que tenta minimizar essas mesmas consequências que mais não são do que os custos do progresso que se espera vir a alcançar depois desta estrada estar em pleno funcionamento pois vai melhorar e facilitar enormemente a

agora, a ser também já tratada, o estudo de uma forma de captação de água que ofereça a estabilidade que os furos certamente não darão, seja essa solução a Barragem da Machuca, o agora falado projecto da Barragem do Cabril ou outro que se venha a entender por bem.

Agricultura, Floresta, Defesa e Protecção do Meio Ambiente e Qualidade de Vida. O então vereador recusou os pelouros da Agricultura e Florestas.

No discurso de posse o actual Presidente da Câmara falou entre outras coisas em diálogo e em dar-mos todos as mãos para bem da nossa terra.

Na primeira reunião de Câmara, sendo já eu o primeiro vereador do PSD por desistência da cabeça de lista, sem que tivesse havido qualquer diálogo, o Sr. Presidente da Câmara distribuiu-me os pelouros de Agricultura e Qualidade de Vida.

Percebi nesse momento que o Presidente da Câmara era um homem cheio de traumas do passado e que algumas palavras bonitas que havia proferido não passavam disso mesmo.

A atribuição daqueles pelouros, sobretudo o da Agricultura que ele próprio havia recusado 4 anos antes, era uma autentica provocação.

Recusei por isso os pelouros atribuídos e quanto ao resto eu não respondo a provocações nem do Sr. Presidente da Câmara nem de determinado clã familiar que logo nessa sessão e noutras que se seguiram tentou e tem tentado o afrontamento com a minha pessoa tentando julgar as opiniões que emito na minha qualidade de vereador da câmara municipal.

Por isso não tenho pelouros no actual executivo camarário. Foi talvez o primeiro gesto de diálogo e de dar de mãos do Sr. Presidente da Câmara.

Apesar de não ter pelouros sou vereador da Câmara Municipal de pleno direito mas não tenho um local de trabalho e o acesso a determinados dados que entendo por bem pedir é muito, muito difícil quando não impossível ou só com a autorização expressa do Presidente da Câmara.

C. - Uma das acusações à Câmara PS sustenta-se no facto de não dialogar com a oposição. Um comentário. J.D. - É a pura verdade. Também aqui lhe vou dar alguns exemplos que são por si só sintomáticos dessa maneira de actuar.

Neste ano e meio só uma vez o Presidente da Câmara dialogou com os vereadores do PSD, foi aquando da elaboração do plano de actividades para 1991. De resto encontramos-nos formalmente nas reuniões de Câmara.

Aqui, nas reuniões, por exemplo, aparece um município a reclamar por causa de uma estrada, o Sr. Presidente da Câmara diz que a Câmara poderá ir ao local ver, eu refiro que acho bem e que a Câmara no seu todo deve deslocar também a outros locais, responde-me o Sr. Presidente da Câmara: "O

Sr. Vereador se quiser vá visitar o Concelho sózinho". É evidente que isto é sinónimo de diálogo e um dar de mãos para o bem do Concelho.

No início do mandato o Sr. Presidente fez uma informação à Câmara por escrito acerca dos dinheiros municipais. Dizia ele que era para que a vereação reflectisse. Pela minha parte reflecti e dei uma resposta também por escrito. A informação do Presidente da Câmara foi amplamente divulgada inclusive no chamado Boletim Municipal. A minha resposta não foi divulgada nem inserida no chamado Boletim Municipal para "não levantar polémica" conforme informação que me prestaram em reunião de Câmara quando questionados sobre o assunto. Daí eu dizer "chamado" Boletim Municipal porque se só traduz a opinião do Presidente da Câmara só pode ser chamado de Boletim do Presidente da Câmara e nunca apelidado de Municipal.

E o que se passa nas freguesias?

Nas freguesias em que o PSD ganhou as respectivas Juntas (está a ver que não houve uma clara derrota) e que são Arega e Aguda o Presidente da Câmara põe de parte as Juntas de Freguesia dialogando e visitando as mesmas freguesias com os candidatos derrotados do PS numa clara afronta à conta das populações expressa através do voto e no maior desrespeito pelos mais nobres valores democráticos!!

Até para o chamado Boletim Municipal se faz fotografar na companhia dos candidatos derrotados do PS. Será que se confunde também o dito Boletim com algum órgão de informação partidária? Quere-me parecer que sim.

Como se pode observar pelos exemplos que acabo de referir o diálogo pode haver mas só se for com os amigos dado que nem as maiorias das freguesias são, minimamente que seja, respeitadas. Maiorias do PSD, claro!!

C. - Perspectivas eleitorais para o PSD nas próximas eleições?

J.D. - Para as próximas eleições autárquicas ainda é cedo para falar.

No entanto por tudo aquilo que lhe referi ao longo da entrevista, sobretudo por tudo aquilo que lhe não referi, pelo descontentamento cada vez mais generalizado que se nota na população, sobretudo para quem acredita ou cegamente em tanta promessa não realizada, estou convencido que o PSD ganhará de novo as eleições autárquicas e impulsionará decisivamente o nosso Concelho para o lugar que merece.

Aliás já nas próximas eleições legislativas se irá ver que o PS não tem pelo seu lado a população portuguesa que não gosta da sua maneira de estar e não-lhe reconhece a credibilidade suficiente para governar este país, apesar das abusivas colagens, lá como cá, á figura do Sr. Presidente da República o que representa um claro sintoma de derrota antecipada.

Estou crente que a população do nosso concelho compreenderá isto e que agora para as legislativas e depois para as autárquicas apoiará massivamente o maior partido a nível nacional e local, que é sem sombra de dúvidas o PSD!

C. - Algo que porventura gostaria de afirmar e que aqui não focou.

J.D. - Já que me concede esta oportunidade gostaria de referir algo de muito importante e que ainda não se abordou.

Referi atrás que o Sr. Presidente da Câmara ouviu uma única vez o vereadores do PSD.

Gostaria de em traços largos indicar algumas das propostas que então apresentamos no âmbito da nossa postura construtiva para o bem do Concelho. Assim propusemos a elaboração de um plano plurianual para a construção faseada de uma rede de águas pluviais na vila; a construção de um parque de pesados nos ter-



Jorge Domingues, vereador pelo PSD: "Presidente da Câmara ignora presidentes das Juntas de Freguesia eleitos pelo PSD!"

renos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

reos anexos ao novo campo de futebol a fim de retirar o estacionamento depesados (sejam de madeira sejam da RN sejam outros) do centro da vila aproveitando um espaço morto; a construção de passeios, equaciona-

DICIONÁRIO DA SAÚDE

B- BEBIDAS ALCOÓLICAS

O álcool é produzido pela fermentação do açúcar e introduzido em doses variáveis na maioria das bebidas que se consome.

Assim, o vinho é obtido através da fermentação alcoólica da glicose contida no sumo da uva; a cerveja, através de uma fermentação alcoólica do açúcar proveniente do germen da cevada; as aguardentes, da fermentação alcoólica do açúcar que se extrai da batata ou que provém dos grãos de cereais.

O álcool ou "espírito do vinho" é também chamado álcool etílico (deriva do etano). O álcool metílico, chamado "espírito da madeira", não pode ser ingerido pois pode ser mortal.

Metabolismo do álcool

O álcool é absorvido pelas mucosas da boca e do estômago e é rapidamente espalhado por o corpo, através da corrente sanguínea. É no cérebro que se encontra a maior quantidade e é no fígado que ele é decomposto em grande parte.

A eliminação é lenta e faz-se através da pele, da urina e pelo ar expirado.

A velocidade com que o álcool é absorvido pelo estômago depende, por um lado, da concentração e da quantidade e por outro, da quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos: a gordura, por exemplo, pode retardar consideravelmente a absorção do álcool.

Apesar do álcool fornecer uma quantidade significativa de calorias, o seu efeito vasodilatador sobre os vasos sanguíneos arrasta o sangue para a periferia do corpo e há um desperdício imediato dessas calorias e das que são fornecidas pelos alimentos.

É pois, uma anti-alimento, que não traz qualquer energia. Se um indivíduo absorver regularmente mais álcool

do que o seu organismo pode eliminar, instalam-se degradações orgânicas e psíquicas mais ou menos graves, acompanhadas a longo prazo de uma dependência que o transforma num toxicómano.

Tipos de alcoolismo

A O.M.S. (Organização Mundial de Saúde) considera alcoolatia "o indivíduo que bebe excessivamente e cuja dependência ao álcool é tão marcante a ponto de se provocar alterações na sua saúde física e mental, deteriorando-se o seu convívio social e profissional".

Os tipos de alcoolismo variam bastante. O sociólogo americano prof. Jellinek, descreveu cinco tipos, embora o mesmo indivíduo possa ser classificado em mais do que um dos tipos e embora não exista uma classificação taxativa de um deles.

- Tipo 1 (alcoolismo ALFA):

é também chamado alcoolismo sintomático uma vez que são as tensões psíquicas e as dificuldades sociais que causam a procura da bebida alcoólica, levando o indivíduo a beber indisciplinadamente para tentar ultrapassar o seu problema.

- Tipo 2 (alcoolismo BETA):

o indivíduo sofre de doenças físicas e psíquicas como por exemplo cirrose hepática, polineurite ou demência causada por um consumo contínuo de álcool. Poderá não ter dependência. Os frequentadores de bares são muito propensos a este tipo.

- Tipo 3 (alcoolismo GAMA):

apesar de conseguir aguentar longos períodos sem beber, o indivíduo quando começa, não consegue parar e precisa de continuar a beber cada vez mais. Os períodos de abstinência pas-

sam a rarear e a encurtar-se progressivamente. A determinada altura, um corte súbito pode desencadear o síndrome de abstinência (náuseas, vômitos, irritabilidade, depressão, medo, tremores, alucinações visuais, auditivas, etc.).

- Tipo 4 (alcoolismo DELTA):

ao contrário do que acontece no alcoolismo Gama, o indivíduo controla-se, nunca ficando realmente embriagado. Contudo, ele ingere álcool continuamente em pequenas doses ao longo do dia e não consegue livrar-se deste hábito. Este tipo, é comum nos países vinícolas.

- Tipo 5 (alcoolismo EPSILON):

também conhecido por dipsomania. A pessoa está habitualmente sóbria, mas tem outras fases em que bebe exageradamente até perder o controlo de si mesmo. É, pois, um consumo periódico e exagerado.

Consequências do alcoolismo: Físicas, psíquicas e sociais (geralmente interrelacionadas)

1 - CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS

1.1 Lesões hepáticas:

a) Cirrose hepática: as células do fígado, uma vez destruídas não se renovam e são substituídas por tecido fibroso. Ela evolui lentamente e muitas vezes, sem conhecimento da pessoa e 95% das cirroses são de origem alcoólica, sendo mortais se não forem estabilizadas a tempo.

b) Hepatite alcoólica (inflamação do fígado) que pode levar à cirrose.

c) Fígado gordo alcoólico: reversível se se parar de beber.

d) Anemia e tendência hemorrágica: como consequência da C.H.

1.2 Lesões cerebrais:

O álcool provoca uma excitação de curta duração, seguida de uma depressão (neste período, o tempo de reacção frente a um perigo ou obstáculo é maior). Em doses elevadas, torna-se um narcótico e depois um anestésico, podendo o indivíduo ficar em perigo de vida.

A absorção excessiva e permanente leva a uma degradação contínua do sistema nervoso, podendo levar a polinevrites, crises epiléptiformes, acessos de "delirium tremens" (confusão mental, tremores, febre, suores, taquicardia, alucinações frequentemente aterradoras, ...) e demência. Leva também a problemas de sono (insónias, pesadelos), a uma perda progressiva da capa-

cidade intelectual bem como do rendimento de trabalho.

Pode ainda levar a encefalopatia.

Os cérebros dos grandes bebedores, parecem estar atrofiados, pensando-se que seja devido à carência de vitamina B.

1.3 Lesões gastro-intestinais:

Provoca gastrites, agrava úlceras duodenais e gástricas, provoca pancreatite aguda ou crónica e hemorragias ao nível do intestino delgado. O álcool associado ao tabaco pode provocar vários tipos de cancro.

1.4 Lesões cardio-vasculares:

Insuficiências cardíacas várias, arteriosclerose, doenças cardíacas diversas, acidentes vasculares cerebrais, etc..

1.5 Sobre a visão:

Diplopia (imagem dupla), interferência nos reflexos oculares e danos no nervo óptico. Masmo uma ingestão moderada leva a uma redução lateral do campo visual e uma má apreciação das distâncias.

1.6 Sobre o rim:

Lesões renais mais ou menos graves.

2- CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS

Pode ir desde irritabilidade, ansiedade, depressão (causa ou efeito?), a delírios de ciúmes, ao desinteresse familiar e geral e às negligências de todas as espécies, geradoras de acidentes. Pode haver desaparecimento da vontade própria, agressividade ou procura de isolamento.

Após um "delirium tremens", pode surgir o síndrome de KORSAKOFF (relacionado com uma total falta de percepção: as falhas de memória são preenchidas por confabulações).

Num grau avançado pode surgir a demência alcoólica.

3- CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

O alcoolismo é o responsável por uma parte importante da criminalidade e da delinquência.

A mortalidade é uma consequência directa ou indirecta mais importante do alcoolismo: por acidente de viação, de trabalho, etc..

A descendência dos alcoólicos (sem falar de hereditariedade) é constituída por indivíduos fragilizados.

Profissionalmente, o alcoólico pode prejudicar-se seriamente ou até a sua empresa, seja por imperícia, baixa de rendimento, propensão a acidentes, abstenismo, marginalização, incapacidade de executar trabalhos delicados, etc..

No plano familiar, as consequências são muitas vezes catastróficas para o próprio ou para a família.

Entretanto, o custo social do abuso de álcool, é significativo quer pelas hospitalizações, quer pelo absentismo, etc..

RECUPERAÇÃO DOS DOENTES ALCOÓLICOS

Começa na detecção de alcoólicos, que não é fácil, uma vez que uma grande parte não o admite directamente, mesmo que vivam culpabilizados e dominados pelo medo ou pelo ódio. Vivem fechados sobre si mesmos.

A mentalização para o tratamento requer uma preparação psicológica astuta e feita por profissionais experientes. A hospitalização nem sempre é imprescindível.

Após a desintoxicação é necessário continuar a terapia uma vez que o doente vai ter que aprender a viver e a resistir numa sociedade consumidora de álcool; vai aprender a defender-se da sua própria tentação ou de ofertas pelos outros.

"Todo o contacto com o álcool, mesmo episódico, ainda que vários anos após a desintoxicação, pode conduzir a uma queda imediata e total".

Frequentar associações de antigos bebedores, constitui um precioso amparo.

BOM SUCESSO NO CONSUMO DAS BEBIDAS ALCOÓLICAS

Vivendo numa sociedade consumidora de álcool, toda agente é impelida mais ou menos a este consumo em proporções julgadas muitas vezes razoáveis, uma vez que não levam a alterações de comportamento mas que podem, mesmo assim, ultrapassar o limiar aconselhável. Os níveis de consumo diário admitidos sem perigo são os seguintes:

- um indivíduo activo pode em média absorver sem perigo num dia de trabalho 1 cm³ de álcool puro (densidade do álcool = 0,79), por Kilo de peso, na condição de que o álcool seja absorvido unicamente durante as refeições.

Nas mesmas condições, um indivíduo sedentário, ou um adolescente com mais de 15 anos não podem absorver mais do que 0,75 cm³ de álcool puro por kilo de peso.

Certas regras podem impedir embriaguês:

- Não ingerir qualquer bebida alcoólica antes de conduzir um automóvel.

- Não beber por "razões terapêuticas" como para eli-

minar a ansiedade e a depressão ou combater o cansaço.

- Não beber sózinho.

- Não beber logo pela manhã.

- Não beber em jejum.

- Não criar o hábito de beber para adormecer, que pode facilmente provocar o vício.

- Não misturar álcool com qualquer medicamento.

- Não beber álcool em grandes tragos. Deve-se ingeri-lo lentamente.

- Não beber para superar a solidão depois de um desgosto.

O ALCOÓLICO TAL COMO SE VÊ A SI PRÓPRIO E COMO É VISTO

O alcoólico geralmente sabe que bebe em demasia mas não sabe porque o faz. Sente que uma bebida alcoólica acalma as suas náuseas, tremores e todo o seu mal-estar, e ao mesmo tempo permite-lhe sentir-se bem e trabalhar, ainda que por pouco tempo. Ele sabe que o alívio é pouco duradouro e que necessita de beber cada vez mais e a períodos cada vez mais curtos.

Como é incapaz de resistir ao álcool é tratado como culpado pelos outros e julgase como tal, sofrendo com essa situação. A hostilidade dos outros leva a que ele se isole e fale consigo próprio. Esta solidão torna-se um refúgio contra as recriminações e ameaças, mas pode, por isso, tornar-se agressivo.

O alcoólico não tem a ideia exacta da quantidade de álcool que absorve diariamente e tende sempre a negar a situação, recorrendo a falsos argumentos.

A intoxicação progressiva expõe o espectáculo da sua degradação moral e física. Aparece insensível às críticas e apelos, incontrolável, irritável - por vezes brutal: abandona o lar, esquece as suas responsabilidades familiares e profissionais. Torna-se um parasita perigoso, de aspecto repugnante que se tem de rejeitar.

Rejeitado pela família, corrido por amigos e excluído pelos seus colegas, o alcoólico, se não é ajudado, começa então a fazer uma vida de rua e a caminhar lentamente para a morte. Assim se vai criando uma distância, um fosso de incompreensão e repulsa que psicologicamente cria o drama do alcoolismo.

Apenas com esclarecimentos, calor humano e compreensão é que essa distância e esse fosso podem ser derrubados.

Guida Pires Teixeira

PASTELARIA E GELATARIA RENAT'OS



DE ALFREDO QUINTAS

Telef. 52506
Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 27
3260 FIGUEIRO DOS VINHOS

CANTANDO ESPALHAREI

O centro do mundo. O centro de nós. O centro de um país. O coração da alma. A Floresta que se estende e enrola.

Os homens fortes e simples que a tratam, que a limpam, que a cortam. A replantam, que o ciclo natural é isso mesmo - repetir-se.

E de geração em geração, é nesse repetir-se evoluindo: é nesse ouvirmo-nos uns aos outros: é nesse abraço que somos portugueses. Velho-nascidos. Sempiternos. Almas danadas que correram mundo.

A cada curva da estrada o verde e a paisagem. O gesto amigo - o abraço

que não se pediu. A informação que anima e orienta.

É um ribatejano perdido em tanto verde em tanta Serra em tão ampla e caseira arte de receber.

Há no coração de um povo um bater grande. Agarrar num velho jornal, limpar a velha impressora. Coleccionar a notícia. Circulá-la. A guerrazinha das ideias. A morte da vizinha. O desastre que aconteceu ali em baixo. O tempo de seca. O incêndio. O que os "senhores" todos dizem que vão fazer. O que os "senhores" efectivamente fazem. O que os "senhores" não fazem.

A eterna guerrilha de sermos portugueses.

Esta mal amassada massa que Visigodos e Fenícios visitaram e donde os Iberos espadeiraram Romanos que eram esquisitos e vinham de saias, e Árabes, que eram escuros e viviam embrulhados em tecidos.

Espadeirar há milénios por um território por uma identidade. E nunca ficar por ali.

Houve os que partiram. Correram mundo. Aventuraram. Choraram a saudade. Inventaram. Outros ficaram. Eternos. Ásperos e simples no Coração de Pedra do Sentimento. No centro de um

povo.

Na floresta há homens como os outros.

Têm um amor desmedido do seu irmão.

A poesia desusada do desinteresse. Nestes tempos que correm, imagine-se. O gosto de fazer alguma coisa. O velho gosto das notícias, das famílias, das paisagens, das artes e ofícios.

O meu abraço àqueles que, distraidamente, ainda são solidários.

Há qualquer coisa de voluptuoso, sensual e inteiro nesta coisa de sermos Portugueses.

Pedro Barroso
(O último Trovador)

PRENDA D'ANOS

Tenho um dia por ano para meditar profundamente: o dia do meu aniversário! Nesse dia, fico completamente absorvida pelos meus pensamentos. Penso na vida, na sociedade, penso no mundo, penso em tudo... Mas cheguei à conclusão que não quero pensar mais nesse dia. Não! Não quero mesmo! Porque quando acaba esse dia e essa meditação acérrima, sinto-me tão deprimida com as minhas conclusões, que me apetece ter envelhecido... mais um ano!!!

G.P.T.

ORAÇÃO PELO ANO 2000

Ano 2000 - Tempo do terror ou Primavera do amor. Atomo, triunfo do Homem ou força da humanidade. Erguemos igrejas, porém, a nossa História, é uma guerra sem fim.

Construímos hospitais, porém aceltamos para os nossos irmãos...

FOME

Perdão, Senhor, pela natureza espezinhada,

pelas florestas assassinadas,

pelos rios envenenados

Perdão, pela bomba atómica,

pelo trabalho em cadeia,

pela máquina que devora o Homem

e pelas blasfémias contra o Amor

Nos sabemos que Vós nos amais e que a esse Amor devemos a vida

Arrancai-nos da asfixia dos corações e dos corpos

Que os nossos dias não sejam mais conspurcados pela inveja e pela ingratidão,

pelas terríveis escravidões do poder

Dai-nos a felicidade de amar o nosso dever

Faltam no mundo milhões de médicos: dai aos

Vossos filhos

a inspiração de curar

Faltam no mundo milhões de enfermeiros: dai aos

Vossos filhos

a inspiração de tratar

Faltam no mundo milhões de professores: dai aos

Vossos filhos

a inspiração de ensinar

A fome tortura três quartos da Terra: dai aos Vossos

filhos

a inspiração de semear

Os homens fizeram no último século cerca de cem guerras: Ensinai aos Vossos filhos a amarem-se uns aos outros

Como a alva se torna aurora e depois dia: faça o Vosso Amor com que os Vossos filhos do ano 2000, nasçam na esperança, cresçam na paz e depois se extinguam na Luz... para vos reencontrar, a Vós... ainda!

Almanaque Santa Zita, 1986

Referente ao Ano Internacional da Paz,
do Almanaque da Família

Texto adaptado por Patronoff

DIVAGANDO

Naquele dia o nascer do Sol foi diferente. Aquela noite não foi também igual às outras. Para nós, tudo foi diferente nesse dia, porque aprendemos a amar... Caminho pela areia da praia; olho em volta e estou só!

As ondas são minhas companheiras de viagem e eis que tenho uma miragem, miragem... ondas...

a minha dor vai passando e na praia fiquei pensando

como ressuscitar o nosso amor. Nesse dia o teu sorriso foi tão triste. Nesse dia a nossa alegria acabou. Nesse dia deixámos de ser felizes. Porém, existe ainda uma pequena chama que me deixa um resto de esperança e que me diz que o nosso amor não penderá! Partes, e algo morre em mim. Vais, e um pedaço de mim se vai. Até quando?... Não sei.

Só sei que sempre que partires, algo morrerá em mim.

Só sei que sempre que te fores, um pedaço de mim irá contigo e acompanhará os teus passos. Amo-te e não fui capaz de demonstrá-lo. Desculpa, meu amor, mas sou covarde

São Ramos

STÚDIO SÉRGIO

TUDO PARA FOTOGRAFIA E VÍDEO

Agora oferecemos-lhe a revelação das suas fotos em apenas 1 hora

A única casa do norte do distrito de Leiria com laboratório próprio

VISITE-NOS!...

Agora que estamos equipados para o servir com

RAPIDEZ

QUALIDADE

BAIXO PREÇO

Se ainda não é nosso cliente visite-nos e terá uma grande surpresa

Agora com filial no Espinhal

Avenida padre Diogo de Vasconcelos
(Junto à Estátua de Neutel de Abreu)
Tel. 036-52622 - 3260 Figueiró dos Vinhos

MANUEL TOMAZ DA SILVA & FILHOS, LDA.

EXPLORAÇÃO FLORESTAL
CORTIÇA

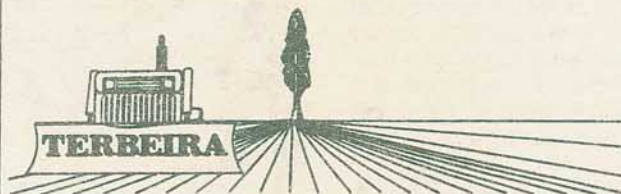
E

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

— CRUZ DO CONVENTO —

T. (036) 45604

3270 PEDRÓGÃO GRANDE



TERRAPLENAGENS E ACTIVIDADES AGRO-FLORESTAIS, LDA.

Para Obras Cívicas e Públicas

Telef.: 036-45332-45826-45573

3270 PEDRÓGÃO GRANDE

DAS MELHORES OBRAS DO CONCELHO E QUE A GRANDÊ MAIORIA DESCONHECE

CENTRO CULTURAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

OUVINDO O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO, JOSÉ FIDALGO

Interpelámos há poucos dias o Presidente da Direcção do Centro

Cultural de Figueiró dos Vinhos, José Fidalgo, pretendendo com esta atitude saber um pouco da vida e dos projectos desta jovem Associação, e prontamente fomos correspondidos. A nossa entrevista manteve-se por duas horas e meia, já incluído o tempo dedicado à visita da sede, o CASULO e jardins anexos, o que denuncia o interesse mútuo e a importância que este Centro representa para todo o concelho. De qualquer modo e em relação a esta entrevista, gostaríamos de sublinhar que a nossa preocupação, além da missão cultural que o nosso jornal deve manter, foi a surpreendente dinâmica que temos vindo a constatar por parte dos dirigentes na defesa do nosso património cultural nas suas diversas vertentes. Mais adiantamos, que a surpresa foi maior - e muito grata - quando nos colocaram ao corrente da sua total actividade, concluindo a seriedade, preocupação e responsabilidade destes homens. Figueiró está de parabéns!

Dada a diversidade de situações que recolhemos, decidimos, para alguns assuntos que são específicos, criar "caixas" onde poderão encontrar resumidas questões de conteúdo informativo, pensando desta forma sermos mais incisivos na mensagem e menos saturantes no diálogo, para além da facilidade na recolha de elementos.

A ENTREVISTA

A Comarca: Nada mais útil aos nossos leitores que uma breve passagem pela fundação do vosso centro e da aquisição da vossa sede, o "CASULO".

C.C.F.V.: - As primeiras conversas sobre as nossas intenções na Fundação de um Centro com estas características, já remontam a fim da década de 70, levando-nos à sua fundação em 1980 e finalmente consolidada com a Escritura dos Estatutos em 30 de Setembro de 1981. Na altura reunimos um grupo de amigos que por diversas vezes tinham manifestado uma forte preocupação pelo facto de aqui não existir uma colectividade que se dedicasse a uma riqueza natural que Figueiró detém, ou seja, todo um património cultural ao nosso alcance, tendo consciência, lógico, dos sacrifícios que implicariam. Já era altura de acabar com a diluição das nossas raízes e tradições pelo tempo! Foi um objectivo que conseguimos e cada vez mais a nossa actividade e apoios se multiplicam.

Quanto à aquisição do Casulo, aconteceu em 1984, por intermédio da Câmara Municipal que o comprou com a comparticipação de 50% da Direcção Regional do Ordenamento do Território, vindo o nosso Centro a adquiri-lo à Câmara com o seu próprio apoio financeiro. Uma história simples que culminou com os restauros de todo o edifício e espaços

à sua volta, como o jardim, em 1987, representando um custo de alguns milhares de contos.

A Comarca: - Em que é que consiste a vossa actividade?

C.C.F.V.: - Para já uma curtíssima introdução à nossa resposta e que entendemos de inteira oportunidade, O Centro Cultural, dadas as nossas características não gere receitas, contrariamente

te aos clubes do concelho, que encontram diversas formas de angariar fundos. Por exemplo, qualquer clube organiza bailes e daí retira alguns dividendos, a Associação Desportiva cobra os bilhetes no campo de futebol, enquanto nós nada disso contemplamos. Sobrevivemos à custa dos subsídios atribuídos e que conforme referiu, irá colocar numa "caixa" os nomes das instituições que nos apoiam. Neste processo de apoios, apenas fazemos uma observação à nossa Câmara pelo facto de ao distribuir subsídios pelas colectividades concelhias, não ter em conta esta nossa característica, ou seja, de não gerirmos receitas.

A introdução, pretende sustentar um pouco a nossa filosofia de limitações. No entanto, passando concretamente à sua pergunta:

A nossa actividade consiste na luta pelos valores que sintetizamos em oito ideias força: Edifício "O Casulo", Património, Boletim Informativo, Artesanato Concelhio, Ambiente, Ordenamento, Recolha/inventariação do património Concelhio e por último Acções de sensibilização.

A Comarca: - É possível discriminá-las?

C.C.F.V.: - Claro que sim, bem como é importante di-

visar-las, para que não se pense que estamos inactivos. Somos uma Associação viva, participativa, interveniente e atenta.

A Comarca: - Desculpem-nos a interrupção, mas gostaríamos que comentasse depois a sua última frase!

C.C.F.V.: - Terei muito prazer em desdobrar a nossa afirmação, mas quanto à discriminação das actividades pelas ideias força, passo a referir:

1 - EDIFÍCIO "O CASULO" - consiste em todo o processo de manutenção e preservação do próprio edifício e espaços em redor, representando, segundo o nosso orçamento para o corrente ano, em cerca de 2000 contos. Neste valor estão incluídos também obras de restauro.

2 - PATRIMÓNIO - reconhecemos ser das áreas importantes da nossa actividade, já que nos envolvemos na sua DEFESA. Efectuámos um levantamento cultural através de Guiões e fichas pré-elaboradas a nível concelhio, lutamos pela preservação do património, alertando para o efeito as entidades competentes com especial incidência para o património classificado, promovemos a defesa deste mesmo bem através do estudo do artesanato, das nossas tradições, recolha, inventariações, etc. Por exemplo, nós temos catalogados todo o tipo de azulejo antigo espalhado pelo concelho, com fotografias ampliadas, tendo até já merecido uma exposição.

Queremos referir que mais adiante no comentário da frase que nos pediu queremos abordar alguns factos sobre o alerta que tocámos nesta questão do património:

3 - BOLETIM INFORMATIVO - tal como o próprio nome indica, trata-se de uma publicação bi-mensal onde traduzimos as nossas actividades:

4 - ARTESANATO CONCELHIO - temos efectuado já exposições sobre o nosso artesanato, recolhido todos os elementos possíveis a um estudo mais aprofundado. Este trabalho também está todo catalogado e encontra-se, entre outros, disponíveis para quem pretenda consultar. Devo referir que o artesanato tem sido uma permanente preocupação nossa, já



José Fidalgo na Biblioteca do Centro Cultural

que contemplamos todos os seus detalhes, associando nesta perspectiva aos valores da história e das tradições:

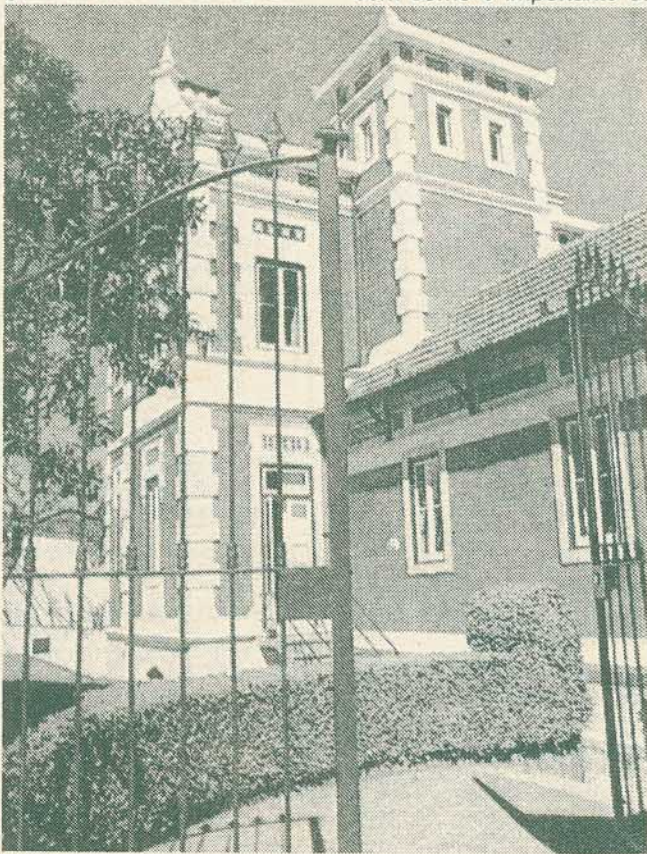
5 - AMBIENTE - o facto de estarmos inscritos no Instituto Nacional do Ambiente, leva-nos a assumir responsabilidades mais dilatadas e atentas, pois gozamos do estipulado na Lei 10/87 de 4 de Abril, que em termos genéricos nos atribui o direito de consulta em tudo quanto se refere a urbanização, situação que também é contemplada pelos nossos Estatutos no capítulo I, artigos 3º e 4º. Por tal facto, entendemos que devemos ser ouvidos em questões desta natureza, o que por vezes é mal interpretada, como é exemplo o facto de não sermos ouvidos nem achados nas obras da Fonte dos Amores. Não pretendemos dizer que neste caso estamos contra, mas sim fazer crer dos nossos direitos perante o que a Lei determina e não do que a política enferma.

Nesta área também temos comemorado os diversos dias Mundiais bem como de outros dias.

No nosso concelho onde a floresta cobre mais de 50% da superfície, cortado por uma rede infindável de cursos de água e várzeas de

reconhecido valor agrícola, o vector ambiente é tão importante como a componente humana razão porque também se nos colocou um desafio, até que o flagelo do incêndios, o pavor da poluição e a degradação dos solos agrícolas seja suplantada por uma política de desenvolvimento económico que se traduza no bem estar das populações, no progresso social nas comunidades mas, sobretudo na preservação da qualidade de vida. Este desafio a que não somos alheios, tem merecido a nossa redobrada atenção. Defender a reabilitação da paisagem e do património construído quer através da sua classificação quer ainda fomentando o turismo rural como saídas para a rentabilização do património construído e criação de riqueza.

6 - ORDENAMENTO - a nossa acção tem sido a de colaborar na nova política urbanística a desenvolver na área do Centro Histórico da Vila, alertar e defender o equilíbrio e qualidade das intervenções ao nível do património edificado e do desenvolvimento urbano envolvendo exposições, visitas guiadas, como já fizemos por todo o concelho, Caldas da Rainha, Monsanto, Valença de Alcântara em



Uma perspectiva do "CASULO"

Espanha, etc., projecções de filmes e outras manifestações culturais.

7 - **RECOLHA** - são já diversas as recolhas efectuadas por todo o concelho, algumas já referidas nos pontos anteriores. As nossas tradições têm sido objecto da nossa atenção, tendo recolhido canções, ditos, poesias e contos populares, gravados em mais de uma dezena de cassetes, filmado algumas manifestações tradicionais, fotografado tudo quanto diga respeito às diversas áreas do nosso património, catalogando e classificando, enfim, temos em nosso poder documento importantíssimos que nos ajudam a compreender e a saber muito da nossa história.

8 - **ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E ANIMAÇÃO** - efectuamos muitas exposições temáticas, convidamos artistas da nossa terra para exporem no Casulo de forma também a motivar outros que o pretendam fazer e que porventura se encontrem no anonimato e com a construção do anfi-teatro pretendemos rentabilizar a sua utilização com a presença de grupos etnográficos, de música popular portuguesa, cumprir o rigor de alguns festejos tradicionais, etc.

A Comarca: - É sintomático este dinamismo e se a nossa população não se apercebe disso, esperamos nesta nossa missão alertar para o vosso trabalho. Insistindo sobre o comentário da frase...

C.C.F.V.: - "Somos uma associação viva, participativa, interveniente e atenta".

Todo esta actividade re-

vêla que afinal estamos mesmo vivos sem mais qualquer comentário, **participativa** porque colaboramos e participamos junto da comunidade com as nossas acções culturais, **interveniente**, pois a nossa filosofia é essa, já que não sendo só apoiada pelos nossos Estatutos também o somos pelo próprio estado, que nos obriga, a uma intervenção séria, honesta e eficaz e **atenta**, porque a nossa própria razão de ser assim nos impõe. E é com regozijo que o fazemos. Nesta perspectiva e resumindo o conteúdo da frase, basta referir alguns alertas que fizemos: uns de informação como o facto de não existirem placas indicativas do nosso património classificado como seja a Torre, o Convento e a Igreja Matriz e outros, que entendemos constituir atropelos não só à história da Vila, como às leis que salvaguardam o património e dou exemplos: Alertamos já a Câmara para o estado da torre da Cadeia que merece obras de preservação (é monumento concelhio por isso a Câmara, não deixando de informar o IPPC), com a inclusão de dados que ali estão inscritos, como data de construção, etc.; alertamos também para a preservação da Fonte das Freiras com reposição da boneca que ali continha, para a conservação do Clube Figueirense com necessidade de obras adaptadas à actual realidade mas obedecendo à sua traça original bem como do seu recheio que é valioso, uma vez que possui uma sala toda ela pintada por José Malhoa, livros



José Fidalgo à direita diria: "Somos uma associação viva, participativa, interveniente e atenta!"

raros e até uma escultura do grande escultor Simões de Almeida, alertamos a Câmara e os diversos organismos ligados à cultura e património para o facto de se pretender adaptar o adro da Igreja Matriz, ou seja, onde era a antiga praça da sardinha, às futuras instalações da Rodoviária Nacional, quando a lei 13/85 de 6 de Julho, pelo facto da Igreja ser monumento Nacional, obriga a prévias consultas quando a distância destas obras se situam a menos de 50 metros, carecendo mesmo de autorização definitiva do Ministro da Cultura. Mas enfim, pretende-se ignorar o que é de elemental razão de preservação do património.

A Comarca: - Dificuldades e projectos?

C.C.F.V.: - Uma dificuldade, não sendo económica é o facto de constataremos uma certa imaturidade e insensibilidade por parte de responsáveis do nosso concelho ao ignorarem e até prejudicarem o nosso património. Dificuldades económicas todos os clubes têm e para os projectos que temos, somos confrontados com essa realidade. Mas o tempo terá oportunidade de rectificar algumas insuficiências perante o trabalho que temos.

Quanto a projectos refiro alguns:

- Apresentamos ao PIDAC candidatura para um apoio de 1.500 contos para obras na zona do anfi-teatro

- Apresentamos um projecto a Bruxelas e que já mereceu uma resposta de atenção ao estudo que efectuamos e que consiste no programa PETRA, ou

seja, iniciativas para a formação profissional;

- Vamos apresentar candidatura ao PDR (Programa de Desenvolvimento Regional) para a construção de equipamento: Auditório;

- Em Julho, nos dias 7, 14 e 21 com o apoio do INATEL, denominado MÊS CULTURAL, teremos no anfi-teatro a participação e actuação da Filarmónica de Figueiró dos Vinhos, Grupo Coral Deus Menino e S. João Batista de Figueiró, Rancho Folclórico de Monte Real, Grupo de Teatro de Pousos e Grupo de música popular da Ilha-Louriçal, com entradas livres.

- Em Agosto nos dias 4, 11, 18 e 25 iremos ter um ciclo de cinema clássico Português, sendo nossa intenção convidar alguém ligado a esta área para uma palestra;

- Iremos comemorar o 10º aniversário da Fundação do C.C.F.V.;

- Por ideia do Arquitecto Eduardo Kol de Carvalho, (dos grandes amigos dedicados ao nosso Centro) e à semelhança do que se fez no ano passado quando se homenageou o Pintor José Malhoa ao convidar-se grandes artistas portugueses de forma a que cada oferecesse um quadro para substituição dos 20 espaços vazios deixados numa das salas (espaços que estiveram preenchidos por quadros de Malhoa e que ninguém sabe deles), ter-se-á a mesma atitude em homenagem ao escultor Figueirense Simões de Almeida, convidando uns quantos escultores e cada um oferecendo ao Centro

FICHA TÉCNICA

NOME: CENTRO CULTURAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

FUNDAÇÃO: 1980 - OFICIALMENTE: 30/09/81 - D.R. III SÉRIE - Nº. 268 - 20/11/81

SEDE: CASULO - IMÓVEL CLASSIFICADO DE INTERESSE PÚBLICO

SÓCIOS: 180

QUOTIZAÇÕES: 100\$00- C/PROFISSÃO REMUNERADA- 50\$00 S/REMUNERAÇÃO

BIBLIOTECA: 1.200 LIVROS

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: FECHADO ÀS 2^{as}-FEIRAS; 3^{as}. a 6^{as}. - das 10 às 12 e 14 às 18; Sábados, Domingos e Feriados-14 às 18

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - D.R. II SÉRIE - Nº. 106-9/5/83

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

SÓCIOS DA CASA DA COMARCA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

SÓCIO FUNDADORE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE

INSCRITOS NO REGISTO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES JUVENIS (RENAGO)

REPRESENTANTES DO CONSELHO CONSULTIVO NO CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA

CORPOS GERENTES

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr Manuel Alves da Piedade

Secretário: Gustavo Manuel Jesus Medeiros

Secretário: José Carlos Ideias Leitão Mendes

DIRECÇÃO

PRÉSIDENTE: José Manuel Fidalgo de Abreu Avelar

Vice-Présidente: Jorge Manuel Alves Domingues

Secretário: Carlos Artur Camilo Martinho Simões

Tesoureiro: Victor Jorge Lima Hortelão

Vogal: Dr. Alvaro Henriques Gonçalves

Vogal: Eng. Rui Manuel Almeida e Silva

Vogal: Agostinho Fernandes Santos

Suplentes: Laura Maria Batista Barreiros, Sandra Maria Silva Roque, Teresa Maria Batista Barreiros e Cárta Lúcia Dinis Brás.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Manuela Pereira Santos

Secretário: Maria Conceição Silva

Relator: Cândida Afonso Mendes

Suplentes: Arq. Eduardo Manuel Kol de Carvalho e Maria Manuel Santos Alves.

uma escultura.

- Outro projecto ambicioso, e que está em estudo para 1991 e que contará também com a Organização da Filarmónica Figueirense, será uma semana diversificada de actividades, onde salientamos a presença de (ainda em fase de projecto) Grupos populares musicais como "Maio Moço" ou "Brigada Vitor Jara", cantores como Rui Veloso, Lena D'Água, Trovante, etc., Grupos Corais, Agrupamentos de cordas ou metais, fados de Coimbra, Filmes diversos, como conferencistas António Vitorino de Almeida ou José Atalaia, concerto de Bandas, etc.

A Comarca: - Toda a vossa actividade assenta no esforço dos elementos da Direcção?

C.C.F.V.: - Não só, lembro que temos alguns jovens a trabalhar connosco sendo: apoiados pelo Instituto da Juventude dois jovens através do programa VIA (voluntários p/intervenção Associativa) e ainda pelo mesmo Instituto pelo programa POV

(programa de ocupação e Voluntariado) dois jovens em curta duração, um para longa duração e outros dois para o período de verão e o Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos apoia com um elemento. Todos eles são remunerados pelas entidades que são apoiados.

Só assim tem sido possível executar todo um trabalho delicado e moroso e que requer como é lógico a nossa supervisão.

A Comarca: - Julgamos que para finalizar esta entrevista deixamos ao seu critério o uso da palavra!

C.C.F.V.: - Para finalizar quero testemunhar publicamente o meu apreço a todos os colegas da Direcção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal, aos jovens que aqui trabalham, associados e amigos, pelo empenhamento, apoio e colaboração prestados no desenvolvimento de todo um trabalho em prol do Centro Cultural e de Figueiró.

A todos o meu muito OBRIGADO!

Leia assine

A COMARCA

ENTIDADES QUE SUBSIDIAM O CENTRO CULTURAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
- INSTITUTO DA JUVENTUDE
- INATEL
- REGIÃO TURISMO DO CENTRO
- GOVERNO CIVIL DE LEIRIA
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS
- JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
- BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

FALECIMENTOS

No hospital da Universidade de Coimbra, faleceu no dia 12 de Junho de 1991, ANGELO LOPES PESSOA, com 71 anos de idade, casado com Ilda Fernandes Pessoa, que foi nascido na localidade de Pedrógão Pequeno e onde viveu toda a sua vida exercendo aqui a sua actividade de comerciante há mais de cinquenta anos, como concessionário do posto de combustíveis GALP. Assegurou o abastecimento do concelho de Pedrógão Grande, durante as crises comerciais nos combustíveis. Exerceu a sua vida de comerciante com exemplar honestidade, pelo que angariou muita simpatia e amizades não só no seu concelho da Sertã, como também nos de Oleiros, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande durante três mandatos, cargo que exerceu com lealdade.

Nas comissões de festas de Nossa Senhora da Confiança a que pertenceu, cumpriu sempre a sua missão com zelo e dedicação, prestigiando assim tais festas de fama nacional. O seu corpo desceu à terra no dia 13, no cemitério de Pedrógão Pequeno, onde repousa em paz.

Na vila de Pedrógão Grande e na sua residência, faleceu no dia 28 de Abril de 1991, ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA, de 62 anos de idade, industrial, casado com Deolinda de Oliveira, pai de Benvidade de Oliveira Marques e de António de Oliveira, sogro de Marcolino Marques e de Maria do Carmo Oliveira, deixando cinco netos. O falecido era irmão do nosso estimado amigo José de Oliveira Medeiros, ambos nascidos na vila de Figueiró dos Vinhos.

Cedo vieram para Pedrógão Grande trabalhar, onde fixaram definitivamente residência e casaram. O falecido foi durante muitos anos industrial com oficina de mecânica de automóveis e foi um reputado técnico de mecânica auto.

Mais tarde foi trabalhar para Moçambique e depois para a África do Sul, onde hoje permanece o seu filho António com a esposa e duas filhas.

Na vila de Pedrógão Grande, onde nasceram os seus filhos, grangeou ao longo da sua muitas amizades e

simpatia.

Por vontade expressa ainda em vida, foi sepultado na sua terra Natal, Figueiró dos Vinhos no dia seguinte ao da sua morte.

Na localidade de Mó Grande, freguesia e concelho de Pedrógão Grande, onde nasceu há 98 anos, precisamente com esta idade linda no dia 5 de Junho de 191, na sua residência, ISIDRO FRANCISCO PEREIRA, casado, que foi industrial da construção civil. Deixou viúva Senhorina Marques Pereira, e era pai de Maria Isabel Marques Pereira e de Nelson Marques Pereira e ainda do malogrado Isidro Marques Pereira, nosso particular amigo, piloto da aviação comercial, falecido há muito pouco tempo no Algarve em acidente de viação, e sogro de Maria Manuela Naves Marques Pereira e de Mário da Piedade.

O falecido foi dos nossos primeiros conterrâneos a marchar em 1914 para a Primeira Grande Guerra Mundial, para a ex-colónia de Moçambique, para ali combater a presença alemã e seus aliados. Atendendo a que a situação na Europa piorava, foi mandado regressar com os seus camaradas de armas a Lisboa e daqui marchou para França. Permaneceu na Europa quatro anos em plena guerra mundial. Acabou por cumprir o seu serviço militar num total de oito anos e meio.

A sua permanência inicial em Moçambique como civil,

dedicou-se à indústria de construção civil, deixando o seu nome ligado a grandes obras naquele jovem país, em especial na cidade da Beira, onde podemos referir obras da sua responsabilidade, como a Catedral da Beira, só a fixação da cruz levou cerca de seis meses, o edifício da Cadeia da Beira, e o farol de Macuti.

O seu corpo foi sepultado no cemitério da freguesia de Pedrógão Grande.

Vítima de acidente de viação, em 19/05/91, faleceu no centro de saúde de F. Vinhos em 08/06/91 depois de ser transferido do Hospital dos Covões em Coimbra o Sr. NARCISO DA CONCEIÇÃO DOMINGOS, da Laranjeira, Carapinhal, casado com a Sra. Herminia Dias Lopes.

Era pai de Ermelinda Lopes Domingos, da Coutada, de José Carlos Lopes Domingos, emigrante em França, de Silvina Lopes Domingos, funcionária no Tribunal da Pampilhosa e de Manuel Lopes Domingos, emigrante no Canadá.

À família apresentamos as nossas condolências.

AGRADECIMENTO ANGELO LOPES PESSOA

Sua esposa, Ilda Fernandes Pessoa, vem por este meio agradecer a todos quantos a acompanharam neste momento, de dor ou que de qualquer modo lhe expressaram o seu pesar pela irreparável perda do seu ente querido.

AGRADECIMENTO IZIDRO FRANCISCO PEREIRA

Sua esposa, filhos, nora e genro, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como pretendiam, vêm por este meio expressar o seu reconhecimento agradecimento a todos quantos acompanharam o seu ente querido à última morada, e bem assim àqueles que de uma forma ou outra nos manifestaram o seu pesar.

NOTARIADO PORTUGUÊS CARTÓRIO NOTARIAL DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

A CARGO DA NOTÁRIA LICENCIADA
MARTA MARIA FERREIRA AGRIA FORTE

escudos, ao qual foi atribuído o valor de cinco mil escudos.

NÚMERO OITO

Terreno de pinhal e mato, sito em Cova da Mula, com a área de três mil quinhentos e vinte metros quadrados, a confrontar do norte com Manuel de Almeida Teixeira, nascente Emídio de Jesus Gomes, sul e poente, Manuel da Conceição Alves, inscrito na matriz sob o artigo quatro mil trezentos e oitenta e três, com o valor patrimonial de cinco mil quinhentos e quarenta e oito escudos, ao qual foi atribuído o valor de dez mil escudos.

NÚMERO NOVE

Terreno de pinhal e mato sito em Camarinha, com a área de três mil e duzentos metros quadrados, a confrontar do norte com Manuel da Silva Lourenço e outro, nascente Maria Henriques dos Santos, sul, Aniceto Joaquim Inácio e poente caminho, inscrito na matriz sob o artigo quatro mil seiscientos e setenta e oito, com o valor patrimonial de três mil quatrocentos e cinquenta e oito escudos, ao qual foi atribuído o valor de sete mil escudos.

NÚMERO DEZ

Terreno de eucaliptal, sito em Camarinha, com a área de seiscientos e oitenta metros quadrados, a confrontar do norte com António Teixeira, nascente Serafim Simões Nunes, sul Ribeiro e poente, Manuel de Almeida Teixeira, inscrito na matriz sob o artigo quatro mil seiscientos e noventa e cinco, com o valor patrimonial de mil e quarenta e seis escudos, ao qual foi atribuído o valor de três mil escudos.

NÚMERO ONZE

Terreno de eucaliptal, sito em Poço, com a área de quatro mil e duzentos metros quadrados, a confrontar do norte com Serafim Simões Nunes, nascente caminho e outro, sul António Teixeira e poente Ribeiro, inscrito na matriz sob o artigo sete mil quatrocentos e trinta e seis, com o valor patrimonial de seis mil quatrocentos e cinquenta e nove escudos, ao qual foi atribuído o valor de dez mil escudos.

NÚMERO DOZE

Terreno de pinhal e mato, sito em Gorgolão, com a área de mil quatrocentos e quarenta metros quadrados, a confrontar do norte com o Ribeiro, nascente Gualdim Gomes da Silva, sul António Maria Gomes da Silva e poente Maria Isaura Gomes da Silva, inscrito na matriz sob o artigo sete mil seiscientos e setenta e sete, com o valor patrimonial de dois mil duzentos e setenta e oito escudos, ao qual foi atribuído o valor de cinco mil escudos.

NÚMERO TREZE

Terreno de pinhal e mato, sito em Gorgolão, com a área de cinco mil novecentos e cinquenta metros quadrados, a confrontar do norte com Fernando Pires, nascente Ribeiro, sul João Gomes da Silva e poente Augusto Mendes e outros, inscrito na matriz sob o artigo sete mil seiscientos e noventa e três, com o valor patrimonial de sete mil quatrocentos e cinquenta e um escudos, ao qual foi atribuído o valor de dez mil escudos.

NÚMERO CATORZE

Terreno de eucaliptal, pinhal e mato, sito em Gorgolão, com a área de cinco mil setecentos e cinquenta metros quadrados, a confrontar do norte com o Ribeiro, nascente Custódio da Silva Soares, sul Manuel da Conceição Alves e poente José da Conceição Borges e outro, inscrito na matriz sob o artigo sete mil setecentos e um, com o valor patrimonial de nove mil e trinta e dois escudos, ao qual foi atribuído o valor de quinze mil escudos.

NÚMERO QUINZE

Uma casa de rés do chão amplo que se destina a arrecadação, sita em Brejo, com a área de cento e vinte metros quadrados, a confrontar do norte, nascente, sul e poente com o proprietário, inscrito na matriz sob o artigo mil cento e setenta, com o valor patrimonial de dois mil quinhentos e setenta e cinco escudos, ao qual foi atribuído o valor de dez mil escudos.

NÚMERO DEZASSEIS

Casa de arrecadação de rés do chão amplo com a área coberta de dez metros quadrados e eira com a área de oito metros quadrados, sita em Brejo, a confrontar do norte com a Estrada, nascente, sul e poente com o próprio, inscrito na matriz sob o artigo mil duzentos e trinta e seis, com o valor patrimonial de mil novecentos e trinta e um escudos, ao qual foi atribuído o valor de oito mil escudos.

NÚMERO DEZESSETE

Casa de habitação de rés do chão com a área de oitenta e três metros quadrados e dependência com a área de cinquenta e dois metros quadrados, sita em Brejo, a confrontar do norte e sul com o próprio, nascente Estrada e poente com o próprio, inscrito na matriz sob o artigo mil trezentos e sessenta e seis, com o valor patrimonial de três mil novecentos e sete escudos, ao qual foi atribuído o valor de quinze mil escudos. Todos os prédios acima descritos se encontram omisso na Conservatória do Registo Predial de Figueiró dos Vinhos, freguesia de Arega.

Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos aos dezasseis dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e um.

A Notária
(MARTA MARIA FERREIRA AGRIA FORTE)
O Ajudante
Constantino Agria Batista
JORNAL A COMARCA DE 30 DE JUNHO DE 1991

PRAIA DOCE PRAIA

Agora com o calor a apertar, nada sabe melhor do que uma ida à praia.

Dar um mergulho, "trabalhar o bronze", "surfar", e impressionar...

Pensam que estou abrincando?! Pois, eu vou vos relatar, o que observei na minha última ida à praia.

Era Domingo, o sol derretia-nos e como se isso não bastasse, tínhamos que "gramar" uma multidão dentro do barco. Depois de "furar" aquela espessa camada de pessoas, encontrava-me dentro dele.

Fiquei cá fora no convés, porque dentro daquelas caixinhas que têm bancos, só faltava um leiteiro a dizer "Sauna". Além disso, cá fora sempre havia uma brisa agradável e com sortetavez me chegassem umas gotas de água.

Recostei-me, e como não tinha nada mais para fazer, comecei a observar os outros "mortais" que me rodeavam. A única coisa que posso dizer é que: "Adorei, Adorei, Adorei!!!" Foi um espanto!

Uma senhora já de certa idade contava as suas aventuras no hospital, do qual deduzo que já tenha avença. Desde 7 operações, a couro cabeludo estalado, esta pobre mulher tinha, e como "falava muito baixo e pouco", a outra senhora que tentava participar no diálogo, (se é que se pode chamar assim), desistiu a meio. Era caso para perguntar:

"É hipocôndrica?!"
"Eu?! Nem tenho medo de aventuras! - Perceberam? Foi um "trocadilho".

Depois de apanhar esta injeção, (acho que é o termo adequado), reparei nos rapazes das motos. Sempre com aqueles blusões de cabedal e com um estilo inconfundível, como quem diz:

"I'm bad".

Sai do barco um pouco cansada, só pensava que tinha de regressar e fazer uma viagem igual aquela.

O barulho dos motores dos carros misturava-se com o barulho não menor dos gravadores. É impressionante!!! As pessoas de facto não vêm a figura ridícula que fazem. Com aqueles "tijolos", com a música altíssima a fazer concorrência com a música que está a dar no "tijolo" ao lado.

É realmente incrível!!

Finalmente cheguei à praia. Descobri um pedaço que ainda não estava ocupado, passado pouco tempo percebi porquê...

era o sítio do caixote do lixo. Levantei-me e procurei outro sítio.

Finalmente encontrei! Estendi a toalha e ao sentir o corpo a ser esgalado pelo sol, resolvi dar um splash! (mergulho)

A água como sempre, além das suas escassas algas, tinha latas de bebidas, pacotes vazios, e outras coisas que não vou mencionar. Tentei desviar-me e mergulhei.

A passear pela praia junto à beira-mar vinha um grupo de meninas com as "maminhas ao léu". Eram umas 5, e eram "tão fescas, tão juvenis, sei lá, tão solteiras" que até metia impressão. Não é que seja contra a toplesse, até sou apologista de tal, mas como rapariga que sou, aborreço-me ver raparigas, a fazer má figura. É que era o cúmulo do "impressionismo". Só faltava o pregão: "Ó p'ra nós tão lindas!!!"

Ali, nas dunas, estava um par de namorados. Tão amorosos! Tão apaixonados! Se o sol já estava quente, então quem passasse por ele ficava automaticamente cremado.

Existe também um a brincar e que pergunta exaustivamente: "Posso te enterar?". Nas primeiras vezes sorrimos e dizemos:

"Não pequenino! Eu vim agora da água e não quero fazer concorrência ao croquete".

Mas quando o pequenino amoroso, se torna repetitivo,

e nós olhamos para ele com aqueles olhos de quem, acabou de ver uma daquelas televonelas açoreanas e dizemos: Não!!!

O menino começa a chorar e mãe chama-o:

"Jean Pierre vient ici!" O pequerrucho faz que não ouve. A mãe retorna - "Jean Pierre vient ici" - e o "puto" nada faz. Já aborrecida, a mãe grita. "João Pedro, anda cá imediatamente senão levavas!" Mas já recomposta prossegue: "Jean Pierre não corras dans la plage".

Há também os chamados "surfistas da banheira", que compra uma prancha caríssima, vão até à praia com ela, e quando lá chegam, em vez de "apanharem e curtirem" as ondas, enterram-na na praia, ou melhor na areia. Afinal a prancha é também um objecto de adorno, existem os que usam brincos, os que usam lenços, existem também os que usam pranchas de Surf.

É tudo uma questão de "griffe".

Existem as "garinas", os "homens-lindos", os "miro-nos", os "ordinários", os "tóginhos", e os "manda-bocas".

Mas isto é uma típica praia portuguesa.

Apesar dos seus defeitos, eu adoro-as.

Minha rica praia, doce praia.

Tânia Pires Teixeira

SORRIR, RIR, GARGALHAR

APANHADOS DA VIDA

Já no numero anterior tinha-vos falado da minha amiga Miriam de 6 anos. Hoje conto-vos outra dela, que ao ir com os tios para fazerem compras à MAKRO, ficou surpreendida pelo facto de não deixarem entrar mais de duas pessoas por cartão. (A Makro é uma hipermercado de revenda só para comerciantes e para se entrar exige-se um cartão que a empresa fornece a quem provar ter uma actividade comercial ou outra).

Continuando, a minha amiga lá falou com os seus botões e disse para a empregada que estava à porta:

- Se a minha tia estivesse grávida, quem não entrava?

AS AVENTURAS DE UM GALO NA CIDADE

A minha irmã há poucos dias visitou com uma amiga um casal da provincia. Depois de um fim-de-semana bem passado, libertadas que estavam do stress citadino, eis que o pacato casal decidiu oferecer-lhe um galo, já velho - segundo já outra vizinha - pelo tamanho da crista. A pacata criatura, minha irmã, que vive num 13º andar e onde até os quintais só produzem elevadores, lá se

enchou de coragem e levou mesmo o galo para a cozinha do apartamento. Lá bem instalado, onde uma almofada amparava um pretexto sono na santa ignorância da minha irmã, esta mirava-o como se estivesse apaixonada. Após o grande amor dedicado e confirmadas as condições de estadia da ave, vai deitar-se, tem os mais mirabolantes sonhos e passadas umas horas eis que acorda sobressaltada. O que era? O sr. galo repimpão decidiu às cinco da matina começar a cacarejar, como que protestando tão elevado ramo de pouso e cantor. Ela logo se precipitou para a cozinha e roga-lhe que se calasse, pois o que não iriam dizer os vizinhos. Os protestos não se fizeram esperar! Os vizinhos do lado cacarejaram à maneira bem portuguesa perante tal afronta!!!

Um galo no prédio vejam só! Os vizinhos dos andares mais próximos interrogavam-se perante tal insensatez da minha irmã. Acordar com um galo? Que compre um despertador!

Nessa mesma manhã, prometeu que se iria desfazer do galo, para satisfação de todo o mundo. Finalmente a paz volta ao prédio!

Foi ter com uma amiga que trabalha num escritório de uma fábrica que por sinal tinha um pátio. Depois de

grandes pedidos o galo lá ficou, intrigado com tudo aquilo. Coitado, nunca tinha feito mal a ninguém...! Passadas poucas horas, recebe a minha inocente irmã uma chamada da amiga, volciferando protestos, pois o patrão descobriu o galo e não o queria lá. Dizia ela: - o galo ainda por cima não se cala!!! Encarecidamente pediu-lhe que lhe solucionasse o problema. E lá vai a amiga ter com uma vizinha ali próxima e que tinha alguns dois dedos de quintal para lhe guardar por uns dias o galo. A vizinha resignada aceitou o galo mas logo a previniu que o marido não gostava de galos e aí dele se cantasse.

Bem, já imaginam o embroglio!

Ao fim do dia, liga a vizinha para a amiga da minha mana a dizer que o galo queria arroz. Que vizinha meu Deus!

- Então como é que sabe que ele quer arroz?

- Então óh vizinha, ele não quer comer nada, o que é que lhe dou?

- Deixe lá, vou aí buscá-lo! No 13º andar depois da campanha tocar a minha irmã ficou em côr de escarlate depois de verificar o galo já desanimado ao colo da amiga ainda muito menos inspirada.

Conclusão, depois de analisada a situação, descobriram uma conterrânea que não se importava de esfolar o galo para uma nobre refeição.

E destes embaraços se libertaram, pagando o inocente do galo o fenómeno cosmopolita!

OS BOATOS QUE OUVIMOS BOATOS INTERNACIONAIS

Todos os países da O.N.U. vão retirar um dia aos seus custos militares em favor das pessoas que morrem de fome, eliminando assim este flagelo por cerca de 50 anos.

BOATOS NACIONAIS

As multas por mal estacionamento irão a partir de 1991 ser dedutíveis no I.R.S., pelo que há já quem esfregue as mãos de satisfação, pois vêm finalmente fortes hipóteses de adquirirem um carro novo!

BOATOS REGIONAIS

EM CASTANHEIRA DE PERA

Vai abrir finalmente uma nova Farmácia na Castanheira de Pera, pela mão da Dr.ª Helena Martins da cidade de Coimbra. Pretende-se com esta atitude alargar os préstimos à população, à semelhança de Figueiró que já tem 3 farmácias.

EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Os C.T.T., ou melhor TELECOM, vão finalmente construir as suas novas instalações, cumprindo uma promessa de há 20 anos.

EM PEDRÓGÃO GRANDE

O Edifício dos Paços do Concelho vai ser demolido e ali construído um novo de dois pisos.

-CRUZADAS DO TIO

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

HORIZONTAIS 1- empatar; pião; 2- disputa; sobre; certo; 3- fruta-do-conde; viver; madraça; 4- porco; bárbaros; 5- o íntimo; retiro; 6- vantagem; fundador; 7- dança; manjas; 8- atoleiros; até; 9- letra grega; tombar; presenciar; 10- levante; disposição; escondidas; 11- prata; suplicar;

VERTICAIS 1- marinheiro; excelente; 2- enigma; rapaz; cabana; 3- fulana; alegria; entre; 4- não; consagrar; 5- senhor; aguça; 6- impertinente; marreca; 7- mamata; aparecer; 8- descomposturas; capa; 9- aqueles; cícias; sair; 10- aguardente; adivinhei; sustento; 11- coração; cifras;

**Pompeu Henriques
Alves & Rodrigues,
Lda**

**EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
DE MADEIRAS**

TERRAPLANAGENS

MOITA - 3280 CASTANHEIRA DE PERA

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JÚLIO HENRIQUES EM 06.06.91 SOBRE A PROPOSTA DE LEI Nº 197/V

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,

Senhores Deputados,
Pretende o Governo legislar em matéria de licenciamento municipal de obras particulares, para tanto apresentado à Assembleia da República a Proposta de Lei nº 197/V de pedido de autorização legislativa. O texto (projecto) do Decreto-Lei não nos é apresentado, como seria desejável, muito embora saibamos da sua existência, desde há meses, em face da análise e tratamento que mereceu por parte da associação dos Arquitectos Portugueses no seu 2º Encontro sobre a nova legislação urbanística, realizado no Porto nos passados dias 24 e 25 de Maio.

A exposição de motivos, optando por generalidades, falando de "... consagrar uma nova filosofia de intervenção, nomeadamente em matéria de planeamento territorial" e de "... reformar a legislação em vigor..." com vista à protecção do ambiente e da qualidade de vida das populações, encerra TUDO e NADA. Isto é, não habilita, por forma minimamente aceitável, ao debate que se impunha em área tão sensível como esta, agora tanto mais, quando se exercita a implementação do novo regime dos loteamentos urbanos, dos Planos Directores Municipais e dos loteamentos Regionais de Ordenamento do Território. Diga-se, no entanto, que o mais importante é legislar bem. Bem no interesse da colectividade; bem na clareza dos objectivos; bem na análise das implicações supervenientes. E aqui um "alerta" ao Governo que sempre exalta no preâmbulo dos seus diplomas os altos valores que todos defendemos, para, no articulado concreto, se verificar um claro esbatimento da promessa quando não mesmo a filosofia do contrário.

É necessário, pois, analisar as implicações; é necessário conhecer o País e dis-

cernir entre a realidade que é o Mundo Rural e aquela outra, bem distinta, que é a dos Grandes Centros Urbanos. A diferença legal que deve constituir-se no licenciamento de obra destinada a habitação própria, algures no Minho, na Beira ou no Alentejo e uma outra, envolvendo milhões e interesses porventura respeitáveis, p. ex. em Lisboa, no Porto, ou na Costa Vicentina.

É imperativo que seja ouvida a A.N.M.P. Não para cumprir o formalismo, tão somente, mas para que dê, em matéria tão sensível, um contributo decisivo.

Tivesse sido esse o procedimento do Governo e não teríamos assistido aos problemas emergentes do cumprimento do Decreto-Lei nº 19/90 - diploma importante sobre o regime de caducidade das licenças municipais de construção - mas que, feito em Gabinete e à margem da realidade concreta, teve de sofrer, meses depois, as pertinentes alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 382/90.

Tivesse sido esse o procedimento do Governo e não teríamos, por certo, experimentado as dificuldades e mesmo as distorções que decorrem da aplicação do tão contestado Decreto-Lei nº 100/88. De facto, este diploma legal, contendo matéria legislativa sem dúvida importante no que concerne ao regime de concessão de ALVARÁS e permanência no exercício da actividade de construção civil, porque não se ajusta às circunstâncias do país real que somos - mesmo deferida no tempo (dois anos) como o foi a sua entrada em vigor na parte mais controversa - veio a criar graves problemas no que respeita à execução de pequenas obras por administração directa, estas avultando a construção de casa própria ou de conservação e restauro, por parte de famílias de pequenos recursos, emigrantes e outros, com re-

flexos muito negativos para os legítimos interesses assim postos em causa - reflexos negativos que afectam injustamente a imagem do Poder Local que a Portaria nº 760/90, de 28 de Agosto, publicada 27 dias depois da entrada em vigor daquele referido Decreto-Lei nº 100/88 para "acudir" minimizando os seus efeitos perversos, face ao alarme gerado de norte a sul, não veio resolver.

É tanto assim que, ainda sobre esta candente matéria, também o Decreto-Lei nº 351/90, de 8 de Novembro, reconhecendo a dificuldade do cumprimento, suspende até 31 de Dezembro de 1991 a aplicação do articulado na sua parte mais gravosa ...

dos, retomemos a Proposta de Lei nº 197/V, em apreço, para uma referência ao conteúdo dos seus Artigos 2º e 3º, de forma sistematizada:

1. Ali se pretende cometer às Câmaras Municipais as competências que já lhe estão cometidas - alíneas a), b), d), e e) do artigo 2º.

2. Na impossibilidade prática da existência de Planos Municipais de Ordenamento do território, cobrindo o País, até 31.12.91, se não houver uma grande dose de pragmatismo e suficiente clareza regulamentar, corre-se o risco da sistémica sujeição à aprovação prévia dos projectos por parte do Ministro do Planeamento e da Administração do Território - ali-

mais ligeiro incumprimento na execução de um dado projecto, bom será que seja criado dispositivo legal de notificação à correcção em prazo. E mais, que o limiar mínimo da coima - alínea m) do artigo 2º - seja de Esc. 50.000\$00 e não de Esc. 250.000\$00 como se indica. A manter-se a proposta tal como está formulada pelo Governo, cair-se-á em certos casos, em autênticas situações de violência.

4. O cometimento ao Governo da competência para ordenar demolições - alínea f) do artigo 2º - poderá revestir-se de interesse em casos excepcionais devidamente tipificados na Lei, mas somente nestes, e por forma a

a) A definição do regime de licenciamento das obras do estado, Direcção Geral de Portos, Caminhos de Ferro, etc.;

b) A garantia aos requerentes da faculdade de consulta aos processos em qualquer das suas fases de instrução e de decisão;

c) A criação de um modelo de impresso, uniforme, simples, com vista ao pedido de licenciamento;

d) A atribuição do efeito positivo ao silêncio da Administração. Isto é, regulamentar, em termos de prazos, o mecanismo do deferimento tácito;

e) A regulamentação da caducidade das licenças municipais, revogando os Decretos-Leis nºs 19/90 e 382/90;

f) A definição organizativa e de conteúdo dos projectos de engenharia e arquitectura, com relevo para os aspectos de segurança.

Por último Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo e Senhores Deputados, desejo afirmar que o Partido Socialista não vem aqui, nesta como noutras matérias, fazer a crítica, mas vem, antes, emprestar ao debate contributo sério e desapaixonado, denunciando o que considera estar mal, sugerindo as soluções que julga serem as melhores para o País, e sem deixar de reconhecer os aspectos positivos, quando existem, como considerarmos ser o caso daqueles que podem decorrer do que se aponta no artigo 3º da Proposta de Lei nº 197/V; posto é que o legislador saiba "beber" nalgumas experiências europeias de sucesso, os aspectos mais inovadores e desburocratizantes em matéria de licenciamento municipal de obras particulares.

Nestes termos, vai o PS viabilizar com o seu voto a aprovação da presente Proposta de Lei. Se o resultado prático vier a determinar mais uma frustração, ela não persistirá porque, entretanto, chegará Outubro.



Deputado Julio Henriques de Castanheira de Pera, na sala dos Passos Perdidos na Assembleia da República

mas nada resolve em definitivo. E porque vem a "talhe de foice" e a questão é importante e objecto de generalizada preocupação, pergunta-se ao Governo: e depois de 31 de Dezembro? Vão ser retomados os "expedientes" susceptíveis de favorecer o enriquecimento sem justa causa de uns tantos, poucos, à custa dos muitos que mais precisam?

Mas, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, e Senhores Deputa-

nea c) do artigo 2º - com todos os inconvenientes de natureza burocrática que daí resultarão, o que se nos afigura insustentável.

3. Acentuam-se os aspectos repressivos (não escapa ninguém - desde o Fiscal ao Presidente da Câmara - desde a multa à cadeia) sem que se vislumbre, como é de boa norma em Democracia, a introdução de quaisquer medidas visando a acção preventiva. Aliás, constituindo ilícito de mera ordenação social o

não conflitar com a competência da Câmara Municipal.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,

Senhores Deputados,
A proposta de Autorização Legislativa é naturalmente omissa com relação a muitas disposições reguladoras do processo de licenciamento hoje dispersas por diplomas diversos e que urge concatenar, acrescentando, entre outros, dispositivos que contemplem:

ORGANIZAÇÕES ARMANDO CARVALHO

GABITECONSTROI

Gabinete técnico e construções, lda

Projectos, cálculos, administração de obras
cópias e fotocópias - agente das tintas
DANKAL

A MOBILADORA PEDROGUENSE, LDA.

- MOBILIAS EM TODOS OS ESTILOS
- GARANTIMOS O QUE VENDEMOS
- NÓS DECORAMOS
- EM TODO O PAIS

NA CONSTRUÇÃO E NA DECORAÇÃO SÓ NÓS

RESID. 036 45371
TELEFS. - ESTAB. 036 45197 LARGO DA DEVESA - 3270 PEDROGÃO GRANDE

JOSÉ REIS & ANTÃO, LDA.

ELECTRODOMÉSTICOS



E
PRONTO
A VESTIR



Telef. 036 - 45517 Rua Dr. José Jacinto Nunes
Resid: 45681 3270 PED. GRANDE

DECRETO-LEI Nº 18/91 de 12 de Junho

Alteração do regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respectivos órgãos

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, nº 1, alínea s), e 169.º, nº 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo único. Os artigos 39.º, 45.º, 51.º, 52.º e 53.º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 39.º

Competência

1 - Compete à assembleia municipal:

a) Eleger, por voto secreto, o presidente e os dois secretários;

b) Elaborar e aprovar o regimento;

c) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal e dos serviços municipalizados;

d) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da actividade municipal, informação essa que deve ser enviada, com a antecedência mínima de três dias, reportada à data da sessão, ao presidente da mesa da assembleia, para conhecimento dos membros;

e) Solicitar e receber, através da mesa, informações sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que poderá ser requerido por qualquer membro e em qualquer momento;

f) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com os interesses próprios da autarquia, no âmbito das suas atribuições e sem interferência na actividade normal da câmara;

g) Tomar posições perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;

h) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução de interesses próprios da autarquia;

i) Votar moções de censura à câmara municipal, a fim de permitir a formulação e a divulgação de juízos negativos e reprovativos da acção da câmara municipal ou da actuação individual de qualquer dos seus membros;

j) Exercer os demais poderes conferidos por lei.

2- Compete ainda à assembleia municipal, sob proposta ou pedido de autorização da câmara:

a) Aprovar posturas e regulamentos;

b) Aprovar o plano anual de actividades e o orçamento, bem como as suas revisões;

c) Aprovar anualmente o relatório de actividades, o balanço e a conta da gerência;

d) Aprovar, nos termos da lei, medidas preventivas, normas provisórias, áreas de construção prioritárias, áreas de desenvolvimento urbano prioritário e planos municipais de ordenamento do território;

e) Aprovar empréstimos, nos termos da lei;

f) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município e fixar, nos termos da lei, o regime jurídico e a remuneração dos seus funcionários;

g) Municipalizar serviços e autorizar o município a criar empresas públicas municipais e a participar em empresas públicas inter-municipais;

h) Autorizar o município a

integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com entidades públicas e a participar em empresas de âmbito municipal ou regional, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contemham dentro das atribuições definidas para o município;

i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 25 000 contos, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, o recurso à hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no nº 5 do artigo 51.º;

j) Autorizar a câmara a outorgar exclusivos e a exploração de obras e serviços em regime de concessão;

l) Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos;

m) Fixar, nos termos da lei, a taxa municipal de transporte;

n) Aprovar, nos termos da lei, incentivos à fixação de funcionários;

o) Determinar o número de vereadores em regime de permanência para cada mandato, bem como o número e a compensação dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados;

p) Deliberar quanto à criação de derramas destinadas à obtenção de fundos para a execução de melhoramentos urgentes;

q) Fixar o dia feriado anual do município;

r) Estabelecer, após parecer da Secção de Heraldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República;

s) Autorizar, quando se presume que disso resulte benefício para o interesse comum, a prática, por parte das juntas de freguesia, de actos da competência da câmara municipal;

3- Os pedidos de autorização para a contratação de empréstimos a apresentar pela câmara municipal, nos termos da alínea e) do nº 2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo de capacidade de endividamento do município;

4- As propostas apresentadas pela câmara referentes às alíneas b), c) e o) do nº 2 não podem ser alteradas pela assembleia municipal e carecem da devida fundamentação quando rejeitadas, mas a câmara poderá acolher, no todo ou em parte, sugestões e recomendações feitas pela assembleia.

Artigo 45.º

Vereadores em regime de permanência

1- Compete ao presidente da câmara municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de permanência e fixar o seu número, até aos seguintes limites:

a) Quatro, em Lisboa e no Porto;

b) Três, nos municípios com 100 000 ou mais eleitores;

c) Dois, nos municípios com mais de 20 000 e menos de 100 000 eleitores;

d) Um, nos municípios com

20 000 ou menos eleitores.

2- Compete assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, fixar o número de vereadores em regime de permanência, sempre que se excedam os limites previstos no número anterior e até aos seguintes:

a) Sete, em Lisboa;

b) Seis, no Porto;

c) Cinco, nos municípios com 100 000 ou mais eleitores;

d) Quatro, nos municípios com 50 000 e menos de 100 000 eleitores;

e) Três, nos municípios com mais de 20 000 e menos de 50 000 eleitores;

f) Dois, nos municípios com 20 000 ou menos eleitores.

3- O presidente da câmara municipal, com respeito pelo disposto nos números anteriores, pode optar pela existência de vereadores em regime de permanência ou em regime de meio tempo, neste caso correspondendo dois vereadores a um vereador em regime de permanência.

4- Cabe ao presidente da câmara escolher os vereadores em regime de permanência ou de meio tempo e fixar as suas funções e competências.

5- O subsídio a que têm direito os vereadores em regime de meio tempo corresponde a metade do legalmente fixado para os vereadores em regime de permanência.

Artigo 51.º

Competência

1- Compete à câmara municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços, bem como no da gestão corrente:

a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

b) Proceder à marcação das faltas dos seus membros e à respectiva justificação;

c) Preparar e manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município;

d) Adquirir os bens móveis necessários ao funcionamento regular dos serviços e alienar os que se tornem dispensáveis, bem como, mediante autorização da assembleia municipal, quando for caso disso, adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;

e) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis, ainda que de valor superior ao estabelecido na alínea i) do nº 2 do art. 39.º, desde que tal alienação decorra da execução do plano de actividades e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros da câmara municipal em efectividade de funções;

f) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;

g) Designar o conselho de administração dos serviços municipalizados;

h) Fixar tarifas pela prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, no âmbito do abastecimento de água, recolha, depósito e tratamento de lixo, ligação, conservação e tratamento de esgotos e transportes colectivos de pessoas e mercadorias;

i) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que prossigam no município fins de interesse público.

2- Compete à câmara municipal, no âmbito do planeamento do urbanismo e da construção:

a) Elaborar o plano anual de actividades e o orçamento, bem como as respectivas alterações e revisões e proceder à sua execução;

b) Propor ao Governo, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação;

c) Conceder licenças para construção, reedificação ou conservação, bem como aprovar os respectivos projectos, nos termos da lei;

d) Ordenar, procedendo vistoria, a demolição, total ou parcial, ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas;

e) Conceder, condicionadamente quando for caso disso, alvarás de licença para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nos termos da lei.

3- Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos:

a) Elaborar e apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização relativos às matérias constantes do nº 2 do art. 39.º;

b) Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias;

4- Compete ainda à câmara municipal:

a) Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;

b) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras instaladas nos cemitérios municipais, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém, de forma inequívoca e duradoura, desinteresse na sua conservação e manutenção;

c) Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município;

d) Deliberar sobre tudo o que interesse à segurança e comodidade do trânsito nas ruas e demais lugares públicos e não se insira na competência de outros órgãos ou entidades;

e) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;

f) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações;

g) Estabelecer a numeração dos edifícios;

h) Deliberar sobre a deambulação de animais nocivos, especialmente cães vadios, e sobre a construção do canil municipal;

i) Exercer os poderes conferidos por lei ou por deliberação da assembleia municipal.

5- A alienação de bens e valores artísticos do património do município será objecto de legislação especial.

Artigo 52.º

Delegação de competência

11- A câmara pode delegar no presidente a sua competência, salvo quanto às matérias previstas nas alíneas f), g), h), e i), do nº 1,

nas alíneas a), b) e d) do nº 2, no nº 3 e nas alíneas a) e b)

do nº 4 do artigo anterior.

2- As competências referidas no número anterior podem ser subdelegadas em qualquer dos vereadores por decisão e escolha do presidente.

3- O presidente ou os vereadores deverão informar a câmara das decisões que tiverem sido proferidas ao abrigo dos números anteriores, na reunião que imediatamente se lhes seguir.

4- A câmara municipal pode a todo o tempo, fazer cessar a delegação.

5- Os actos praticados no uso de delegação ou subdelegação são revogáveis pelo delegante, nos termos previstos na lei para revogação pelo autor do acto.

6- Das decisões tomadas pelo presidente ou pelos vereadores no exercício de competências da câmara, que nele ou neles estejam delegadas os subdelegados, cabe recurso para o plenário daquele órgão, sem prejuízo do recurso contencioso.

7- O recurso a que se refere o número anterior pode ter por fundamento a ilegalidade, inoportunidade ou inconveniência da decisão e será apreciado na primeira reunião da câmara municipal após a sua recepção.

Artigo 53.º

Competência do presidente da câmara municipal

1- Compete ao presidente da câmara municipal:

a) Representar o município em juízo e fora dele;

b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respectiva actividade;

c) Autorizar o pagamento das despesas orçamentadas, de harmonia com as deliberações da câmara municipal;

d) Submeter as contas à apreciação da assembleia municipal e a julgamento do Tribunal de Contas;

e) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;

f) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respectivos trabalhos;

g) Representar a câmara municipal perante a assembleia, sem prejuízo da faculdade de ser acompanhado por outros membros;

h) Promover a publicação, em boletim municipal ou em edital, das decisões ou deliberações previstas no artigo 84.º;

i) Dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Protecção Civil, o serviço municipal de protecção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas;

j) Autorizar o pagamento de despesas orçamentadas até ao limite fixado na alínea b) do nº 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 211/79, de 12 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 227/85, de 4 de Julho;

l) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou por deliberação da câmara municipal.

2- Compete ainda ao presidente da câmara municipal:

a) Superintender na gestão e direcção do pessoal ao serviço do município;

b) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários municipais;

c) Outorgar contratos necessários ao funcionamento dos serviços;

d) Efectuar contratos de seguro;

e) Instaurar pleitos e defender-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

f) Promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação;

g) Proceder aos registos que sejam da competência do município;

h) Promover a execução, por administração directa ou empreitada, das obras que constam dos planos aprovados pela assembleia municipal e que têm cabimento adequado ao orçamento relativo ao ano de execução das mesmas;

i) Outorgar contratos necessários à execução das obras referidas na alínea anterior;

j) Conceder licenças para habitação ou para outra utilização de prédios construídos de novo ou que tenham sofrido grandes modificações, precedendo verificação, por comissões apropriadas, das condições de habitabilidade e de conformidade com o projecto aprovado;

l) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efectuadas por particulares ou pessoas colectivas, sem licença ou com inobservância das condições dela constantes, dos regulamentos, das posturas municipais ou de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;

m) Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada ou cuja demolição ou beneficiação tenha sido deliberada, nos termos da alínea anterior e da alínea d) do nº 2 do artigo 51.º, mas, nesta última hipótese, o despejo só pode ser ordenado quando na vistoria se verificar a existência de risco iminente de desmoronamento ou a impossibilidade de realização das obras sem grave prejuízo para os ocupantes dos prédios;

n) Conceder terrenos nos cemitérios municipais para jazigos e sepulturas perpétuas;

o) Conceder licenças policiais ou fiscais, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas.

3- Sempre que exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer actos da competência desta, mas tais actos ficam sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática.

4- A não submissão dos actos à ratificação referida no número anterior é considerada ilegalidade grave, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 9.º da Lei nº 87/89, de 9 de Setembro.

FIGUEIRÓ JÁ TEM HELIPORTO

Foi inaugurado no passado dia 30 de Junho em Figueiró dos Vinhos o Heliporto situado no recinto dos Bombeiros Voluntários.

Esta obra efectuada em poucos dias deveu-se às demarches da Câmara Municipal em con-

seguir para a nossa terra este novo serviço, tendo em conta a concorrência da Sertã e Pombal em chamar a si este privilégio.

O heliporto terá a presença durante todo o pe-

riodo de verão, de um helicóptero, que servirá de posto de controlo aéreo no combate aos incêndios.

Teremos no próximo número reportagem desenvolvida.

FESTAS DE S. JOÃO FORAM UM SUCESSO

Com um programa estabelecido em 3 dias, o S. João que se celebra em Figueiró em paralelo com o feriado Municipal, foi um sucesso, sendo mesmo, segundo opinião generalizada, o melhor de há uns anos para cá.

Com bailes populares,

ranchos folclóricos, Filarmonia Figueirense, fogo de artifício, uma sardinhada no ramal à disposição da população gratuitamente e em fartura acompanhada da boa broa da região e ainda uma merenda também no ramal para as crian-

ças do concelho.

Os festejos foram organizados pela Câmara Municipal, que teve também a preocupação de iluminar a vila de forma muito agradável, situação que esteve a cargo das Organizações SOM IDEAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.

FLÁVIO REIS E MOURA

Teremos também no próximo número uma reportagem desenvolvida sobre o pai do nosso assinante Flávio Reis e Moura, conhecido solicitador na nossa terra, a pretexto da atribuição

numa das ruas da Vila da Sertã por proposta da Câmara local, do nome do pai, Dr. Flávio António Francisco Reis e Moura.

O Dr. Flávio Reis e Moura que esteve radicado durante muitos anos

na Sertã, era Advogado e Notário, e foi Presidente da Câmara da Sertã de 1945 a 1950, sendo também, entre outros cargos, um dos fundadores do Instituto Secundário e Técnico da Sertã.

JANTAR COM OS PRESIDENTES DAS CÂMARAS DA COMARCA

O Jornal o "A COMARCA", convidou os Presidentes Dr. Manata, Graça Oliva e Manuel H. Coelho para um jantar no Restaurante Lago Verdeem-

Pedrogão, representando o Jornal o nosso Director Dr. Henrique Pires Teixeira, Director-Adjunto Valdemar Alves e o redactor em Castanheira

de Pera, Paulo Marçal.

Sobre as propostas colocadas na mesa e as agradáveis conversas, daremos conta no próximo número.

INAUGURADO PARQUE INFANTIL NA GESTOSA CIMEIRA

Por iniciativa da Junta de Freguesia de Castanheira de Pera, através do seu Presidente Sr. João Antunes, inaugurou-se no passado dia 30

de Junho o parque infantil na Gestosa Cimeira.

É de louvar esta iniciativa já que as crianças daquele lugar beneficiam de um recinto para as suas

brincadeiras e de ocupação para os tempos livres, libertando-se de outros caminhos porventura mais ambíguos.

ANIVERSÁRIO DE CASAMENTO

No passado dia 6 de Junho, festejou-se em Fátima as 34 Primaveras de uma vida em comum, do nosso assinante sr. Lúcio

Lopes dos Santos, e sua esposa, D. Maria Ângela Bruno e Silva Santos. Num convívio íntimo e familiar, estiveram presen-

tes filhos, genros e netos. As casal homenageado, os nossos votos de felicidades e venturas.



A felicidade ainda aos 34 anos de casados

MEGA CIMEIRA AS TERRAS SEM CRIANÇAS

Em Mega Cimeira não se ouvem risos de crianças, ou pelo menos não se ouvem habitualmente, não emergem daquele suave ruído de fundo do vento arfando entre os pinhais, do rumor-longo, meio sopro, meio aplauso, da Ribeira de Mega correndo lá ao fundo pontuado pelo trinado dos pássaros em alegre convívio.

Uma paisagem assim sem crianças dá paz - mas não dá vida.

Por inexistência de crianças a escola primária de Mega Cimeira encerrou as suas portas. Isto é chocante, inacreditável.

Que múltiplos esforços não terão desenvolvido os Meguenses de há alguns anos atrás para conseguir a instalação de uma escola primária na sua terra; quanta esperança terão espelhado nos seus olhos ao alcançar um tão meio de formação e fixação dos menores educandos, filhos da terra.

O edifício da escola primária, em cujas paredes ressoam ainda, algo difusas, as vozes de alunos e mestres ensaiando o bê-á-bá, soletrando palavras, e entoando a tabuada dos 9 (noves fora, nada), prepara-se hoje para ser palco de outras actividades, que não escolares.

Se pensarmos que o edifício estava fechado e sem qualquer aproveitamento, então é mais do que legítimo e louvável o destino que lhe vão dar, com o qual se procura reacender o convívio entre todos os habitantes, despertando-os para um maior empenho nas iniciativas culturais, recreativas e de promoção da terra.

Contudo, não deixa de ser uma porta que se fecha ao futuro.

A musicalidade e a fantasia do riso das crianças ausentam-se; os homens esquecer-se-ão de que foram meninos e os espíritos envelhecerão, vergados juntamente com o corpo.

Mega Cimeira é apenas um pequeno retrato vivo da desertificação humana que afecta as zonas do pinhal interior.

O encerramento da escola primária por redução do número de alunos também ocorre nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e de Pedrogão Grande.

Só vejo solução para este grave problema no desenvolvimento dos municípios, por forma a propiciar a fixação das gentes e a sua multiplicação

Crescei e multiplicai-vos...

NOTARIADO PORTUGUÊS CARTÓRIO NOTARIAL CASTANHEIRA DE PÊRA A CARGO DO NOTÁRIO LICENCIADO JOSÉ ANTÓNIO RISQUES CORREIA DA SILVA JUSTIFICAÇÃO

CERTIFICO narrativamente para efeitos de publicação, que neste Cartório e no Livro de Notas para escrituras diversas número OITO-A, de fíonhas oitenta e oito verso e seguintes se encontra uma escritura de JUSTIFICAÇÃO E VENDA NOTARIAL, com data de três de Junho de mil novecentos e noventa e um, na qual EUGÉNIO DA SILVA e mulher LUCIA ALVES MARTINS DA SILVA, casados no regime de comunhão geral de bens, residentes em São Domingos de Rana, Parede, Cascais, DECLARAM:

Que são, com exclusão de outrem, possuidores dos prédios e direitos a partes de prédios, os quais se encontram descritos numa relação organizada nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que aqui dou como inteiramente reproduzida, que faz parte integrante desta escritura e conhecem perfeitamente, a qual arquivou sob o número 114.

Que estes prédios se encontram inscritos na matriz em nome dele, justificante marido, e não se encontram descritos na Conservatória do Registo Predial de Pedrogão Grande, atribuindo-lhes o valor total de vinte mil escudos.

Que, não são detentores de qualquer título formal que legitime a posse de tais prédios.

Que, não obstante isso, têm usufruído os mesmos prédios, usando de todas as utilidades por eles proporcionadas, habitando e fazendo benfeitorias no prédio urbano, procedendo ao amanho das terras, plantação e corte de árvores, pagando os respectivos impostos quando devidos, com âmbito de quem exerce o direito próprio, sendo reconhecidos por toda a gente dos lugares, fazendo-o de boa fé por ignorarem igual direito alheio, pacificamente, porque sem violência, contínua e publicamente à vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém e tudo isto por espaço de tempo superior a vinte anos.

Que, dadas as enumeradas características de tal posse, eles justificantes, adquiriram os respectivos prédios por usucapião, título este que, por natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios normais.

PREDIOS SITOS NA FREQUENCIA DA GRAÇA, CONCELHO DE PEDROGÃO GRANDE.

NÚMERO UM

Direito a um terço indiviso do prédio rústico composto de um terreno de pinhal e eucaliptal, sito no Calceirão, com a área total de seiscentos metros quadrados, que confronta no seu todo do norte com Maria da Conceição Vaz, nascente com Joaquim António de Carvalho, sul com o caminho, e poente com Manuel Antunes (Caneiro), inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo QUATRO MIL QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO, com o valor patrimonial correspondente à fracção de trezentos e trinta e cinco escudos.

NÚMERO DOIS

Terreno de eucaliptal e mato, sito no Moinho de Vento, com a área de mil e oitenta metros quadrados, que confronta do norte com Domingos Tavares de Carvalho, nascente com José Carvalho e Silva, sul com Joaquim Barreto e poente com Joaquim Marques, inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo QUATRO MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO, com o valor patrimonial de mil oitocentos e vinte e dois escudos.

NÚMERO TRÊS

Terreno de pinhal, sito no Alto do Vale de São Domingos, com a área de dois mil setecentos e vinte metros quadrados, que confronta do norte com Adelino Dias Ferreira, nascente com Manuel Nunes Dias David, sul com Albino Nunes e poente com Albino Dias, inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo CINCO MIL DUZENTOS E OITENTA E CINCO, com o valor patrimonial de quatro mil quinhentos e quarenta e um escudos.

NÚMERO QUATRO

Direito a metade indivisa de uma terra de cultura com seis oliveiras, sita na Horta Nova, com a área total de duzentos metros quadrados, que confronta no seu todo do norte e nascente com José Coelho Rosa, sul e poente com casas do mesmo, inscrita na matriz predial rústica respectiva sob o artigo SEIS MIL SEISCENTOS E SEIS, com o valor patrimonial correspondente à fracção de duzentos e cinquenta e um escudos.

NÚMERO CINCO

Direito a metade indivisa de um terreno de cultura com nove oliveiras, vinte videiras e mato, sito no Vale da Ameixoeira, com área total de setecentos e quarenta metros quadrados, que confronta no seu todo do norte com Manuel dos Santos Simões e outros, nascente com a paróquia, sul e poente com Eduardo Dias Rosa, inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E OITO, com o valor patrimonial correspondente à fracção de quinhentos e noventa e quatro escudos.

NÚMERO SEIS

Terreno de pinhal, sito no Vale da Revolta, com a área de dois mil e cem metros quadrados, que confronta do norte com José Carvalho da Silva, nascente e poente com o caminho e sul com Manuel Antunes (Caneiro), inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo QUATRO MIL SEISCENTOS E SEIS, com o valor patrimonial de três mil quinhentos e trinta e oito escudos.

NÚMERO SETE

Terra de cultura com dez videiras e mato, sita na Várzea Clara, com a área de mil metros quadrados, que confronta do norte com o rio, nascente com o caminho, sul com José Coelho Rosa e poente com José Carvalho da Silva, inscrita na matriz predial rústica respectiva sob o artigo SEIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO, com o valor patrimonial de mil e trinta escudos.

NÚMERO OITO

Terreno de pinhal, sito no Vale das Silvas, com a área de mil trezentos e sessenta e cinco metros quadrados, que confronta do norte com Florinda da Silva, nascente e poente com o caminho e sul com José Coelho Rosa, inscrita na matriz predial rústica respectiva sob o artigo SETE MIL DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS, com o valor patrimonial de dois mil duzentos e setenta e um escudos.

NÚMERO NOVE

Terreno de cultura com cinco oliveiras e pinhal, sito no Vale das Silvas, com a área de mil quatrocentos metros quadrados, que confronta do norte com Caminho da Silva, nascente com Joaquim Correia Carvalho, sul com José Carvalho Silva e poente com Albino Nunes, inscrito na matriz predial rústica respectiva sob o artigo SETE MIL DUZENTOS E QUARENTA E NOVE, como valor patrimonial de dois mil quatrocentos e oitenta e dois escudos.

NÚMERO DEZ

Terreno de cultura com três oliveiras, sito na Várzea Clara, com a área de duzentos metros quadrados, a confrontar do norte com João Godinho da Piedade, nascente com Florinda da Silva, sul com Joaquim Antunes e poente com Florinda da Silva, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo SEIS MIL SEISCENTOS E DOIS, com o valor patrimonial de trezentos e dezasseis escudos.

NÚMERO ONZE

Direito a metade indivisa de uma morada de casas, sita nos Matos, com a superfície coberta total de sessenta e quatro metros quadrados, com dependências com a área total de dezasseis metros quadrados, que confronta no seu todo do norte, sul e poente com Eugénio Nunes e nascente com estrada, inscrita na matriz predial urbana respectiva sob o artigo QUINHENTOS E NOVE, no anodo mil novecentos e trinta e cinco, com o valor patrimonial correspondente à fracção de dois mil e trinta e dois escudos.

SE ALGUM INTERESSADO PRETENDER IMPUGNAR EM JUÍZO O FACTO JUSTIFICADO, REQUERERÁ SIMULTANEAMENTE AO TRIBUNAL A IMEDIATA COMUNICAÇÃO A ESTE CARTÓRIO DA PENDÊNCIA DA ACÇÃO, E, PARA CONSTAR, SE PASSOU O PRESENTE EXTRACTO QUE VAI CONFORME O ORIGINAL NA PARTE FOTOCOPIADA, SENDO PUBLICADO NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO Nº 109º DO CÓDIGO DO NOTARIADO.

O Ajudante do Cartório
(Eduardo Bobiano Antunes)

JORNAL A COMARCA DE 30 DE JUNHO DE 1991

TORNEIO DE FUTEBOL DE SALÃO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Organizado pela Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos com a colaboração da Câmara Municipal iniciou no 19 de Junho o tradicional torneio de futebol de salão de verão, sob a orientação de um homem que já nos habituou à sua dinâmica, Jorge Simões. Termina este torneio a 9 de Julho.

EQUIPAS PARTICIPANTES

GRAFIVIL - Gráfica de Figueiró dos Vinhos, Lda.

Grupo Desportivo dos Chãos
SONUMA

Associação de Melhoramentos Cultural e Recreativo da Graça

BARREIRENSE

Papelaria Bruno/Desconta

Padaria Santa Isabel

Talho José Mendes

Aldeia de Ana de Aviz

TÁMEGA, SA

RESULTADOS DA 1ª. À 9ª. JORNADA

1ª. JORNADA

Talho - 2 Papelaria - 0

Padaria - 0 Grafivil - 8

Chãos - 3 Aldeia - 1

2ª. JORNADA

Sonuma - 10 Barreirense - 1

Chãos - 7 Grafivil - 2

Tamega - 2 Graça - 4

3ª. JORNADA

Grafivil - 5 Tamega - 0

Chãos - 6 Papelaria - 3

Talho - 1 Graça - 3

4ª. JORNADA

Aldeia - 2 Barreirense - 3

Padaria - 1 Sonuma - 2

Graça - 3 Grafivil - 4

5ª. JORNADA

Chãos - 6 Talho - 0

Barreirense 7 Papelaria - 2

Tamega - 0 Sonuma - 8

6ª. JORNADA

Padaria - 4 Aldeia - 1

Grafivil - 4 Barreirense - 2

Sonuma - 5 Graça - 1

7ª. JORNADA

Talho - 2 Grafivil - 5

Chãos - 5 Barreirense - 2

Aldeia - 2 Tamega - 2

8ª. JORNADA

Padaria - 1 Papelaria - 3

Sonuma - 0 Grafivil - 4

9ª. JORNADA

Padaria - 1 Chãos - 3

Tamega - 0 Papelaria - 2

Graça - 3 Aldeia - 2

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	P
1º. - G.D. Chãos	6	6			12
2º. - Grafivil	7	6	1		12
3º. - Sonuma	5	4	1		8
4º. - A.M.C.R.Graça	5	3	2		6
5º. - Barreirense	5	2	3		4
6º. - Papelaria/Dsc	5	2	3		4
7º. - Padaria St. Isa	5	1	4		2
8º. - Talho J. Mendes	4	1	3		2
9º. - Aldeia A. Aviz	5	1	4		1
10º. - Tamega	5	1	4		1

Árbitros que colaboram nos jogos:

Jorge Simões

Jorge Furtado

Jorge Quaresma

CAMPEONATO DISTRITAL DE FUTEBOL DA 1ª DIVISÃO DA A. F. LEIRIA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ALCANÇOU O 5º LUGAR ALVAÍZERE VENCEU A ZONA NORTE

CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Alvaiázere - 65 pontos
Vieirense - 64 pontos
Biloeira - 63 pontos
Amor - 63 pontos
A. Desportiva - 61 pontos
Arcuda - 52 pontos
Garcia - 49 pontos
Unidos - 48 pontos
P. Vieira - 46 pontos
C. Couce - 46 pontos
Barracão - 45 pontos
Caranguejeira - 45 pontos
Avelar - 42 pontos
Motor - 35 pontos

TAÇA DISTRITAL: A. DESPORTIVA ATINGIU AS MEIAS-FINAIS

Na taça distrital da A. F. Leiria, a A. Desportiva conseguiu atingir as meias-finais da prova, sendo eliminada ao perder diante do Vierendeense por 0-1.

Na eliminatória anterior, a A. Desportiva havia eliminado a Turma dos Unidos por 2-0.

FUTEBOL JUVENIL EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS

TORNEIO INTER ASSOCIAÇÕES - INICIADOS SUB-14

FIGUEIRÓ DOS VINHOS RECEBEU AS SELECÇÕES DE COIMBRA E LEIRIA

Nos passados dias 18 e 19 de Maio foram 4 as selecções distritais de sub-14 que evoluíram em Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Pombal; Leiria; Aveiro;

Coimbra; e Santarém.

A organização esteve a cargo da A. F. Leiria, e contou com o apoio de algumas entidades particulares e das câmaras municipais de Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Pombal.

RESULTADOS VERIFICADOS:

Estádio Municipal de Figueiró dos Vinhos

Leiria 1 - Coimbra 0

Estádio Municipal de Alvaiázere

Aveiro 0 - Santarém 1

Estádio Municipal de Pombal - Jogo para os 3º e 4º lugares

Coimbra 2 - Aveiro 2 (1-3 em grandes penalidades)

Final do Torneio

Leiria 3 - Santarém 2

CLASSIFICAÇÃO FINAL

1ª - A. F. Leiria

2ª - A. F. Santarém

3ª - A. F. Aveiro

4ª - A. F. Coimbra

Sem dúvida uma excelente tentativa de descentralização por parte do A. F. Leiria, e um dia grande para o futebol juvenil em Figueiró dos Vinhos.

A A. Desportiva e Câmara Municipal foram inextinguíveis na colaboração e no precioso auxílio que prestaram para a efectivação do torneio.

Um bom indicativo para futuras iniciativas.

Rui Silva

PROFISSÕES LIBERAIS

Dr. Francisco G. Branco

Médico de Clínica Geral

CONSULTAS

4ªS. E 6ªS. - A PARTIR DAS 19 HORAS
SÁBADOS - DAS 10 ÀS 14 HORAS

MARCAÇÃO DE CONSULTAS: TEL: 44582
NOS MESMOS HORÁRIOS
E 5ªS. FEIRAS A PARTIR DAS 18 HORAS

Centro de Enfermagem

- PARA PENSOS INJECTÁVEIS
- DOMICÍLIOS PROGRAMADOS
- POR MARCAÇÃO NOS MESMOS HORÁRIOS

Laboratório AEMINIUM

Análises Clínicas

2ªS, 3ªS, 4ªS, 5ªS e 6ªS das 8 às 9,30 horas

DIR. TECNICO: Dr. Figueiredo Leite

Advogado

5ªS. A PARTIR DAS 18.30

SOUTO VALE - 3280 CASTANHEIRA DE PERA

ADVOGADOS

HENRIQUE CASTELA PIRES
TEIXEIRA

MANUEL H. LOPEZ BARATA

TOMAZ RAMALHO BATISTA

EDUARDO JORGE

SILVINA CARDOSO

SOLICITADOR

LUIS DE TÁVORA

TELEFS.: 547801 - 538375 - 555651

FAX: 579817

RUA GOMES FREIRE, 191 - 2º. - 1100 LISBOA

SOLICITADOR

Flávio Reis e Moura

Tel. 52240 - Escritório

Tel. 52732 - Residência

R. Luís Quaresma (Val do Rio), 25
3260 Figueiró dos Vinhos

EDUARDO FERNANDES

Advogado

R. Luís Quaresma Vale do Rio, 19

Tel. (036) 52286

3260 Figueiró dos Vinhos

FERNANDO MARTELO

Advogado

Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 15-1º
(Por cima da Rodoviária)

Telef. 52329

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

DEFENDA A FLORESTA DO FOGO

Durante a época normal
de fogos é proibido:

1- FAZER QUEIMADAS em terrenos situados no interior das matas ou na sua periferia, até 300 metros dos seus limites.

2- FAZER FOGO DE QUALQUER ESPÉCIE, incluindo fumar, no interior das matas e nas vias que a atravessam.

3- LANÇAR FOGUETES ou qualquer espécie de fogo de artifício dentro de matas numa faixa mínima de 500 metros a contar dos seus limites.

4- QUEIMAR LIXOS em qualquer quantidade no interior das florestas e numa faixa limítrofe de 100 metros.

Qualquer infracção a estas regras é punível com multa até 100.000\$00 e pena de prisão até 15 anos (conforme Lei nº 19/86 de 19 de Julho e Decreto reg. nº 55/81 de 18 de Dezembro).

Em caso de incêndio
deverá contactar:

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS - 52 122

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - 52 444

DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS (Núcleo de Pombal) - 25 155

SEGURANÇA CUMPRIDA
MENOS FLORESTA ARDIDA
CONTAMOS CONSIGO

CÂMARA MUNICIPAL
DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Portugal Bi-Campeão Mundial de Futebol em Júniores

Portugal conquistou o 2º. título mundial consecutivo em futebol sub-20, ao derrotar a selecção do Brasil por grandes penalidades por 4 - 2.

Momentos de grandeza para Portugal, que testam a nossa capacidade.

A nossa selecção desde há quatro anos que tem sido orientada pelo professor Carlos Queirós (Moçambicano de Nampula) e Nelo Vingada, e têm merecido os mais elevados elogios por toda a gente dado o excelente trabalho que têm sabido dirigir, oferecendo a Portugal momentos de glória nunca dantes contemplados no nosso futebol.

Parabéns!

VENDE-SE QUINTINHA

C/ casa de habitação P/ restaurar - 150m2

Casa c/ forno - 40m2 - construção recente

Barracão - 60 m2 - TERRAÇO - 80m2

Construção recente

Tanque c/ armazenamento de água

Árvores de Fruto, videiras em latada, oliveiras

Água e electricidade

Jardim c/ relvado e chorões

Área artigo rústico - 1500m2

Área artigo urbano - 184m2

Propriedade toda murada

Sito no Troviscal junto à E.N. 236 Cast. de Pêra

Trata: Tel - (036) 43258

SOLUÇÕES CRUZADAS DO TIO

HORIZONTAIS: 1- amanar; zoga; 2- rixa; em; sim; 3- ata; alar; ma; 4- to; imanes; 5- lmo; asilo; 6- pro; pal; 7- baia; ves; 8- sapais; te; 9- ro; rui; ver; 10- ice; ar; cito; 11- lama; oraras;

VERICAIS: 1- aratu; bari; 2- mito; pa; oca; 3- axa; iris; em; 4- na; imolar; 5- amo; apua; 6- rela; airo; 7- mana; vir; 8- respe; ca; 9- os; sisa; vir; 10- gim; li; teta; 11- amago; zetos;

MUNICIPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL RECOLHA, TRATAMENTO, RECICLAGEM DE LIXOS CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA CONVITE

Os municípios de Alvaizere, Ansião, Arganil, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Pampilhosa, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Pombal, Soure e Vila Nova de Poiares, vão constituir uma sociedade, tendo como objecto a prestação e gestão de serviços, no âmbito da recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos, incluindo reciclagem e comercialização dos seus aproveitamentos e actividades afins.

Para o efeito, está elaborado um projecto de estatutos que prevê, para além da participação das referidas autarquias, a abertura do capital social, até 65%, à iniciativa privada.

O mesmo projecto consagra um capital social inicial de 100 milhões de escudos, prevendo-se o seu aumento, até ao limite de 500 milhões de escudos.

Os interessados em subscrever capital da referida empresa, bem assim como qualquer informação ou consulta, deverão dirigir a sua declaração de intenções, referindo o valor da sua participação individual, até 31 de Julho do ano em curso, para:

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ
Gabinete da Presidência
Av. Saraiva de Carvalho
3080 FIGUEIRA DA FOZ
Telf. (033) 20108/9 - 20208/9
Telex - 53224
Telefax (033) 23196

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO



NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

PROPORCIONA-LHE NA ABERTURA DE CONTA DEPOSITANTE:

- Seguro cobrindo os riscos de Morte e Invalidez Permanente
- Abertura gratuita da Conta Poupança a todos os recém-nascidos
- Elaboração de projectos dos Fundos C.E.E.
- Créditos: À Habitação/Jovem/Emprego

ATENDIMENTO PERSONALIZADO NA RESOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO
As melhores Taxas de Juro do Mercado

INVISTA NO BANCO DA NOSSA TERRA!